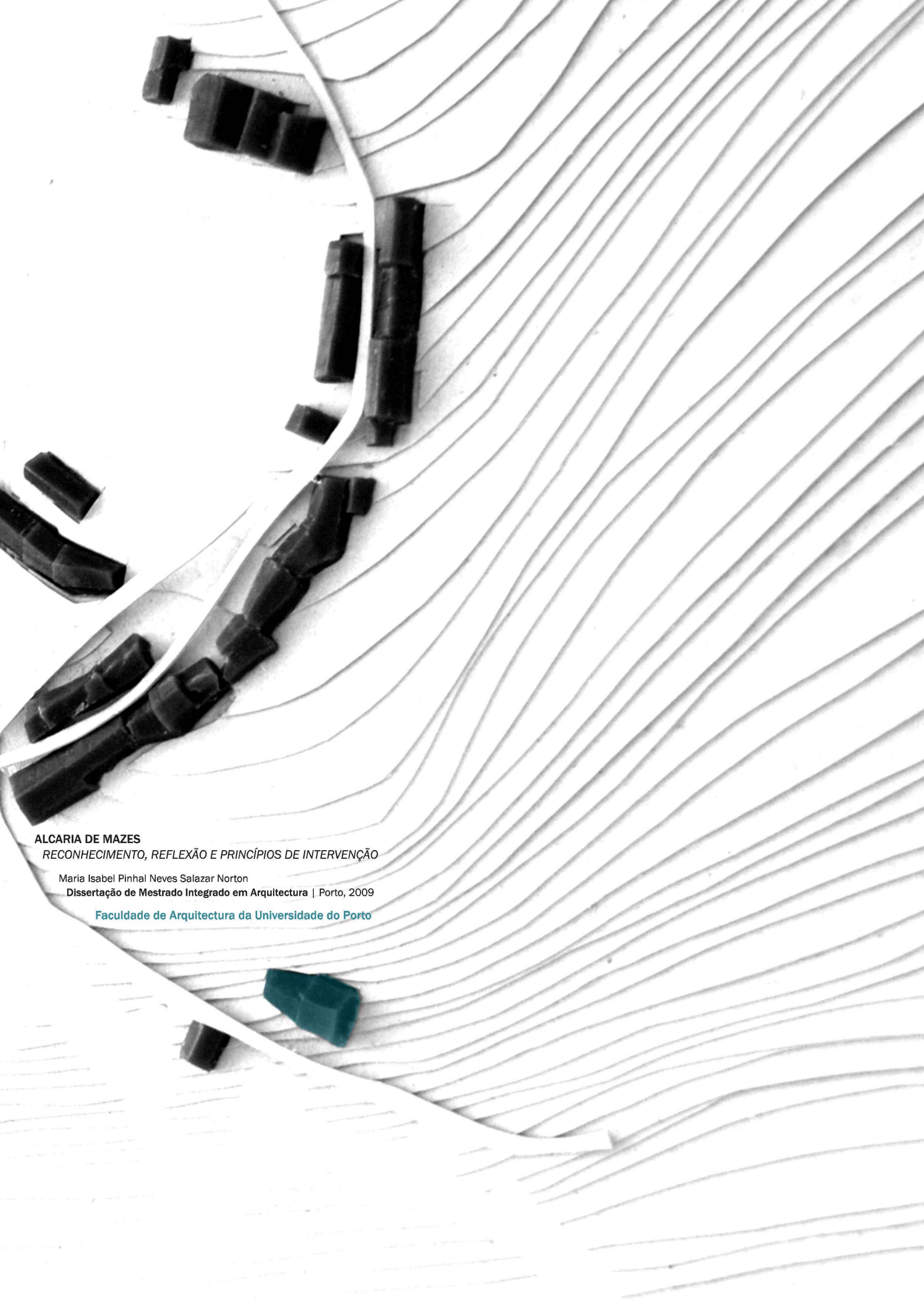


ALCARIA DE MAZES

RECONHECIMENTO, REFLEXÃO E PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Maria Isabel Pinhal Neves Salazar Norton

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura | Porto, 2009

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

ALCARIA DE MAZES: RECONHECIMENTO, REFLEXÃO E PRINCIPIOS DE INTERVENÇÃO

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008/2009
Maria Isabel Pinhal Neves Salazar Norton
Sobre a Orientação da Professora Doutora Marta Maria Peters Arriscado Oliveira

Agradeço a todos os que contribuíram para a concretização desta tese,

à Professora Marta pela dedicação e acompanhamento rigoroso ao longo de todo o processo de trabalho,
ao arquitecto Alberto Mallaguerra, pela disponibilização de material e por toda a amabilidade demonstrada,
à Câmara Municipal de Lamego, em especial ao Sr. Presidente da Câmara Francisco Lopes e ao arquitecto Jorge Caetano, pela cedência e prontidão com que me foram disponibilizadas preciosas informações cartográficas relativas ao concelho,
à Câmara Municipal de Tarouca, em especial ao Sr. Presidente da Câmara Mário Ferreira, pela disponibilização de informação cartográfica relativa ao Concelho,
ao Sr. Presidente da Junta da Freguesia de Lazarim Norberto Carvalho pela cedência e confiança no empréstimo de vários documentos referentes a Alcaria,
ao Rui pelo apoio incondicional e pela ajuda constante ao longo do trabalho,
à Ana pela amizade e preciosa ajuda no levantamento das construções,
aos meus pais e irmãos pela paciência, carinho e motivação contínua.

Resumo

Alcaria de Mazes é o objecto de estudo deste trabalho e de uma análise que não se limita ao aglomerado mas se estende e contempla a leitura do território do qual depende e com o qual está intimamente relacionado. Deste modo, procuramos entendê-lo enquanto parte desta lógica mais abrangente, numa escala gradativa de aproximação territorial e cronológica, que parte do geral para o particular. O trabalho estrutura-se em três capítulos que se pretendem interligados, num processo de análise contínua, aprofundando de forma desigual os vários parâmetros de abordagem e enfatizando os aspectos que dizem respeito ao campo disciplinar da arquitectura.

Assim, no primeiro capítulo faz-se um enquadramento do objecto de estudo no espaço e no tempo, pela inserção no contexto histórico e no contexto geográfico das três unidades identificadas: macro, sub e micro unidade alveolar. Estas delimitações revelam-se bastante nítidas quando se procede ao cruzamento dos diferentes níveis sobrepostos, relacionados com a orografia, história, vegetação, hidrografia, geologia e povoamento, reforçando a pertinência da sua leitura conjunta e comparativa, que nos permitiu aferir semelhanças e dissemelhanças.

Salvaguardada a devida importância do seu enquadramento mais generalista, procuramos no segundo capítulo, fazer uma análise mais demorada do aglomerado, compreendido como resultado de condicionantes mais particulares, que o tornam tão característico. Procuramos que a análise/caracterização da estrutura urbana e arquitectónica do aglomerado e o seu entendimento morfológico, tipológico e construtivo sirva não como um fim em si, mas como uma leitura que deve servir de apoio à intervenção, que se presumirá bastante particular e específica na resposta dada a um programa concreto e na sua adequação a uma pré existência tão particular.

No último capítulo introduz-se a problemática da intervenção/reabilitação. A estratégia passou pela definição de princípios gerais de intervenção ao qual se segue, uma explicação mais demorada de cada um dos tópicos enunciados. A partir da listagem de pretensões programáticas, surgem algumas questões que se relacionam com os critérios utilizados na sua distribuição e acomodação pelas estruturas existentes, estabelecendo-se algumas reflexões relativamente ao modo de lidar com as imposições infra-estruturais e com a imagem /identidade rural. Entendemos que os princípios de intervenção, não se devendo restringir ao aglomerado, deveriam procurar contemplar as diferentes unidades territoriais. Ao nível da micro unidade, esta deve procurar contribuir para a ligação das diferentes partes que a constituem, reforçando simultaneamente a importância de clarificar o conceito de paisagem construída e alargando por isso a requalificação ao espaço envolvente.

Abstract

Alcaria de Mazes is the object of study of this work and also of an analysis which doesn`t confine to this particular case but it spreads and considers the knowledge of the territory on which it depends and it is related to. So we tried to understand it as a part of this more embraced logic, in a gradual scale of territorial and chronological approach, which goes from general to specific. The work is divided into three chapters which are linked, in a continuous analysis process, deepening in a different way the several approach parameters and emphasizing the aspects concerning the architecture field.

In this way, in our first chapter we framed the object of study in space and time, by inserting the three identified units in historical and geographical context: macro, sub and micro alveolar unit. These delimitations are very clear when we cross the different overlapped levels, related to orography, history, vegetation, hydrography, geology and population, reinforcing the importance of a whole and comparative reading which allows us to check the similarities and differences.

Protected the importance of its more general framing, in second chapter we tried to do a slower analysis of the agglomerate, understood as a result of more specific conditions, which make it so characteristic. We tried that the analysis/characterization of urban and architectonic structure of the agglomerate and its morphological, typological and constructive understanding is useful not as an end itself but as a reading which should be a support to intervention which, we presume, will be very particular and specific in the answer given to a real program and in its suitability to a so particular pre-existence.

In last chapter, we introduce the intervention/rehabilitation problematic. The strategy began with the definition of general principles of intervention followed by a longer explanation of each expressed topics. From the list of programmatic pretensions rise some questions related with the criterion used in its distribution and adjustment to existing structures, establishing some reflections in relation to the way to deal with infra structural impositions and with rural image/identity. We believe that the intervention principles should not restrain to agglomerate but should consider the different territorial units. At micro unit level this should contribute to the connection of its different parts, reinforcing simultaneously the importance of clarifying the idea of constructive landscape and widening the requalification of the surrounding space.

INDICE

Agradecimentos 2
Resumo/Abstract 3
Índice 5

0. Introdução 7
Escolha do tema
Objecto
Objectivo
Método/Estrutura

I. ALCARIA DE MAZES : NO TERRITÓRIO E NA ESTRUTURA DO POVOAMENTO

Enquadramento
1.1.Beira Alta. Serra da Nave. 15
1.2.Concelho de Lamego. Freguesia de Lazarim.
1.3.Macro,Sub e Micro unidade alveolares:
1.3.1.Delimitação Geográfica e meio físico
1.3.2. Evolução histórica da ocupação do território
e da estrutura de povoamento. 22
1.3.3. Alcaria de Mazes: Especulativa génese,
desenvolvimento e extinção. 30
1.3.4. Paisagem do povoamento e dinâmicas dos assentamentos. 38
1.4. Sistema de gestão territorial à escala da "micro unidade alveolar"
em que se insere Alcaria de Mazes. 43

II. ALCARIA DE MAZES : CARACTERIZAÇÃO DO AGLOMERADO

Caracterização do aglomerado
2.1. A escolha e implantação do lugar 53
2.2. A forma do lugar: estrutura e morfologia do aglomerado 54
2.2.1.Estrutura Urbana
2.2.2. Da célula ao tecido do assentamento: hipótese de formação
e crescimento do lugar. Um ensaio de interpretação. 63
2.2.3. Agregação volumétrica 66
2.3.4. Diferenciação tipológica e funcional da célula 69
2.3.5. Distribuição funcional 77
2.3. Matéria e técnica 80
2.3.1.Materiais de origem mineral: Granito
2.3.2.Materiais de origem vegetal: Palha de centeio e Madeira 82
2.3.3.Sistemas construtivos 84
Alvenaria seca em granito
Estrutura do pavimento
Coberturas: Colmaduras ou colmaços

III. ALCARIA DE MAZES : PRINCIPIOS DE INTERVENÇÃO

Estratégia e princípios de intervenção 92
3.1. Introdução 94
3.2. Estratégia de intervenção à escala da sub e macro unidade alveolar. 94
3.3. Estratégia de intervenção à escala do micro unidade. 96
3.3.1. O Programa. 98
3.3.2. Princípios de intervenção gerais. 100
3.3.3. Acomodação / distribuição do programa. 102
Localização das oficinas/lojas.
Localização das estruturas de apoio à pratica agrícola.
Localização da taberna e restaurante.
Localização e definição tipológica das unidades de alojamento.
Localização das infra-estruturas de saneamento de apoio às unidades de alojamento.
Localização do espaço de estar.
3.3.4. Exequibilidade/implicações do programa. 112
A intervenção física no existente.
Qualificação do espaço urbano.
Criação de Infra-estruturas de saneamento e abastecimento.
Estacionamento. Posto de recepção. Acessibilidades.
A requalificação da paisagem construída. O espaço agrícola e a arquitectura de produção.

IV. Considerações finais 120

Referências Bibliográficas 122

Referências Iconográficas 136

Anexos





Alcaria de Mazes

Introdução

Escolha do Tema

O tema proposto deve-se ao interesse pessoal pelas temáticas relativas à arquitectura vernacular e à condição actual dos aglomerados rurais, despoletado em grande parte pela realização do trabalho " Tourém – uma Aldeia Raiana", no âmbito da disciplina História da Arquitectura Portuguesa. Esse estudo, para além de terá acusado o actual estado de abandono e descaracterização a que estas arquitecturas estão sujeitas, reforçou a preocupação relativamente ao seu desaparecimento que seria de indubitável prejuízo histórico, arquitectónico e cultural. O trabalho assume-se simultaneamente como uma oportunidade em reflectir sobre um tema, cuja actualidade é indiscutível, e em aprofundar alguns temas relativos à problemática da reabilitação na arquitectura vernacular. Nos últimos anos, registaram-se sinais de uma crescente tomada de consciência e mobilização colectiva relativamente à importância da salvaguarda/reabilitação do património cultural, construído e paisagístico do mundo rural, que não podem deixar de ser vistas como uma reacção à "atomização social e ao desenraizamento causados pela aceleração da vida moderna, pela desertificação dos campos e pelo desaparecimento de modos de vida tradicionais".[1] Consequentemente apercebemo-nos de uma sociedade contemporânea, desejosa em encontrar memórias de outros tempos e em revalorizar as tradições e os valores ancestrais. A agitação citadina leva-a a reivindicar e aspirar, com maior frequência, por momentos de ligação com a natureza e com o ambiente, que se traduzem nos " fenómenos como as segundas habitações, e novas formas de lazer e turismo".[2]

Objecto

A presente proposta de trabalho centra-se no estudo da aldeia despovoada de Alcaria de Mazes, situada no lugar de Mazes, Freguesia de Lazarim, Concelho de Lamego.

Desde os anos sessenta, esvaziada da sua função residencial e das vivências que motivaram o seu aparecimento, a presente aldeia é ocupada esporadicamente por pastores que nela encontram abrigo para o gado. Da visita ao local, constata-se que mantém, hoje, incrivelmente inalterada a estrutura primitiva do conjunto, assim como, à excepção das coberturas, as características originais das construções. Mas como terá ela persistido, todos estes anos, alheia a um processo de destruição e descaracterização que se verifica de modo tão acentuado na arquitectura vernacular em geral e em particular na região? Quais terão sido os principais motivos?

A escolha do objecto de estudo foi impulsionada inicialmente por uma razão inconsciente de afinidade com a mesma, mas firmada num espaço de grande valor patrimonial paisagístico, histórico, social, etnológico e arquitectónico. Pela toponímia local, pelos valores arquitectónicos reveladores de grande intencionalidade e adequabilidade na relação com o meio envolvente e na resposta às necessidades funcionais, somos levados a afirmar que Alcaria de Mazes se torna portadora de um legado cultural inestimável, que estará na origem cultural, arquitectónica e histórica de uma região.

Objectivo

Um dos principais objectivos desta dissertação é o desenvolvimento de um estudo sobre Alcaria de Mazes, no sentido de se consolidarem conhecimentos pessoais relativos ao aglomerado, às

1 Peixoto 2002: 14.
2 Ibid. 5.

tipologias arquitectónicas e construtivas nele presentes contribuindo, deste modo, para a inventariação e divulgação da sua existência. Perante a situação e actual estado de conservação do aglomerado, o trabalho tem, igualmente, como objectivo reflectir e propor possíveis cenários de intervenção sobre o aglomerado, procurando enunciar alguns princípios para a distribuição e adequação de um programa concreto ao caso particular.

Será, no entanto, pertinente insistir num plano que vise perpetuar a sua existência, ou deveríamos aceitar o seu desaparecimento como a evolução mais natural? Reconhecido o seu valor patrimonial, como intervir de forma a salvaguardar os aspectos da sua autenticidade arquitectónica? Antes de se partir para a elaboração do plano e estratégia de intervenção, pretende-se encetar o estudo com uma primeira análise de caracterização do lugar que revele as potencialidades que validem e justifiquem a natureza e pertinência do mesmo.

A pertinência do nosso contributo, no processo de salvaguarda e reabilitação de Alcaria, surge num momento em que parece haver um crescente interesse pela sua preservação[3], quer ao nível público, por parte das autarquias, quer pelos habitantes e proprietários das construções, quer mais recentemente pela existência de um promotor privado[4] que se interessou pela sua recuperação. Conhecendo algumas intenções e o programa estipulado pelo arquitecto responsável, mas desconhecendo a materialização arquitectónica e espacial do projecto, achamos oportuno a reflexão sobre as possibilidades de operar no espaço da aldeia, reflectindo sobre as possíveis formas de intervir neste património, definindo estratégias que possam travar o processo de degradação e somando, deste modo, um novo contributo à possível e futura intervenção.

Pretende-se, aqui, definir uma estratégia que vise a atribuição de uma segunda via a um passado inerte e longínquo, que aposte na revalorização da paisagem, na reabilitação, reactivação, readaptação, refuncionalização do património arquitectónico existente, de forma a dar resposta a um tipo de actividades cultural ou ludicamente vocacionadas e previamente estipuladas que promovam, através de um turismo controlado, o desenvolvimento da região. Embora não fazendo referência de forma directa a alguns exemplos práticos de intervenções sobre o património rural, mas mantendo-os nas entrelinhas do meu raciocínio enquanto referências passadas com resultados concretos, com fragilidades e sucessos, retiramos e absorvemos os modelos e conceitos mais adequados a aplicar nesta situação concreta. Não cabe, no âmbito deste trabalho, dissertar sobre os factores que contribuíram para o acelerado processo de despovoamento rural face ao crescimento exponencial dos centros urbanos, assim como não se pretende o desenvolvimento aprofundado das consequentes políticas de desenvolvimento rural, desenvolvidas nas últimas décadas[5], restringindo a reflexão ao campo disciplinar da arquitectura.

Método

Pretendendo-se assegurar a produção de uma base de trabalho teórica, fundamentada e documentada, proceder-se-á a uma primeira fase de procura, recolha e selecção de documentação bibliográfica relativa tanto às temáticas mais generalistas, como a informação mais específica referente à área em questão. Perante a falta de bibliografia específica e particular do caso em

[3] Foi manifestado, ao longo dos anos, um repetido interesse pela sua preservação, nomeadamente pelo grupo Sonae, e uma imobiliária sedeada em Viseu.
[4] Projecto a cargo do Arquitecto Alberto Mallaguerra.
[5] Assistiu-se em Portugal a um crescente interesse e concentração de esforços na recuperação do património e revitalização económica dos aglomerados rurais, entre os quais destacamos: Programa das Aldeias Melhoradas de Trás-os-Montes, o programa das Aldeias Históricas, Aldeias de Xisto da Lousã, Aldeias Temáticas do Algarve e Alentejo, entre outras.

questão, o recurso a fontes orais assumiu-se fundamental na recolha da memória de gerações, somando consecutivas informações e novos conhecimentos sobre a serra e as suas histórias, sobre
a arquitectura e o sistema tradicional, em decadência, que geriu e moldou durante largos anos o território.
Consequentemente, sobre o conjunto de informação seleccionada, é elaborada a análise que servirá de base e fundamento à proposta de intervenção. Paralelamente, o trabalho de campo, com o levantamento fotográfico e gráfico do aglomerado, tornar-se-á fundamental no reconhecimento e estudo da sua morfologia e nas suas especificidades construtivas e arquitectónicas.
Assim, o trabalho foi construído mediante um processo contínuo de investigação, análise, e articulação de informação gráfica e teoricamente produzida, resultando as ideias de intervenção a partir do confronto entre a base teórica e a experiência local.

Estrutura

O corpo teórico aparece estruturado em três capítulos:
I. Um primeiro capítulo de aproximação ao enquadramento físico, histórico, cultural, social e económico, do caso particular em estudo, que se revelará fundamental na compreensão do aglomerado enquanto estrutura dependente e intimamente relacionada com todas estas circunstâncias naturais e culturais que proporcionaram o seu aparecimento, desenvolvimento e declínio. No sentido de procurar a génese histórica do seu aparecimento, que poderia justificar algumas das particulares urbanísticas e arquitectónicas, procuramos ser rigorosos na prospecção histórica de Alcaria de Mazes, não podendo desligá-la evidentemente da macro unidade em que se insere. Entre as várias referências bibliográficas consultadas, para a elaboração da pequena resenha histórica, destacamos aquelas que ofereceram um maior contributo: Fernandes 1990A, Fernandes 1995, Costa 1977-1979, Barroca 2005 e Marques e Serrão 199-.
A elaboração de uma base cartográfica revelou-se fundamental, no entendimento global da distribuição espacial dos vários sítios, enquadrando o povoado no território e na malha de povoamento estruturada no interior deste alvéolo. Esta última foi elaborada com base em várias ferramentas bibliográficas e documentais e terá, nos casos mais significativos, prospecção no terreno. Como cartografia de base, recorremos às cartas militares, 126,127,137, 138,147,148,157,158 e à cartografia digital cedida pela Câmara Municipal de Lamego ambas à escala 1/25000.
II. Um segundo capítulo, elaborado com base no levantamento e nos conhecimentos consolidados do primeiro capítulo, onde nos aproximamos do caso particular em estudo, incidindo na sua análise /caracterização enquanto estrutura urbana e arquitectónica, e procurando o seu entendimento morfológico, tipológico e construtivo.
Pretende-se com estes dois últimos capítulos, e pela identificação das valências e dos problemas da área em estudo, reforçar a importância e interesse do tema proposto, assim como validar a pertinência do projecto de salvaguarda que aqui proposto.
III. No terceiro capítulo apresentamos os princípios de intervenção, que se pretendem sustentados, pela análise anteriormente realizada, e que visarão a integração do programa e a reflexão das suas principais implicações.



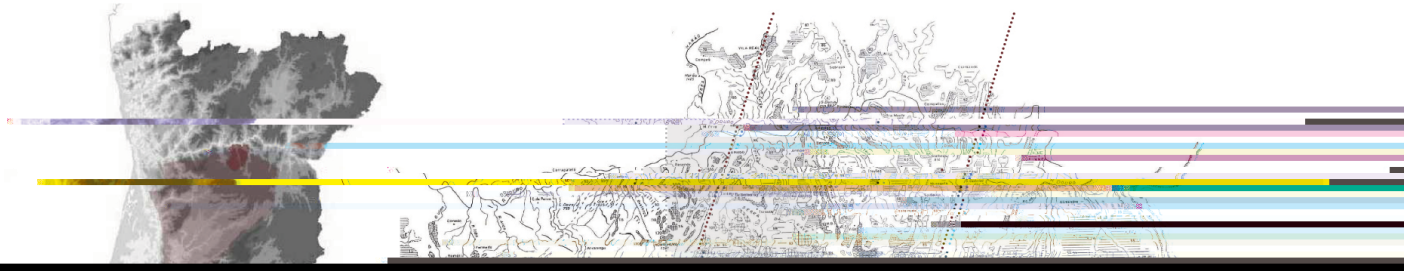


fig. 1-2-3 **Beira Alta. Serra da Nave.**

Alcaria de Mazes insere-se na Beira Alta[1], mais especificamente no seu rebordo setentrional e altiplanáltico da Serra da Nave. Este agrupamento montanhoso é formado por um conjunto de "terras mais altas" e planas que se elevam acima dos mil metros de altitude e se destacam relativamente ao "vasto plano inclinado de nordeste para sudoeste" - que se desenvolve desde as alturas da Serra de Santa Helena às imediações do vale do Mondego. Apresenta como limites ocidentais, as montanhas da Serra de Montemuro e o "Maciço da Gralheira", e como limites orientais, os prolongamentos mais ocidentais da "superfície da meseta".[2]

fig. 4 **Concelho de Lazarim. Freguesia de Lazarim**

A aldeia pertence, administrativamente, ao concelho de Lamego, embora tivesse integrada, em 1895, no concelho de Tarouca. Os limites primitivos[3] do concelho de Tarouca, outrora apelidado de Castro Rei[4], coincidiam com a *parochiae* suévico-visigótica do séc. VI e seriam bastante mais vastos que os actuais. Este concelho foi sofrendo várias alterações ao longo dos tempos[5], nomeadamente, com a criação do "concelho" de Lazarim no século XII, constituído pelas freguesias de Lazarim e Meijinhos,[6] e pela criação, no século XV, do concelho de Mondim. O pequeno "concelho" medieval de Lazarim[7] viria a ser absorvido pelo de Castro Rei e só em meados do séc. XVIII, se ergueria enquanto concelho próprio. Em 1834, com a sua extinção, voltou, administrativamente, a pertencer ao concelho de Tarouca até à data da extinção deste último e do concelho de Mondim (1895). Com a restauração do concelho de Tarouca, em 1898, a freguesia de Lazarim passa a integrar o concelho de Lamego.[8]

Macro, sub e micro unidade alveolar

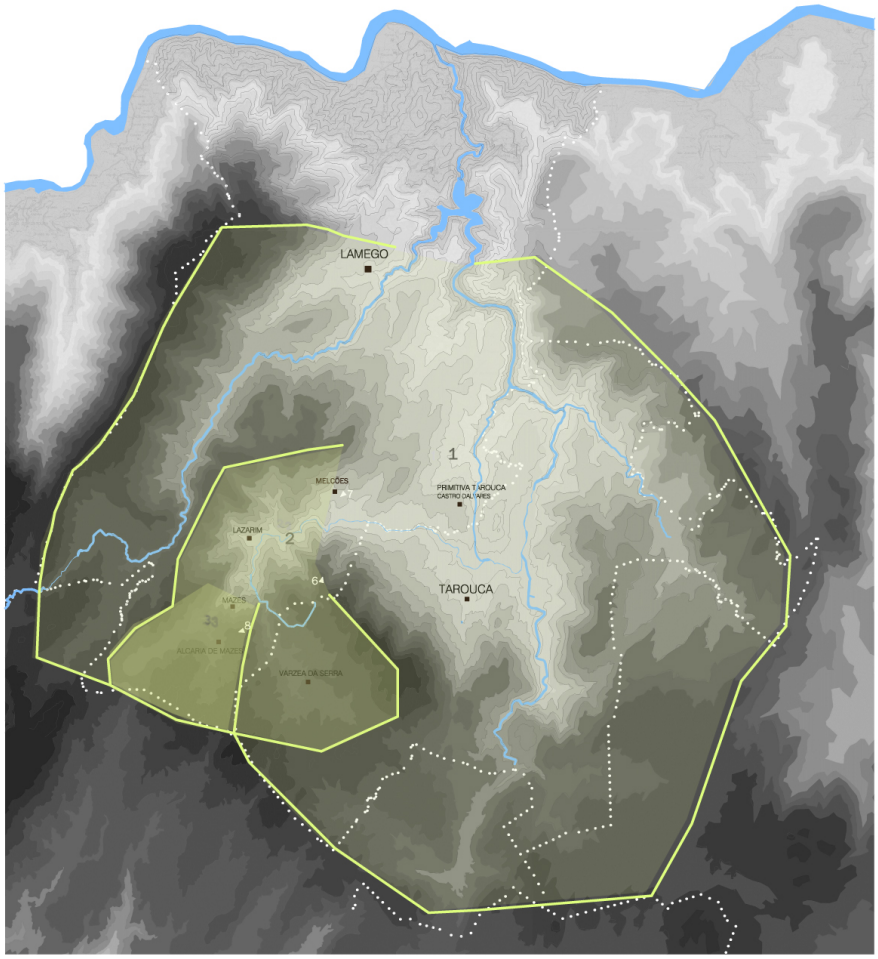
Delimitação geográfica e meio físico

O entendimento do aglomerado, enquanto estrutura inteiramente relacionada com o meio e com a paisagem em que se insere, torna fundamental a contextualização geográfica e a compreensão dos aspectos orográficos e climatéricos que marcaram a exploração dos recursos e que influenciaram muitos dos aspectos da sua organização e configuração espacial.

Por outro lado, compreendemos a importância de caracterização a várias escalas desde o território à célula de habitação, no seu estudo. A análise do todo para a parte, revela-se fundamental na compreensão e descrição do aglomerado enquanto parte integrante de um contexto geográfico mais alargado e abrangente cuja delimitação é dada pela própria configuração orográfica. Assim, torna-se evidente a delimitação das diferentes unidades "alveolares" demarcadas tanto pelos parâmetros físicos, como pela leitura das diferentes dinâmicas de povoamento, consolidadas e influenciadas, não só pela diversidade do território mas, como veremos, mais adiante pelo próprio processo histórico.

Constatamos a quase perfeita coincidência entre a delimitação administrativa dos dois concelhos acima referidos e a "macro unidade alveolar" definida pelos rebordos altimétricos da Serra da

[1] Universidade de Évora 2004: 8, 53; Ribeiro 1989-1990 volume VI: 319-320.
[2] Ferreira 1978: 87,89-91.
[3] Fernandes 1995: 307.
[4] Assim apelidado a partir de 1272, por Imposição Real até aos finais do século XIV.
[5] Fernandes 1990A: 55-64,91-93.
[6] Enciclopédia luso brasileira 1971: 1567.
[7] Fernandes 1990A: 231.
[8] O Concelho de Lamego está circunscrito a uma área de 164,1 km², subdividido em 24 freguesias e limitado a norte pelo rio Douro, a este por Armamar, a sueste por Tarouca, a sudoeste por Castro Daire e a oeste por Resende. Saraiva 2004: 6.



5 | Unidades alveolares

Legenda:

1. Macro unidade alveolar
2. Subunidade alveolar
3. Micro unidade alveolar







6 | Macro unidade Alveolar: Vista a partir do cume de Santa de Barbara em direcção a Norte
7 | Subunidade Alveolar: Vista a partir de Melcões em direcção a Sul
8 | Micro unidade Alveolar: Vista a partir do Alto do Pedrógão direcção Sudoeste

fig. 5-6-7-8

Nave, Montemuro e Leomil, cujos limites transformaram este "alvéolo" numa importante barreira de defesa ao longo dos tempos. Nas extremidades deste grande alvéolo, outras "sub e micro unidades" são possíveis assinalar pela configuração orográfica do terreno. Alcaria de Mazes, situado num vale largo (935m), integra uma "micro unidade" definida pelos ressaltos pedregosos do Alto Pedrógão (1021m) e Outeiro Mourisco (1038m), no limite sul do concelho de Lamego.

Fisicamente bastante diversificada, a "macro unidade alveolar" integra paisagens contrastantes, influenciadas pelas significativas variações altimétricas compreendidas entre os 1065 metros da serra e os 100 metros do vale.[9] Consequentemente, aos " (...) elevados e sólidos blocos rochosos a que correspondem as serranias, com cumes áridos" opõem-se "as zonas mais baixas, de encostas e vales agrícolas de terra fértil e húmida" e "entre os extremos, os espaços de transição, com as colinas e encostas mais pronunciadas (...)"[10].

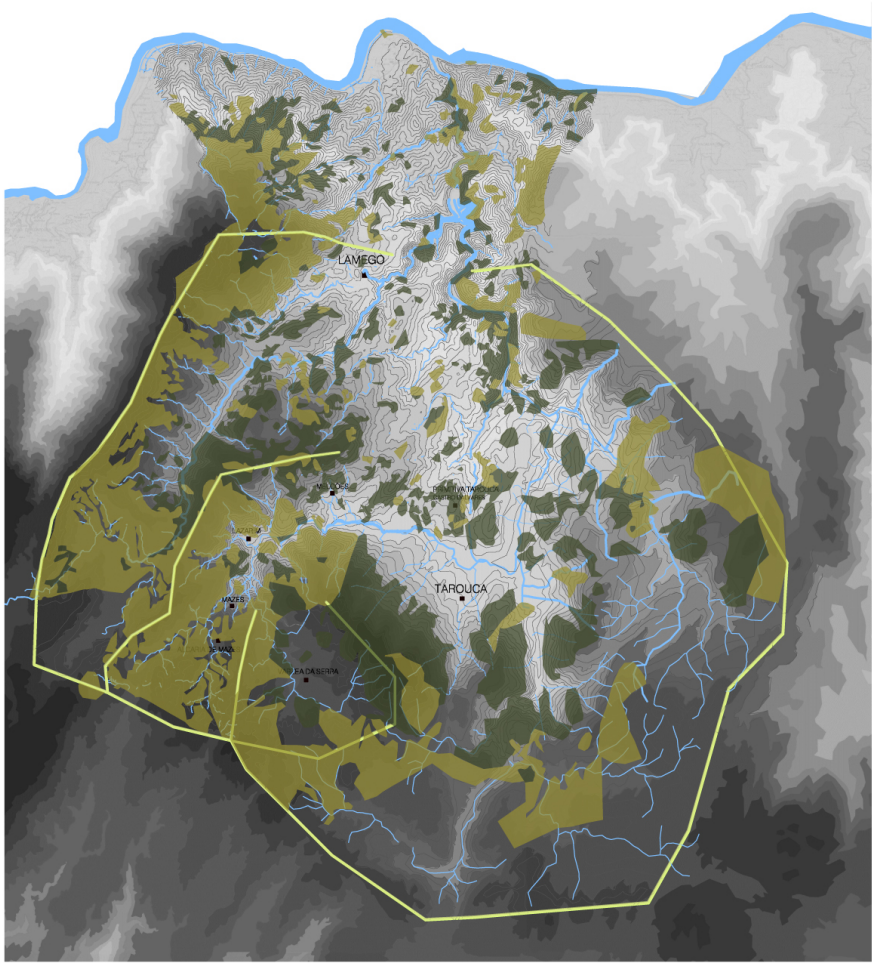
No alto da serra, ao nível da "micro unidade alveolar" em que se insere, as características serranas são atenuadas por uma configuração orográfica que tende para uma zona planáltica despida de vegetação e interrompida pontualmente por ocasionais afloramentos rochosos. No entanto, predominam sensações "de amplitude e profundidade de vistas",[11] contrapostas ao vale da "subunidade alveolar" bastante mais limitado e entalado entre os rebordos serpenteados das montanhas.

A diferenciação paisagística não depende exclusivamente dos aspectos geomorfológicos mas também climatéricos que marcam o manto vegetal, as características do solo e o modo de habitar.

Do ponto de vista climático o altiplano da Nave ressente-se das suas características serranas ultrapassando-se os mil mm anuais de chuvas ao longo do ano[12] e registando-se mesmo a queda de neve nos Invernos mais rigorosos[13]. Os valores mais baixos das temperaturas médias diárias encontram-se nesta zona serrana, bastante inferiores aos das terras baixas, compreendidos entre os 7,5º e 12,5º.[14] Por outro lado, os "vales mais profundos e abrigados podem exacerbar os aspectos mais continentais, próprios da região (...)"[15] e consequentemente apresentar valores de temperatura média superiores e valores bastante inferiores de precipitação.

Temos, assim, uma diferenciação climatérica decorrente da influência continental, ao nível da centralidade e zona oriental da macro unidade alveolar, do tipo atlântico, bastante mais húmido e chuvoso, ao nível da micro unidade, e um tipo climático de transição, ao nível da subunidade alveolar. Estas diferenciações têm diferentes repercussões ao nível da paisagem vegetal e ocupação do solo. A cobertura vegetal, consequentemente influenciada pela altitude e pluviometria, revela o forte contraste entre cumeadas e vertentes algo despojadas e "terras de mato e pousios mais longos" e fundos de vales muito arborizados e agriculturizados. Desta forma, na área contígua ao povoado, no altiplano da Nave, nas "micro unidades alveolares", a paisagem é dominada essencialmente por matagais arbustivos[16], alternando entre afloramentos rochosos e lameiros ribeirinhos[17]. A vegetação arbórea[18] é bastante parca e surge, frequentemente e

[9] Estudos de Caracterização Municipal 2007: 24.
[10] Universidade de Évora 2004: 9.
[11] Universidade de Évora 2004: 57.
[12] Selecções do Reader´s Digest 1984: 144.
[13] Fernandes 1990: 90.
A humidade de ventos atlânticos condensa-se nestas montanhas, tornando-se estas últimas, numa barreira intransponível à influência marítima, definindo assim uma clara separação entre a região atlântica e a região interior. Ribeiro 1989.1990: 323.
[14] Universidade de Évora 2004: 10.
[15] Universidade de Évora 2004: 10.
[16] As espécies mais frequentes são o tojo, a carqueja, a giesta, a urze, o alecrim e o azevinho.
[17] Povoados por prados graminoides e tufos de juncos. Leal 1998.
[18] Castanheiros, amieiros e salgueiros.



9 | Manto vegetal

Legenda:

- Matos
- Floresta
- Rede hidrográfica

IN 0 5 km











10 | Manto vegetal ao nível da micro unidade alveolar: Matagais arbustivos
11 | Terrenos de cultivo e pomares do vale da subunidade
12 | Encostas cobertas por matas ao nivel da subunidade alveolar
13 | Vegetação ao nivel da vertente nordeste da macro unidade
14 | Vinha

espontaneamente, associada aos principais cursos de água de forma a garantirem a firmeza do leito. Nestas terras altas, "a maior parte dos solos são infrutíferos"[19] e com poucas possibilidades de diversificação das culturas, dominando, sobretudo, a cultura do centeio acomodado ao rigor climático e ao solo pedregoso e granítico da serra. Entre a serra e os vales húmidos e férteis, de largos tractos e terrenos de cultivo ocupados por pomares e leguminosas, as encostas cobrem-se com densas matas mono específicas ou diversificadas, de pinheiros bravos e mansos, eucaliptos, vidoeiros, castanheiros, carvalhos negral e alvarinho, sobreiros e freixos. A mutação da paisagem vegetal percebe-se à medida que nos aproximamos do rio Douro, marcada pela presença de algumas oliveiras, propícias a um clima mais continental, e a vinha nas vertentes em socalco, evidenciando a importância do vinho na economia da região.

fig. 9

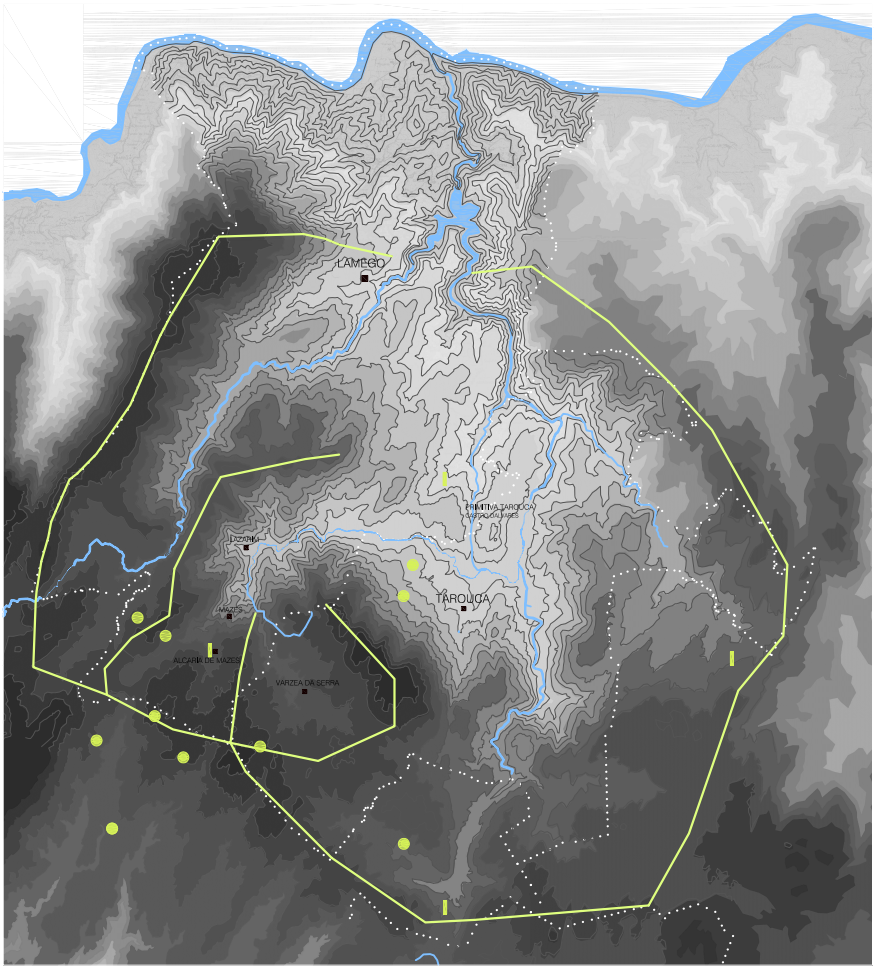
fig. 10-11- 12

fig. 13-14

Também o sistema hidrográfico que, como veremos, foi determinante na escolha do lugar dos assentamentos, influi na transformação da paisagem e na diferente morfologia do terreno das "unidade alveolares". Nas imediações de Alcaria de Mazes, um conjunto de inúmeras nascentes é drenada por dois riachos de montanhas, o Rio Santo e Rio das Poldras. Ao contornarem, respectivamente, pelo ocidente e oriente a povoação de Mazes, estas linhas de água serpenteiam entre abruptas escarpas dirigindo-se para o vale do rio Barosela, que, por sua vez, irá desaguar no rio Varosa, afluente do Douro.[20] Estes são os recursos hídricos que sulcam o altiplano e que assegurariam a presença de vida humana, garantindo a rega dos lameiros e desenhando as principais linhas de vegetação arbórea.

Em termos geológicos, a "macro unidade alveolar" é marcada, na zona norte, por rochas de complexo xisto-grauváquio, e no rebordo sul e poente, pelo aparecimento de afloramentos graníticos alcalinos e calco alcalinos.[21] A constituição geológica dos terrenos está intimamente relacionada com as construções dos assentamentos que recorrem ao material existente no local como principal matéria-prima para a sua construção, marcando também por isso a diferenciação construtiva e material da paisagem construída.

[19] Fernandes 1990: 90.
[20] Fernandes 1990: 88-89.
[21] Estudos de Caracterização Municipal 2007: 24.



15 | Cultura Megalítica



16 | Dolmen na Serra da Nave



17 | Pedra incorporada numa construção em Alcaria com semelhanças formais a um esteio de dolmen



18 | Alturas Planálticas da Serra da Nave

Evolução histórica na ocupação do território

Alcaria de Mazes pertence a um âmbito geográfico mais alargado, a "macro unidade alveolar", construído e modificado ao longo do tempo, revelando, em alguns períodos da história, unidade. Assim, tornou-se fundamental obter as principais linhas de evolução do povoamento e interpretar os fenómenos de permanência e mutação ocorridos na relação do homem com a paisagem e com o seu meio ambiente. Enquanto parte integrante de uma das "micro unidades" deste grande "alvéolo", Alcaria de Mazes, não poderia ser desligada historicamente da "macro unidade". Só a partir do entendimento global da macro unidade e da sua evolução histórica e origem do padrão de ocupação do território, se poderia garantir a pertinência e credibilidade de uma narrativa plausível sobre certas reflexões hipotéticas, feitas à posteriori, no que concerne quer à génese de Alcaria de Mazes e quer à micro unidade em que se insere. A inexistência de informação e documentação directamente relacionada com a fundação e desenvolvimento da aldeia tornou imprescindível uma análise histórica relativa aos seus concelhos, Tarouca e Lamego, evidentemente contextualizados no âmbito mais alargado da história de Portugal. A reconstituição dos diferentes períodos da história poderá ser, igualmente, elucidativa na explicação de algumas dissemelhanças encontradas ao nível da ocupação no território e organização dos aglomerados.

Deste modo, pretende-se contribuir para a "reconstituição" da paisagem de povoamento do passado apagada por uma urbanidade difusa que contribui largamente para a sua descaracterização e destruição. Esta abordagem permitiu encarar a recuperação do povoado não como um acto isolado mas como um acto integrado numa paisagem humanizada à qual pertence e, por isso, dela é indissociável.

fig. 15-16

O seu povoamento foi feito de um modo contínuo e, graças aos inúmeros vestígios e testemunhos arqueológicos existentes na região relacionados com a cultura Megalítica, os dólmenes e mamoas, é possível apontar para uma ocupação humana sedentária que remontará a tempos pré históricos. Para Oliveira Marques e Orlando Ribeiro esses vestígios datam de um período que se prolonga desde o Neolítico (3800/3700 a.C.) até à época do bronze (2500a.C.) [22]. No entanto, só a execução de sondagens arqueológicas poderiam, com maior segurança, substituir esta datação mais generalista referente ao fenómeno megalítico da Beira Alta pela atribuição de uma cronologia regional ou local. Por toda a região da Nave e num raio de relativa proximidade do objecto em estudo, a toponímia deixa a descoberto os locais que abrigaram ou que ainda abrigam estas construções dolménicas, popularmente conhecidas por antas, mas também designadas por Antelas, Arcas, Orca, Orquinha, Corgo do altar, Pedra-fita, Casa de moiros, Alto da mão furada,

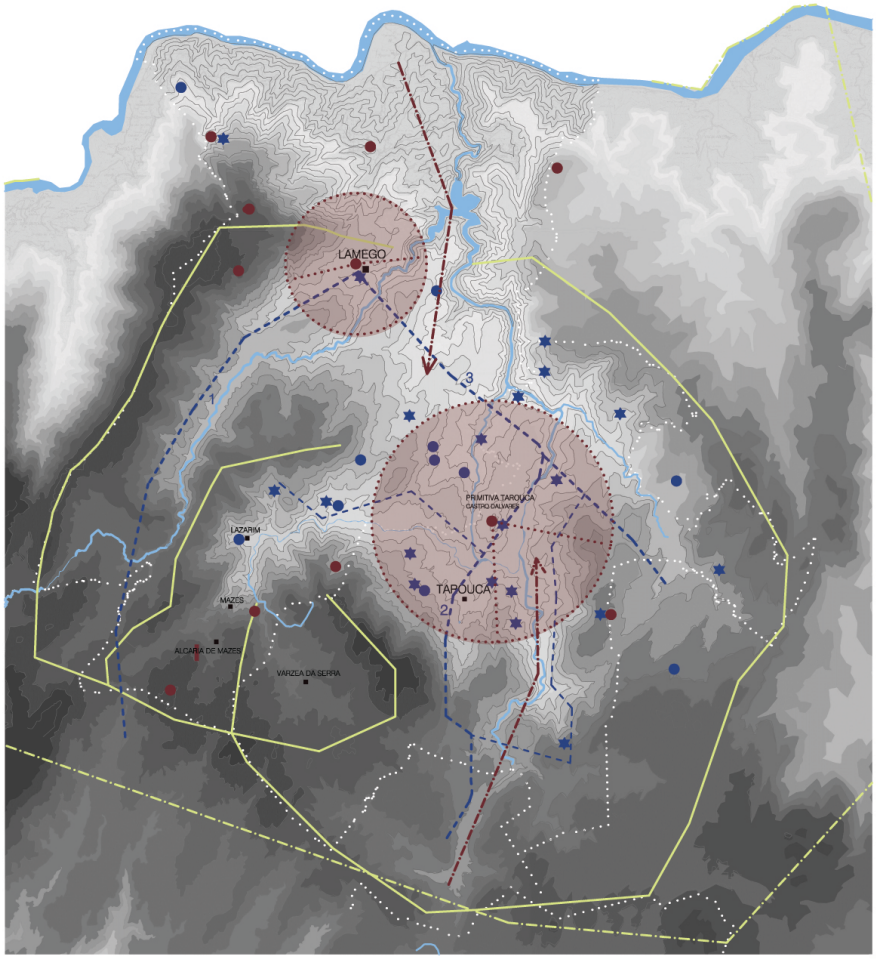
fig. 17

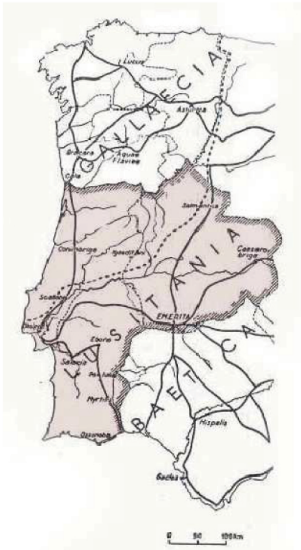
mamoas e mamoelas, entre outros.[23] O próprio topónimo da aldeia em estudo, Anta de Mazes, parece apontar etimologicamente para a existência de dólmens, contudo, apenas a tradição corrobora a sua possível existência.

fig. 18

A localização destas primitivas construções patenteia a preferência pelo rebordo da "unidade alveolar" e pelas alturas planálticas e despidas da Nave. É de ressaltar que a unidade geomorfológica deste altiplano poderia ter favorecido o estabelecimento de um "*populus*", de uma certa "unidade étnica",[24] que optaria por aí começar a estabelecer as primeiras comunidades agro-pastoris e a construir os seus *tumulus* nas grandes superfícies de aplanação da serra, numa intenção simbólica de afirmação na paisagem e marcação territorial[25]. Apesar do clima rude, é

[22] Marques 199-, volume I: 102; Ribeiro 1989, volume III: 628.
[23] Fernandes 1990A.: 98-101; Costa 1977-1979, 24: 20; Correia 1995: 80-82.
[24] Fernandes 1990: 98.
[25] Marques 199- , volume I : 136.



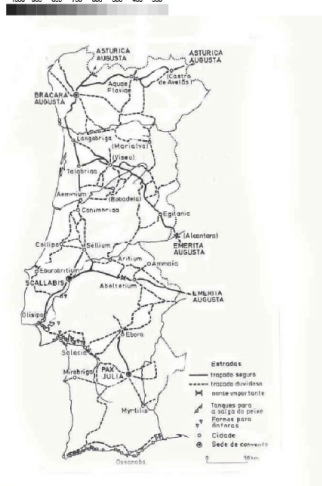


22 | Provincia da Lusitânia Romana

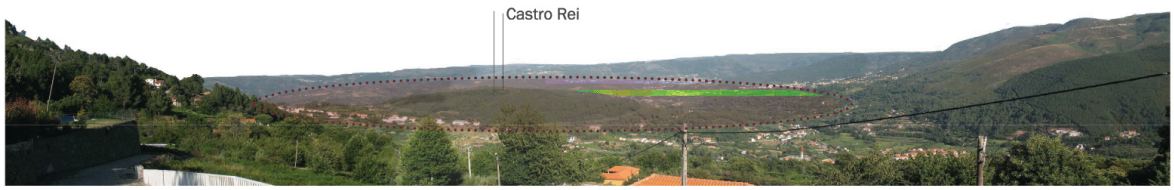
19 | Período Castrejo e Romano

Legenda:

- Castro
- Castro romanizado
- Topónimo Castelo
- Vestígio Romano
- Possível *villa* romana
- Possível estrada romana
- Coilarnos
- Principais pontos de abertura da Macro unidade alveolar







20 | Vista a partir do castro de Lamego para Sul
21 | Vista de Melcões em direcção a Castro Rei-Dalvares

23 | Principais itinerários romanos

provável que aqui tenha encontrado chãs propícias à agricultura e áreas favoráveis aos percursos transumantes da pastorícia.

fig. 19

A cultura castreja encontrou a sul do rio Douro, apesar da sua maior concentração se verificar a norte[26], condições geomorfológicas propícias à implantação dos castros. Estes pequenos povoados[27], eram de acordo com as fontes clássicas, os testemunhos de um dos «povos» lusitanos, os *Coilarnos*[28], que habitavam durante o período dos séculos V a.C. ao séc. II a.C.[29] uma região da Lusitânia pré-romana, que circunscrevia a área abrangida por esta "macro unidade alveolar". As constantes guerras tribais, aliadas a um espírito de prevenção, determinaram a implantação dos povoados em locais de difícil acesso, em cabeços rochosos com bom domínio sob a paisagem circundante, em vertentes íngremes naturalmente protegidas, em pontos de transição para os vales e muitas vezes artificialmente reforçadas por uma ou mais muralhas de defesa. Para além do referido e prioritário critério defensivo, outros factores interferiam na escolha do lugar, como a proximidade a água, a minerais como o estanho, cobre e Volfrâmio e a meios favoráveis à prática das actividades agro pastoris, marcada pelas culturas predispostas a locais mais elevados. São várias as estâncias castrejas identificadas nos rebordos altimontanos numa posição sobranceira ao interior desta "unidade alveolar": Penude, Penajoia, Avões, Castelo da Maia, Mata de Lobos e castro de Mondim-Paçô; noutros casos, localizam-se em zonas mais próximas às zonas aluviares em outeiros perfeitamente destacados na paisagem, permitindo cobrir visualmente a região contígua numa amplitude de 360º, como é o caso do castro de Lamego e Castro Dálvares também conhecido por "Castro Rei".[30]

fig. 20-21

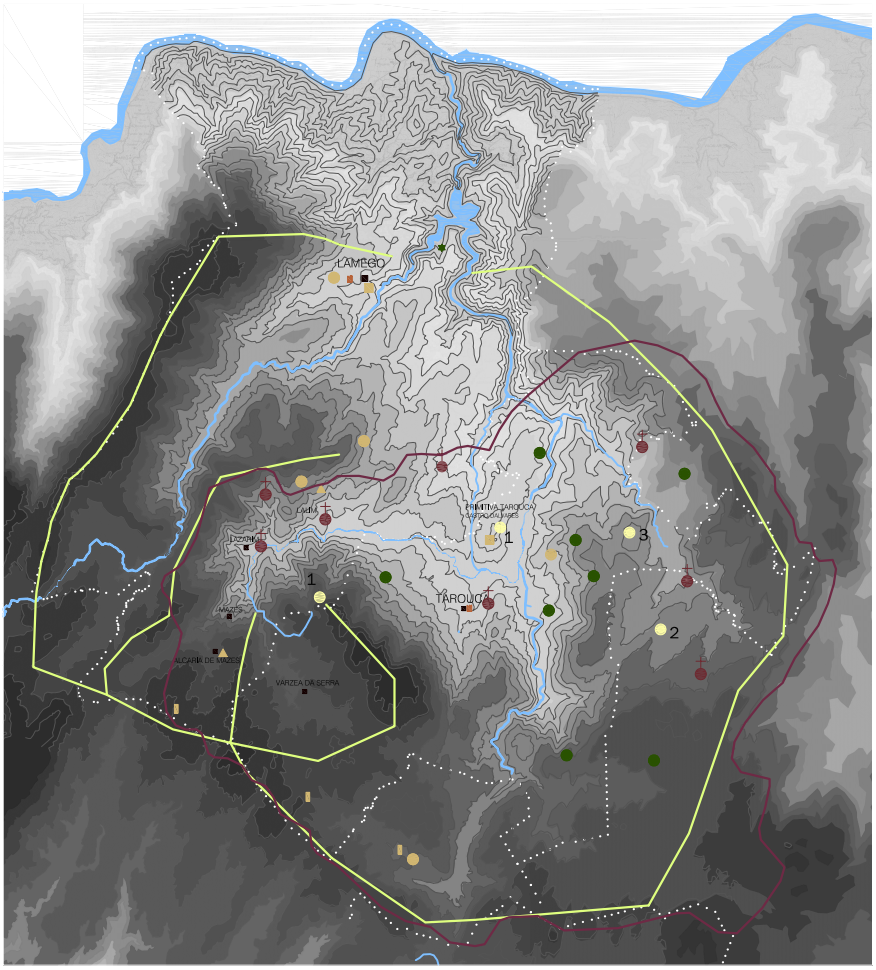
Na sequência do processo de romanização iniciado na Península Ibérica no séc. II a.C., especificamente na região da antiga Lusitânia, a partir de 137 a.C.,[31] são sentidas fortes mudanças na estruturação do território e na fisionomia da paisagem. Pacificada a totalidade da Hispânia, inicia-se um reordenamento territorial de carácter administrativo. As terras de Tarouca, tornam-se parte integrante da província da Lusitânia com capital em Mérida. São estipuladas unidades administrativas, as *civitates,* que agrupariam os vários povos proto-históricos, entre as quais destacamos a *civitates coilarnorum*[32], e que abrangeria a área definida na fig 19.

fig. 22

Com a consequente «paz romana», muitos dos *castelluns* lusitanos são abandonados. A população desce à planície, onde promovem o desenvolvimento da agricultura e provocam a alteração da paisagem, humanizando-a: pelo recuo da floresta e dos matagais, e pela formação de grandes propriedades de exploração agrícola, as *villa*e, que se disseminavam pelos vales desabridos de terrenos mais férteis. Estas pequenas células de exploração agrária estariam ligadas entre si por uma "apertada rede viária" que estruturaria uma malha de povoamento no interior desta grande unidade, estruturada em três eixos principais de ligação. No sentido norte-sul, dois eixos principiavam na cidade de Viseu pela qual passaria o importante itinerário Emerita-Bracara, um partiria em direcção a Lamego passando por Castro Daire (1) e o outro em direcção a Tarouca (2), ambos bifurcariam num terceiro, no sentido sudeste noroeste, que faria a ligação Lamego-Guarda

fig. 23

[26] "Foi estabelecido com relativa nitidez o âmbito mais alargado da sua área, pelos rios Navia e Esla a Oriente, pelo rio Vouga a sul e com limites naturais a Norte e Oeste, pelo Oceano Atlântico, cobrindo o Norte de Portugal, a totalidade do território galego, a zona ocidental das Astúrias e as regiões imediatas.". Silva 1986: 17.
[27] Recordados na toponímia pelos nomes de Crasto, Castelo, Castelinho, Cristelo, Crastelão. Mattoso: 185.
[28] Vaz 2007: 17-19,21,31.
[29] Bronze final - Idade do Ferro.
[30] Em cartas arqueológicas fornecidas pela Câmara Municipal de Lamego; Pereira 2002: 69-70; Fernandes 1990A: 112-117; Costa 1977-1979: 25- 29; Fernandes 1995: 21,23,47,184;Fernandes 1990: 97-9; Vasconcellos, 1922: 15; Pereira 2002: 10-11,69.
[31] Costa 1977-1979: 30.
[32] Vaz 2007: 19-25.



24 | Período Suevo-Visigótico e Período árabe

Legenda:

- Possivel *villa* germanica
- Vestigio germânico
- Ermidas anteriores ao sec XII
- Paróquias do *Territorium civitatis Taraucense*
- Territorium civitatis Taraucense
- Topónimos árabes
- Topónimo alcaria
- Topónimos "moiro" e vaiantes
- Castelos em posse árabe no ano 1000 d.C.



25 | Cume do Alto da Maia, Ermida de Sta Bárbara

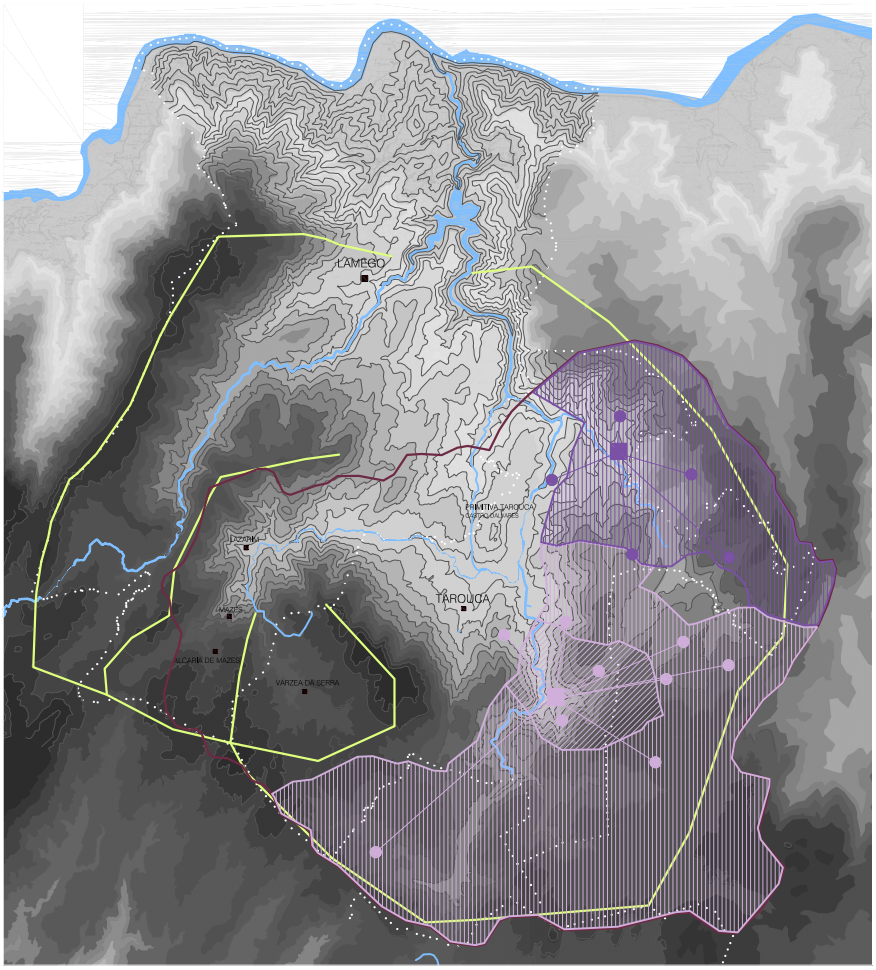
(3).[33] Abundam os vestígios toponímicos de possíveis *villae,* Ferreirim, Pidre, Magustim, Sever, Lazarim e Lalim, [34] são alguns dos exemplos. Fragmentos empedrados de estradas, pautadas por um ou outro marco miliário, evidenciam, de igual modo, a presença romana que também ficou assinalada pela epigrafia latina e pelos achados ocasionais de cerâmica e moedas, que foram surgindo nos castros de Mondim-paçô, Lamego e Castro Rei e em algumas povoações como, Lalim, Meijinhos, Penude.[35] Muitos povoados pré romanos, cuja localização que seria fundamental na defesa de pontos de abertura/fenda dessa unidade alveolar, poderiam ter mesmo permanecido ocupados continuamente até época islâmica e a Alta Idade média, dando origem, a muitas das actuais povoações. A presença de ouro, "ao pé do rio onde hoje chamam poldras" "no sitio de Lalim, no termo da Vila de Tarouca»,[36] e as explorações mineiras de volfrâmio, identificadas na área de Lazarim e Meijinhos[37], poderiam ter justificado a preferência dos romanos por este local.

fig. 24 Com os suevos e visigodos convertidos à religião cristã, surgem entre o séc. VI e VII as novas dioceses de Pax, Lamecum, Veseo e Conimbria. Em 570, o *territorium civitatis Taraucense*, converte-se numa das *Paroeciae*[38] (subdiocese) da diocese de *Lameco*. As ermidas pagãs de Santa

fig. 25 Bárbara (1), Santa Margarida (2) e de Santa Catarina (3), situadas nas imediações dos castros são cristianizadas.[39]Foi, igualmente, neste período que se ergueu a igreja de Balsemão e se cunhava em Lamego as moedas de Sisebuto[40], revelando a importância cultural, religiosa e histórica. Os invasores germânicos deixam na região de Lamego e Tarouca poucos indícios materiais da sua presença. O possível povoamento germânico, representado pela toponímia antroponímica genitiva[41], que segundo A. Fernandes, datará do período suevo e não da reconquista, aparece representada sobretudo, na zona oriental desta "unidade alveolar". Estes povos limitar-se-iam a colonizar muitas das propriedades hispano-romanas do vale, atribuindo-lhes os seus nomes germânicos e é crível que recuperassem certas estruturas castrejas abandonadas.[42]

fig. 24 Entre os séculos VIII e XI, o território compreendido entre o Douro e Mondego, do qual a região de Lamego e Tarouca se inclui, foi, pela sua posição fronteiriça entre cristãos e árabes, palco de violentas incursões. À primeira reconquista cristã de Lamego aos mouros, e consequente tentativa de repovoamento empreendidas por Afonso III em 877, segue-se a reconquista da região por Almansor que, em 915, restitui de novo o poder aos muçulmanos. À data da definitiva reconquista cristã por Fernando Magno (1057), a cidade de Lamego encontrava-se sujeita à administração do régulo, Zadan Iben Huin, que permanecerá a governar como tributário deste monarca até à criação, em 1064, da província consular Sisnandina, sedeada em Coimbra.[43] Os muçulmanos são expulsos mas a influência árabe sobrevive à reconquista, representada pela comunidade moçárabe[44] que aí se vinha estabelecendo e da qual existem fortes indícios toponímicos.[45] Embora este território tivesse sido fortemente islamizado, como o comprova a abundante toponímia, desconhecem-se vestígios materiais da sua presença. Nada nos certifica que toda a toponímia árabe possa ser incluída num mesmo período de povoamento, até porque muitos

[33] Fernandes 1990: 167-168; Costa 1977-1979: 31; Figueiredo 1953: 24, 31-33.
[34] Fernandes 1990:146, Albuquerque 1962: 6.
[35] Costa 1977-1979: 32-33.
[36] Fernandes 1990: 92.
[37] Minas da Andorinha e de Meijinhos.
[38] Fernandes 1995: 173; Fernandes 1995: 307.
[39] Fernandes 1990A: 151.
[40] Serra 1986: 12.
[41]Entre os topónimos deste período, encontram-se Sisão, Ufe, Auxiliar, Resende, Grajião, Brufe, Gondomar, Alvite, Mões, Frogão, Quintão, Recião. Fernandes 1990A: 142-143.
[42] Barroca 2005: 197,206.
[43] Fernandes 1990 :174-189; Costa 1977-1979: 182,196.
[44] "O moçárabe: o cristão em território muçulmano, que com ele vivia legal ou contratualmente". Barroca 2005: 56.
[45] Fernandes 1990: 175.



26 | Ordem de Cister

Legenda:

- Convento de Salzedas
- Granjas do Convento de Salzedas
- Convento de S. João de Tarouca
- Granjas do Convento de S.Joao de Tarouca
- Territorium civitatis Taraucense
- Couto inicial de S.João de Tarouca
- Couto ampliado de S.João de Tarouca
- Couto de Salzedas





27 | Convento de S. João de Tarouca

28 | Convento de Salzedas

destes topónimos, seriam fixados num período mais tardio, por influência de palavras de origem islâmica que entrariam no vocabulário corrente medieval. Relativamente ao povoamento, considerando ser esta uma civilização bastante tolerante, sobretudo, quando não lhe era oferecida grande resistência, acreditamos ter havido a manutenção da estrutura do povoamento, recuperando pontos vitais que importavam à sua segurança. Alguma toponímia reporta-se à existência de povoamento árabe como é o caso de Almofala, que deriva do arábe *al-mahallâ*, «campo, arraial, acampamento, bairro, aldeia», possivelmente um dos acampamentos militares, que serviam de às investidas de Almansor em direcção à Galiza e Leão.[46] Outra, refere-se a fenómenos de migração como é o caso de Almodafa (*al-Muzaffar*) e Melcões (*malik*)[47] ou, então, à presença de muçulmanos de fora da Península como S. Martinho de Mouros.[48]

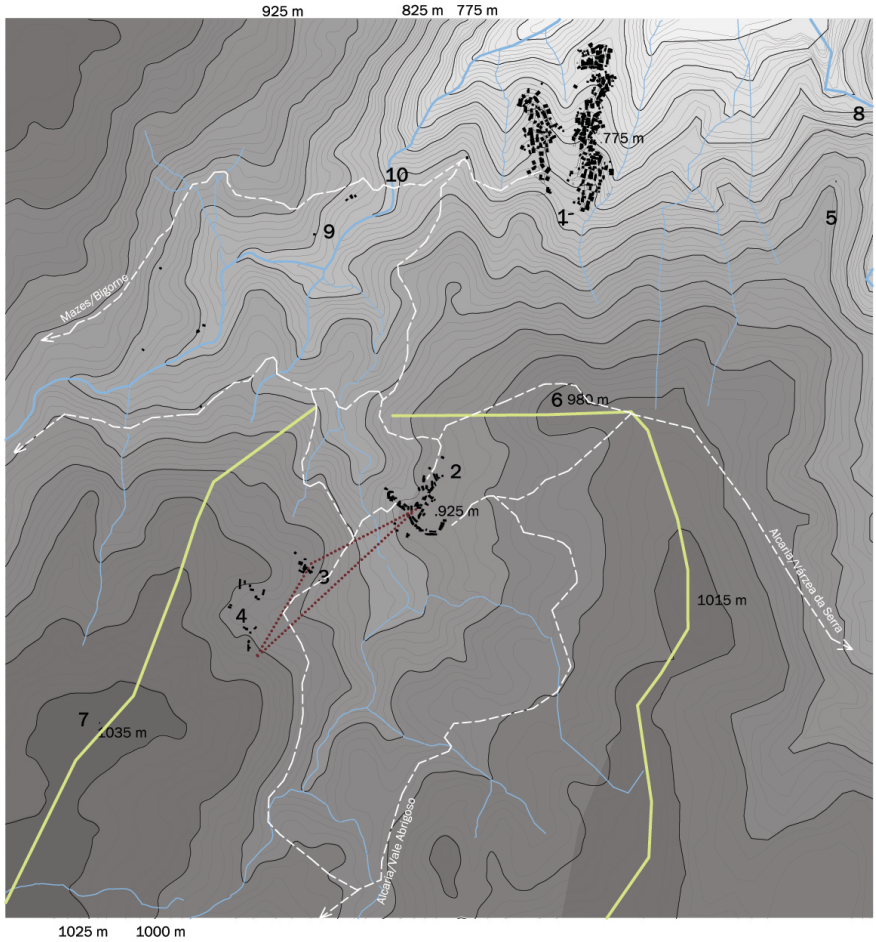
fig. 26

Um outro factor importante é a presença da Ordem de Cister em toda a região, quer através dos seus mosteiros, S. João de Tarouca, fundado em 1143, e Salzedas, quer pela toponímia, com a introdução do vocábulo de origem francesa, granja e suas variantes. As granjas, estabelecimentos «demo-agrários» aparecem espalhadas por toda a região e muitas vezes eram dotadas de *carta de povoação*[49]. Em muitos dos locais escolhidos para a implantação das granjas, já haveria povoação e agricultura estabelecida, como a própria toponímia antroponímica evidencia: Almodafa, Almofala e Brufe.[50]Paralelamente ao papel de dinamização económica e ao incremento da agricultura, a distribuição das granjas cistercienses, permitiu a ordenação e ocupação do território fixando população em locais praticamente desabitados.

fig. 27-28

Desta forma, é possível percebermos o posicionamento estratégico e central dos mosteiros no interior de cada subunidade alveolar, estruturando uma "constelação" de granjas que se distribuíam gravitacionalmente à sua volta.

[46] Barroca 2005: 59.
[47] Barroca 2005: 56; Serra 1986: 20.
[48] Barroca 2005: 56.
[49] Fernandes 1974: 16.
[50] Fernandes 1995: 244.



29 | Micro unidade

Legenda:

1. Mazes
2. Alcaria de Mazes
3. Sabugueiro
4. Castelo
5. Mata de Lobos
6. Alto do Pedrógão
7. Coto do Castelo
8. Rio Santo
9. Rio Poldras
10. Ponte das Poldras

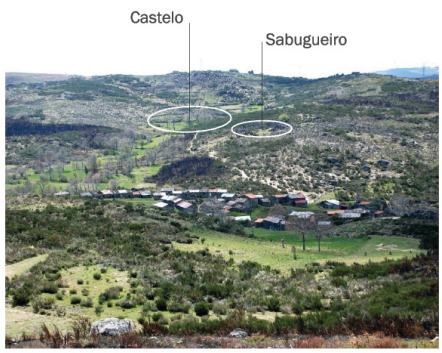
Linhas de água
Relações visuais
Linha de festo
Caminhos

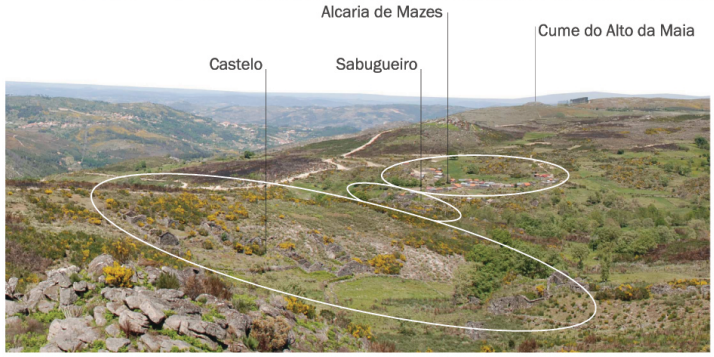
N 0 250m











30 | Sabugueiro
31 | Castelo
32 | Vestigios da povoação de mata de Lobos
33 | Vista a partir do Alto do pedrógão em direcção a sudoeste
34 | Vista a partir doCastelo em direcção a norte

Alcaria de Mazes: génese especulativa, desenvolvimento e extinção

A datação concreta de Alcaria de Mazes torna-se, pela falta de documentação escrita e arqueológica e pela impossibilidade em se estabelecer a datação precisa do seu topónimo, numa tarefa inexequível. Neste sentido, poderemos apenas enunciar, mediante a sua conjuntura histórica e disposição territorial, algumas reflexões pontuais, de certa forma especulativas, no que respeita à sua formação e evolução que possam definir uma caracterização cronológica e cultural segura.

fig. 29

A única referência bibliográfica[51] relativa à origem deste povoado reporta-nos a tempos proto-históricos, e associada a dois povoados conhecidos pelos nomes de Sabugueiro (1000m) e Castelo (1010m). No entanto, a atentar pela toponímia, o único que pela sua significação etimológica poderá corroborar na hipotética estrutura castreja, é o lugar do Castelo[52]. Predominam neste lugar, à semelhança de outras estâncias castrejas a sul do Douro, as construções de plantas rectangulares, o que pode funcionar como importante indicador de influência romana.[53] "Anta" de Mazes reporta-nos para uma ocupação humana que remonta a períodos pré históricos e Alcaria para uma cronologia árabe ou posterior, por influência de palavras que entraram no nosso vocabulário medieval. Na envolvente próxima destes povoados são identificados, no lugar de Outeiro Mourisco (1067 m) [54] e Mata de Lobos (1021m)[55] mais duas estruturas castrejas. É de ressaltar, que no espaço que havíamos definido como sendo uma micro "unidade alveolar", surjam três povoados proto-históricos estabelecendo pelas suas disposições territoriais fortes relações visuais. Mata de Lobos estaria numa posição sobranceira ao vale e à subunidade alveolar do vale de Lazarim, e, à semelhança do castro da Maia a sul de Lalim, estaria na origem do povoamento do vale.

fig. 30-31

fig. 32

fig. 33-34

Quanto a vestígios romanos, nas imediações de Alcaria de Mazes, nada parece ter sido encontrado, a não ser um troço de caminho em lajeado granítico bastante irregular, nas extremidades da ponte das poldras, popularmente atribuído a essa época. No entanto, a similitude dos vestígios não chega para provar a sua antiguidade, até porque a técnica de lajeamento romano permaneceu até aos nossos dias através das *canadas*[56]. Com efeito, porque haveria um ramal secundário ligar as povoações de Mazes e Bigorne? Como observa José Mattoso, no tempo romano a transposição de linhas de água pelos caminhos, era feita pela simples colocação de poldras sobre as quais se fixava um travejamento em madeira.[57] Segundo descrições populares sabemos ter existido no lugar da actual ponte, a sul de Alcaria na transposição do rio Poldras e a caminho do Sabugueiro e Castelo, uma estrutura semelhante.

Poderá ser atribuído ao topónimo Alcaria, uma cronologia islâmica? " (...) A arqueologia (...) tem vindo a demonstrar que muitos dos estabelecimentos muçulmanos coincidem com a ocupação de antigos povoados fortificados proto-históricos, alguns deles já reocupados na época visigótica (...)"[58] o que atesta uma vontade em voltar a procurar novos locais em altura, afastados dos grandes centros urbanos. Muitos destes sítios, nunca chegariam a ter uma ocupação romana e noutros

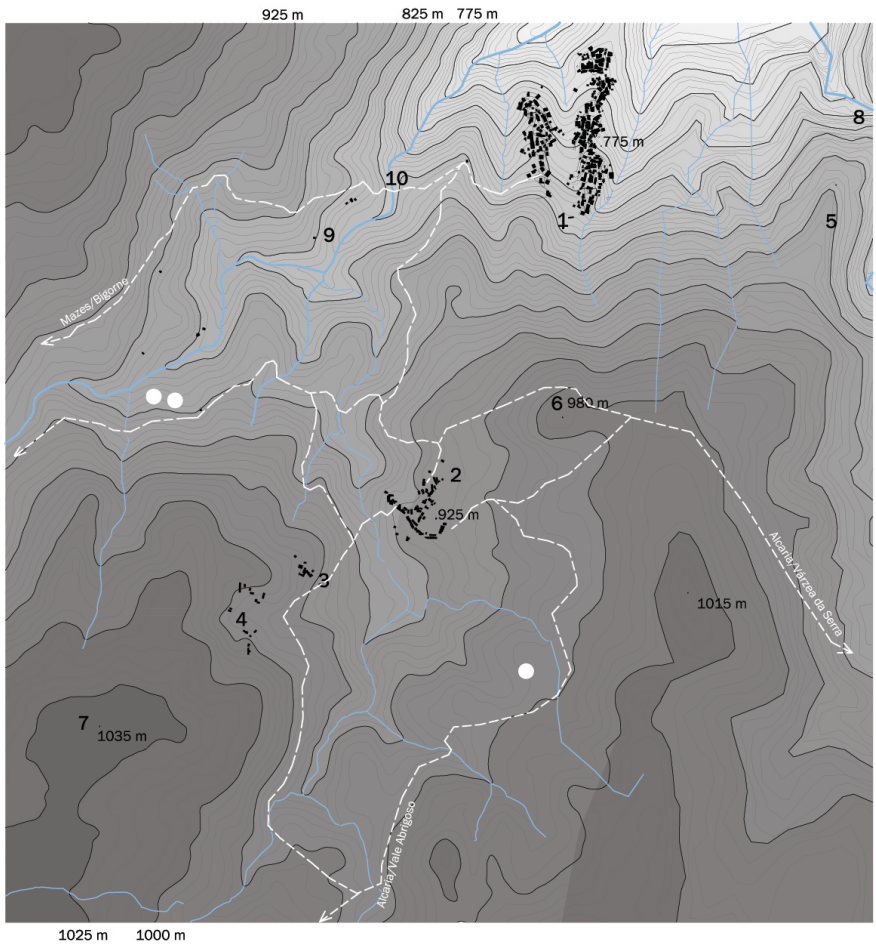
[51] Saraiva 2004: 13.
[52] Do lat. *Castellu* era aplicado pelos romanos a aldeias no cimo dos montes. Alarcão 1987: 65.
[53] Oliveira 1988:79,249.
[54] No Outeiro Mourisco, A.Girão considera ter havido "castro ou posição fortificada" "conhecida como povoação de Antas de Bigorne". Pereira 2002: 10-11.
[55] O lugar de Mata de Lobos na margem esquerda do rio Santo, a nascente de Antas, segundo alguns académicos, parece ter acolhido um outro povoado proto-histórico de origem celta, ainda possível descortinar pela presença de alguns vestígios de construções e de "uma muralha praticamente circular". Pereira 2002: 10-11.
[56] Canadas são caminhos rurais, muito semelhantes a caminhos romanos, que conduzem a povoação aos campos. Correia 1986.
[57] Mattoso, Volume I: 255.
[58] Barroca 2005: 197.

casos essa reocupação seria anterior à muçulmana e possivelmente visigótica.[59] Para Mário Barroca, no período compreendido entre os sécs. VI e IX sempre que se verificava " (...) alteração toponímica, acompanhada ou não por uma nova modalidade de ocupação do espaço, podemos depreender que grupos exógenos se instalariam sobre povoações já abandonadas, ainda que num momento relativamente recente ou que escolheriam um novo local para habitar, (...)"[60] e sempre que se conservaria o topónimo romano ou visigótico é porque manter-se-ia a população autóctone. Talvez pudéssemos considerar a primeira hipótese para os casos de Alcaria e Mazes.

A abundante toponímia árabe, aponta para a islamização da região, no entanto, a presença instável e episódica, aliada a uma prática corrente no processo de colonização árabe em reocupar povoados antigos ou recentemente abandonados, assim como, a falta de vestígios materiais da sua presença, remetem-nos outras possíveis géneses fundadoras. Todavia, nestes territórios fronteiriços a população seria marcadamente moçárabe e desde que a submissão nas cidades perante o invasor fosse imediata, manter-se-iam as principais paróquias visigóticas e permanecendo a população autóctone cristã dos meios rurais com uma certa autonomia[61]. Os invasores ocupariam provavelmente os principais centros urbanos,[62] *Lamico* e Tarouca, bem providos de defesa onde se estabeleciam as guarnições. Nas restantes comunidades rurais, como Lazarim, permaneceria a grande comunidade rural de cristãos, moçárabes e *muladis* que, pela capitulação, garantia a sua liberdade religiosa e a posse dos seus bens e terras.

Foi, precisamente, na freguesia de Lazarim, que A. Fernandes identificou a maior ocorrência de antroponímicos arábicos que se referem especificamente ao povoamento de *muladis*[63], nas variantes toponímicas de Moldes: Alvitão, Dom Flores Moira, Mazes, Moldeira e Moliqueira[64]. Contudo, nada nos permite aferir certezas relativamente a qual das dominações arábicas poderão pertencer, diluindo-se num período que se estende dos século VII ao século IX.[65] Relativamente às outras ocorrências toponímicas das vizinhanças: Porto Mourisco, Pé de Mouro, Corgo de Mouro, Moiriscas e Outeiro Mourisco, a atribuição de uma cronologia islâmica é pouco segura, visto ser extremamente comum a associação popular dos topónimos "mouro" e suas variantes, a tudo o que é antigo ou que teria sentido arqueológico. Se atentarmos no topónimo Alcaria do árabe *al-qarya*, e na sua significação de «vila, pequeno povoado»[66] e «casa campestre para guardar instrumentos de lavoura»[67] percebemos que, ao contrário dos anteriores, nos remete para uma forma concreta e específica de ocupação humana bem presente na organização territorial durante o período de dominação árabe.[68] A utilização deste topónimo é, como referimos, mais restrita que o de aldeia, apesar de, em muitos casos, poder recuar a momentos de ocupação muçulmana. Foi desde cedo

[59] No concelho vizinho de Moimenta da Beira, nas imediações da povoação Caria, o topónimo alcaria aparece associada a uma estância castreja, corroborando com o acima exposto. Barroca 2005: 81.
[60] Barroca 2005: 197.
[61] Barroca 2005: 196.
[62] Catarino 1988: 74.
[63] Do árabe *mûlladin*, «mestiço», que terá originado *mollites* e que remete para a presença de *muladis*. Barroca 2005: 55. Estes seriam os descendentes dos que se haviam submetido a um pacto, que lhes garantiria a manutenção e posse das suas terras. Perante tais facilidades, responderiam com a aceitação do islão. Catarino 1988: 75.
[64] Fernandes, A. 1995: 251-254.
[65] Fernandes 1990: 183,239.
[66] Machado 1989: Volume I; Barroca 2005: 56.
[67] Hoauassis.
[68] Na divisão administrativa islâmica, a organização tradicional romana, e em parte, a escolha diocesana cristã foram respeitadas. *Assim*, os emiratos corresponderiam a uma província ou a mais províncias; as chamadas *kuwar* coincidiriam com os antigos *conventus* romanos ou com as dioceses religiosas cristãs e cada *kura* seria composta pelas cidades (*madina*), que estenderiam a sua jurisdição a um território circundante. Este hawz (alfoz, ou termo) era por sua vez povoado por pequenas comunidades rurais, que se constituiriam como as unidades básicas do povoamento rural muçulmano: as alcarias e as aldeias (arabe al -diya). Cada alcaria poderia ser um povoado único, ou um grupo de pequenos povoados, circunscritos a uma área fortificada. Estas seriam constituídas pelas casas dos camponeses e por um conjunto de terras aforradas, que seriam propriedade de um senhor ao qual os primeiros haviam de pagar imposto. Marques 199-.154; 183-190; Mattoso Volume I: 398.



35 | Micro unidade

Legenda:

1. Mazes
2. Alcaria de Mazes
3. Sabugueiro
4. Castelo
5. Mata de Lobos
6. Alto do Pedrógão
7. Coto do Castelo
8. Rio Santo
9. Rio Poldras
10. Ponte das Poldras

Sepulturas

Caminhos

N 0 250m





36 e 37 | Sepulturas rupestres antropomóficas

usada no português corrente e generalizado às aldeias cristãs, sendo por isso muito mais difícil de identificar a sua verdadeira origem. Verifica-se, no reportório toponímico de Portugal, não haver ocorrência de alcarias a norte do rio Douro, o que poderá significar que não terá havido tempo de permanência suficiente para a criação deste tipo de povoados.[69]

fig. 24

Na envolvente próxima da Anta de Mazes, foram identificadas outras Alcarias por A.Fernandes em Lalim (Alcaria)[70], em Granja Nova (Alqueiria)[71] e S. João de Tarouca (Alcarias).[72] O mesmo autor afirma que nestes casos não se podem considerar como povoados mas como "terreno com casa".

Teriam estas alcarias integrado uma rede mais vasta de pequenos povoados agrícolas, estabelecida no termo de Tarouca, em tempo de dominação árabe?

fig.35-36-37

As sepulturas rupestres, encontradas nas imediações de Alcaria, poderão funcionar como um importante dado arqueológico. Para além de comprovarem uma ocupação permanente, tornam-se muito relevantes na aferição e confirmação da estrutura de povoamento e da sua cronologia. Mas em que período temporal será mais correcta a sua inserção? [73]

Segundo Mário Barroca a " (...) arqueologia da religião e da morte com a menção de igrejas e sepulturas rupestres, nomeadamente na região de Viseu, é bem reveladora de que existiram necessariamente povoações moçárabes. (...)"[74]. Esta prática cristã, iniciada por volta do séc. VII/VIII, terá evoluído tipologicamente ao longo dos tempos até ao século XI [75], sendo provável que a maioria se situe cronologicamente entre o séc. IX e meados do séc. XI. No entanto, só o estudo arqueológico e tipológico das sepulturas integradas num âmbito regional, poderia apurar cronologias mais precisas. Segundo o mesmo autor, o predomínio de moçárabes poderia ter justificado a manutenção das antigas estruturas religiosas (ermitérios) existentes desde o período visigótico, sendo frequente, principalmente nas zonas fronteiriças a Norte do Tejo, estarem associadas a algumas das sepulturas escavadas na rocha. O sepulcro popularmente conhecido por "cama da moura"[76], situado nas imediações do cume da Maia onde outrora se situaria a Ermida de Santa Bárbara, trata-se, possivelmente, como observa A. Fernandes o sepulcro da ermitã Richalda. Estas sepulturas encontram-se normalmente dispersas, em locais destacados mas sem proeminência espacial, associados a caminhos nas proximidades dos povoados, o que revela, por um lado, a inexistência de um cemitério paroquial e, por outro, o seu possível afastamento do espaço urbano. Mário Barroca associa este tipo de enterramento a um povoamento disperso de agregados mais ou menos alargados que habitavam em pequenos casais agrícolas.

Deste modo, considerando outras investigações referentes a alcarias[77] e o estudo de Mário Barroca no período compreendido entre o sécs. VI e IX[78], este território não terá ficado *ermo de povoamento,* o que nos leva a ponderar na hipótese de não ter havido no lugar de Alcaria de Mazes

---

[69] Em Portugal, o topónimo alcaria aparece em número bastante inferior ao verificado em *kuras* hoje situadas em território espanhol, surgem porém com maior abundância no sul, distribuindo-se pelo Algarve e Baixo Alentejo sobretudo nos distrito de Faro, Beja, e ainda em menor quantidade pelos distritos de Setúbal, Évora, Santarém, Leiria, Coimbra, Aveiro, Viseu, Guarda, Castelo Branco e Portalegre. Marques 199- : 151,188-189.

[70] A poucos metros da povoação de Melcões. Fernandes 1990: 16,40; Fernandes 1990: 102; Barroca 2005: 56.

[71] Fernandes 1995: 116.

[72] Fernandes 1995: 243.

[73] A origem deste tipo de enterramento avulso e escavado na rocha natural tem suscitado uma aberta polémica entre os especialistas e, desde a primeira metade do séc. XX, muitos foram os que se debruçaram sobre o seu estudo, numa tentativa de consenso quanto à sua datação. Assim, muitos defendem a atribuição a tempos proto-históricos (Pela proximidade das sepulturas a povoados proto-históricos, segundo Amorim Girão e Alberto Correia), outros romanos Santos Rocha, Simões Ferreira Rodrigues.(Importante realçar que os romanos recorreriam à cremação dos cadáveres excepto tratar se de personagens importantes. Costa 1977-1979: 34), mouriscos (Pinho leal, costa 1977-1979: 34) e tempos cristãos(Autores como António Cruz e Ferreira de Almeida).

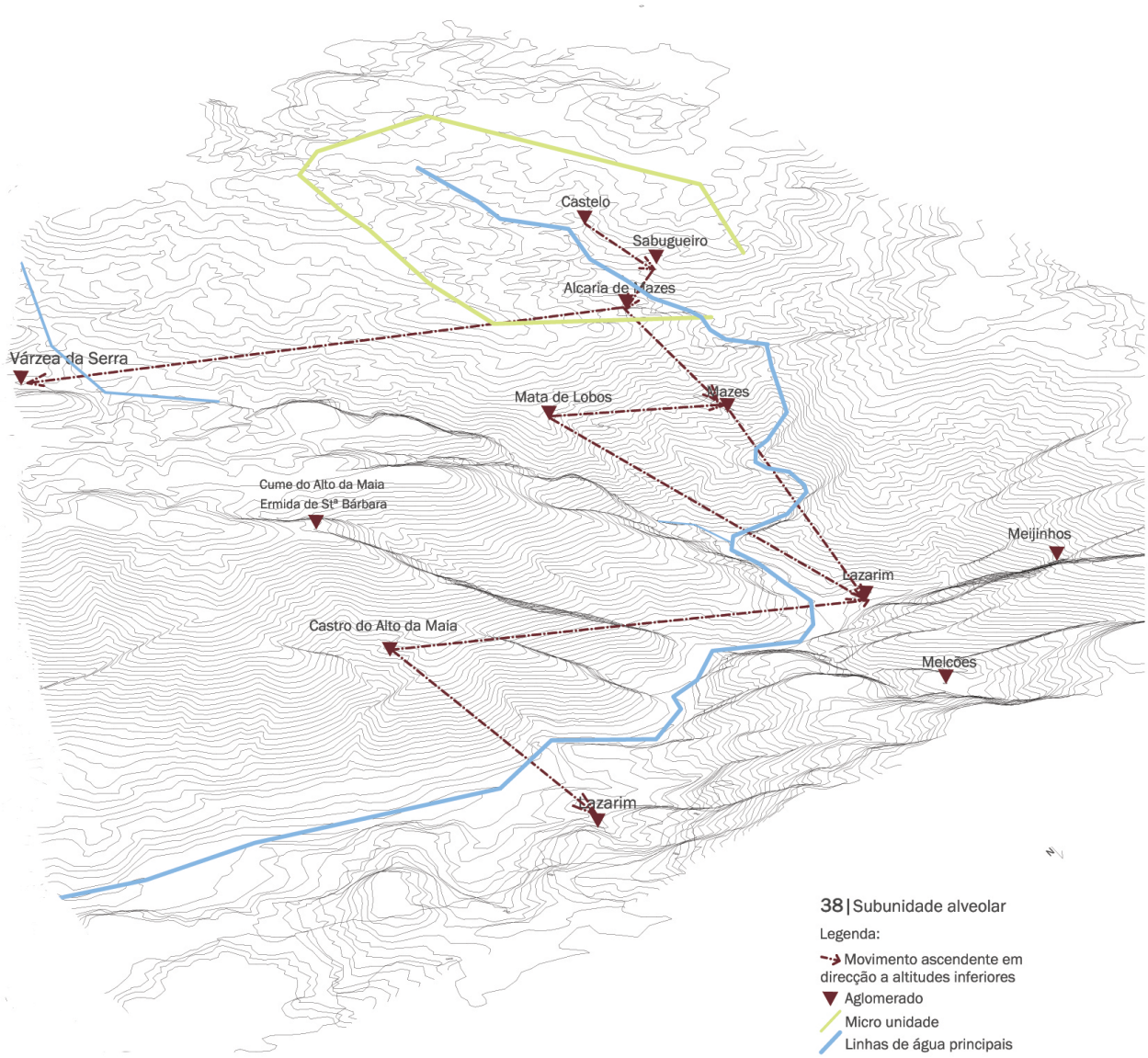
[74] Barroca 2005: 196,202.

[75] Barroca 1984: 12.

[76] Fernandes 1995: 95; Fernandes, A. 1995: 102-106; Costa 1977-1979: 34.

[77] Catarino 1988: 547-548,568.

[78] Todos têm como ponto de partida que este período da conquista árabe terá sido pouco violenta em meios rurais, respeitando as dioceses visigóticos e muitas vezes reocupando lugares antigos.





39 | Castelo vertente norte

uma ruptura completa com os povoados do passado, embora sofrendo uma alteração toponímica. Fruto desse período aqui se havia estabelecido uma comunidade de *muladis* e moçárabes, que deixariam, por sua vez, nas sepulturas, o único vestígio visível de um povoamento permanente.

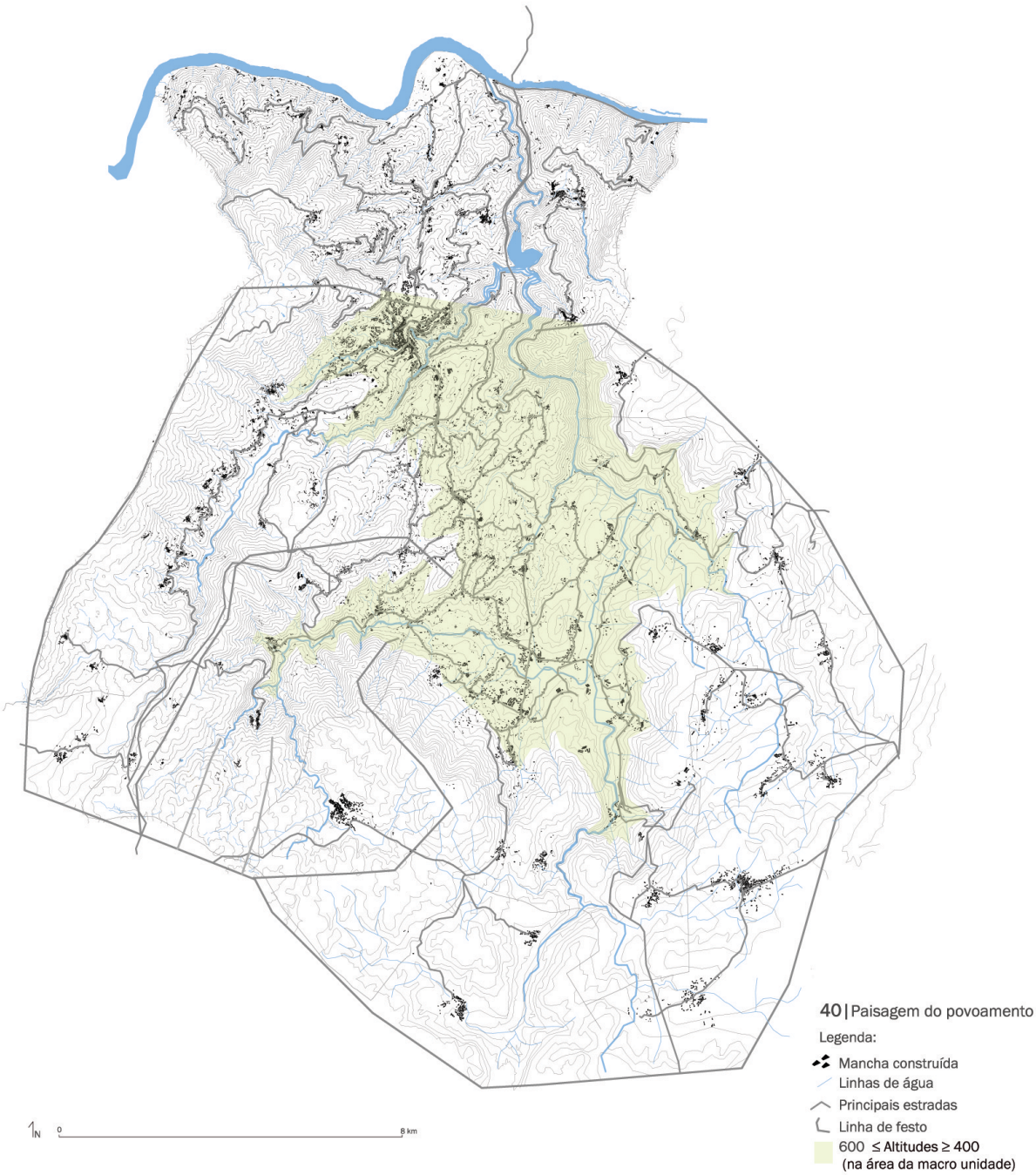
Mas a partir de que momento haveria transformado em habitat temporário? A memória dos habitantes das povoações vizinhas de Alcaria, garantem que Anta terá sido habitada em tempos remotos. A sua população foi-se deslocando gradualmente para aldeias menos inóspitas e a mais baixas altitudes como Várzea da Serra, Vale Abrigoso e Mazes. A permanência tornou-se cada vez mais sazonal, transformando este povoado num apoio ao pastoreio durante a época quente. Ainda hoje, a Anta fica no percurso dos pastores que utilizam as casas para guardar o gado e pernoitar em tempo de verão. "Há 60 anos ainda vivia lá muita gente, depois foram vindo para aqui e só uma mulher ficou lá a viver sozinha durante quase vinte anos", dizem os mais idosos em Mazes."Joaquina da Anta", como é apelidada, foi a sua última moradora e é uma das poucas testemunhas de quem viveu permanentemente na aldeia actualmente desabitada. Os seus oitenta e seis anos de idade, não lhe permitem recordar com clareza o ano da mudança para Mazes, que segundo alguns populares deverá ter ocorrido há mais de 40 anos, no entanto recorda ter lá permanecido sozinha durante um longo período com a filha. Nascera ali, no local para onde os seus pais se haviam mudado à data do casamento e onde terão permanecido até à sua morte, deixando-lhe uma casa em Alcaria, o seu único abrigo.

fig. 38

fig. 39

Atentemos que a memória popular relata, em relação ao povoado vizinho do Castelo, a existência de um habitante permanente a quem chamavam "Fidalgo do Castelo", sem o qual, a Missa não principiaria, e cuja importância ficou registada no nome de um café da aldeia.De Mazes, apenas se sabe que esta povoação " alcandorada em declives rochosos de acidentado e proveitoso tracto agrícola"[79] seria no séc. XIII uma das duas villas reguengas da coroa[80] e das mais antigas da paróquia de S. Miguel de Lazarim[81]. Talvez pudéssemos relacionar o aparecimento de Mazes com o período romano, numa fase de aproximação ao vale. Relativamente ao seu topónimo, derivado do árabe *mulik*, remete-nos para a ocupação de *muladis* no período islâmico, justificando assim a possível alteração toponímica. De igual modo, constatamos que no topónimo Alcaria de Mazes, a preposição "de" poderá revelar uma espécie de "sujeição" e secundarização desta em relação à aldeia de Mazes. Partindo deste pressuposto seria Alcaria de Mazes, uma branda de apoio a Mazes no período islâmico? A importância do pastoreio terá sido acentuada com as migrações árabes e berberes o que associada à prática da transumância, que não atingia o relevo das regiões da meseta[82], resultaria, devido ao clima atlântico, na pequena distância entre cada povoação e a sua própria branda. Estes aldeamentos situados em terras serranas surgiriam como forma de assegurar, nos meses de maior calor (Março a Setembro), a actividade agro pastoril que sustentava a população. A aldeia de Inverno ficava, assim acessível a deslocações diárias para a sua manutenção e amanho de terras[83]. Com efeito, salientamos a proximidade existente entre Alcaria e Mazes, não havendo grande diferença altimétrica, inferior à verificada nas brandas e *inverneiras* de Castro Laboreiro.[84] Deste modo, tornam-se fundamentais os trabalhos arqueológicos sobre o terreno, que possam confirmar, rectificar ou refutar algumas das considerações acima enunciadas.

[79] Fernandes 1995A.: 253.
[80] Fernandes 1995A: 29.
[81] Fernandes 1963: 128.
[82] Marques 199- : 160.
[83] Matoso volume I: 376.
[84] Lima 1993.



40 | Paisagem do povoamento

Legenda:

- Mancha construída
- Linhas de água
- Principais estradas
- Linha de festo
- 600 ≤ Altitudes ≥ 400 (na área da macro unidade)

A paisagem do povoamento e dinâmicas dos assentamentos

A paisagem do "território humanizado" tal como a conhecemos, foi-se construindo e modificando, ao longo do tempo, e foi influenciada tanto pelo processo evolutivo do espaço doméstico do habitat como pela acção transformadora e artificializante do homem sobre este exterior e sobre os ecossistemas naturais transmutando-os e complexificando-os de acordo com as suas actividades e necessidades.[85] Assim, a paisagem é o resultado de um processo de contínua e profunda " eco-transformação", que se foi intensificando, desde à época neolítica até aos nossos dias, resultando numa manta diversificada de retalhos, que se tornou parte de um ecossistema em equilíbrio indissociável da matriz natural. À paisagem natural e aos seus originais ecossistemas foram-se sobrepondo, através de um sucessivo processo de aculturação em torno dos povoados, sistemas de "uso da terra" funcionalmente diversificados que nos remete para diferentes cronologias. [86]

Na leitura que hoje se faz do povoamento deve se ter em atenção que a escolha do lugar era, antes de mais, uma adaptação do homem ao meio ambiente. A par das características geográficas e climatéricas, também as razões históricas, foram determinantes na escolha estratégica dos assentamentos humanos e condicionantes nas distintas formas de povoamento. Estes povoados tornam-se parte integrante da paisagem humanizada, e dela são indissociáveis, contribuindo na acentuação da sua diversidade e dicotomia. Assim a sucessiva alteração da paisagem, deve-se, não só às alterações geomorfológicas, como também ao uso do solo, à densificação de vias de comunicação e à disseminação e forma dos assentamentos. Atentemos por isso nas diferentes unidades alveolares, e nas dissemelhanças e semelhanças encontradas ao nível da organização e forma dos assentamentos humanos.

fig. 40

No rebordo serrano da "macro unidade alveolar", os conjuntos habitacionais bastantes apartados na sua distribuição territorial, adensam-se numa malha urbana compacta e cerrada, que não permite a existência de grandes espaços de alargamento e socialização. A pobreza dos solos, o clima rigoroso, o uso e gestão dos recursos encontram-se entre os principais motivos condicionadores destas estruturas que, perante este cenário, procuram soluções que assegurem a sua sobrevivência mantendo idênticos critérios na escolha do lugar, como a funcionalidade, racionalidade e economia de recursos. A aglomeração serrana é, assim, uma resposta do homem às duras condições que se fazem sentir nestes territórios. Ele elege o local da aldeia em função das condicionantes básicas necessárias para o desenvolvimento da sua actividade agro-pastoril, aumentando a necessidade de se associarem, como luta ao isolamento a que estão confinados, o que fomentou as relações de entre ajuda comunitária. Apesar de apresentarem denominadores comuns de idêntica concepção espacial, são notórias, nos vários aglomerados serranos, variações do seu posicionamento e da sua configuração formal visto dependerem da condição orográfica específica dos lugares onde se implantam. Neste sentido, a proximidade muitas vezes encontrada entre a topologia do aglomerado e a morfologia do terreno deve-se ao forte vínculo existente entre os lugares e os sistemas de exploração de recursos que diferem com alteração da geografia dos sítios.

À medida que nos deslocamos para nascente e nos aproximamos da **centralidade da unidade macro alveolar**, percebemos que os aglomerados, tem tendência para se dispersarem no território, intercalando e pontuando o fragmentado espaço agrícola, estendendo-se ao longo das principais vias de comunicação. Verifica-se, no processo de crescimento destes povoados do vale, o

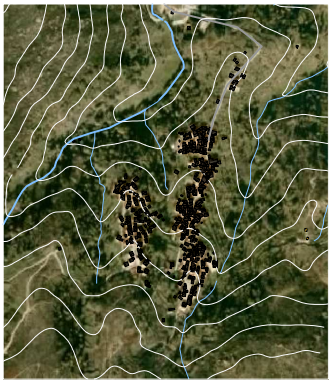
[85] Estudos/ Património nº 7 2004: 39.
[86] Estudos/ Património nº 7 200.



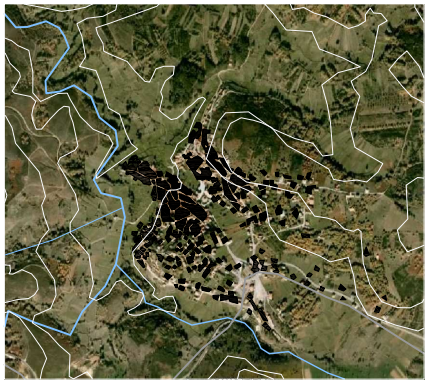
















42 | Mazes
44 | Meijinhos
46 | Várzea da Serra
43 | Planta Mazes
48 | Planta Lazarim

49 | Lazarim

45 | Planta Meijinhos
50 | Planta Lalim

47 | Planta Várzea da Serra

desenvolvimento de uma certa anarquia na disposição territorial das construções, que se vão espalhando pelo território numa urbanidade difusa, regida por sentimentos individualistas que destroem a sua unidade.

As vias de comunicação tornam-se nas principais artérias desta dispersão, contaminando de forma gradual e crescente à medida que nos aproximamos da capital de concelho. Assim, se reconhecemos que os tipos de povoamento rural são determinados, sobretudo, pelas formas do território, também nos apercebemos que as mais recentes formas de povoamento são determinadas e condicionadas pelas vias de comunicação existentes, o que justifica a forma linear que assumem. Se é certo que ao nível da organização e posição dos aglomerados serranos se poderiam associar os modelos de ocupação castreja, no vale, poderemos associar este povoamento disperso aos modelos históricos das «*villae*» romanas «*quintas*» e «*casais*», que se disseminaram em consequência da maior necessidade de controlo e intimidade sobre as culturas, substituindo o conceito de propriedade colectiva pela individual.

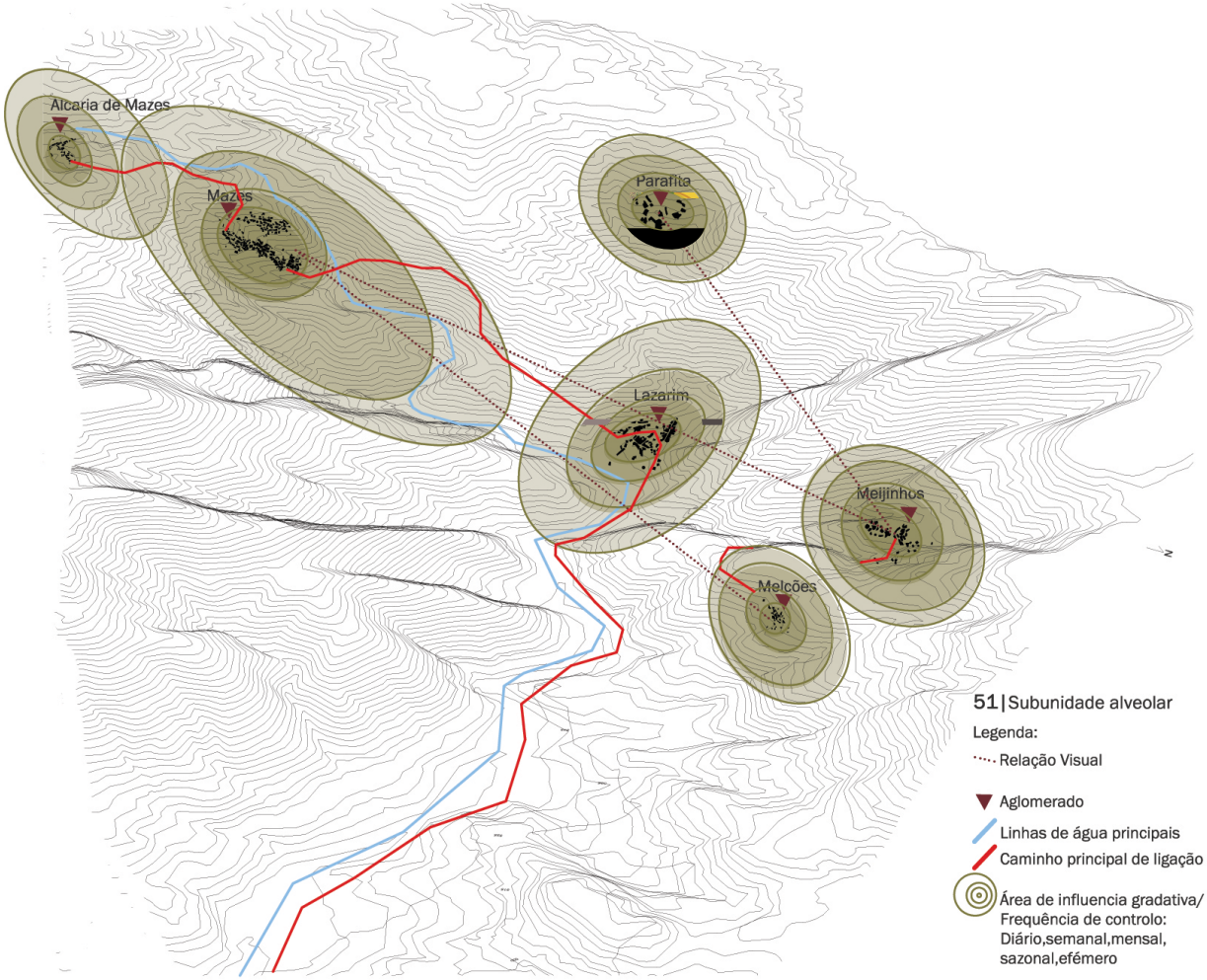
A grande densidade populacional do vale em relação à da montanha, é uma tendência que se tem revelado histórica, e que se relaciona com a desigualdade existente entre eles, tanto ao nível de produção agrícola, consequente de uma maior fertilidade dos terrenos, e por isso, de maior produtividade, como pela existência de uma maior rede de vias de comunicação. Esta tendência de abandono das zonas serranas, associada a um esvaziamento populacional que se agravou a partir de 1960[87], processa-se num sentido descendente em direcção ao vale, num fenómeno metaforicamente comparado a uma "Maré vasa", com a progressiva concentração da população, nas freguesias que se encontram juntos às principais vias de comunicação e junto às sedes de concelho.

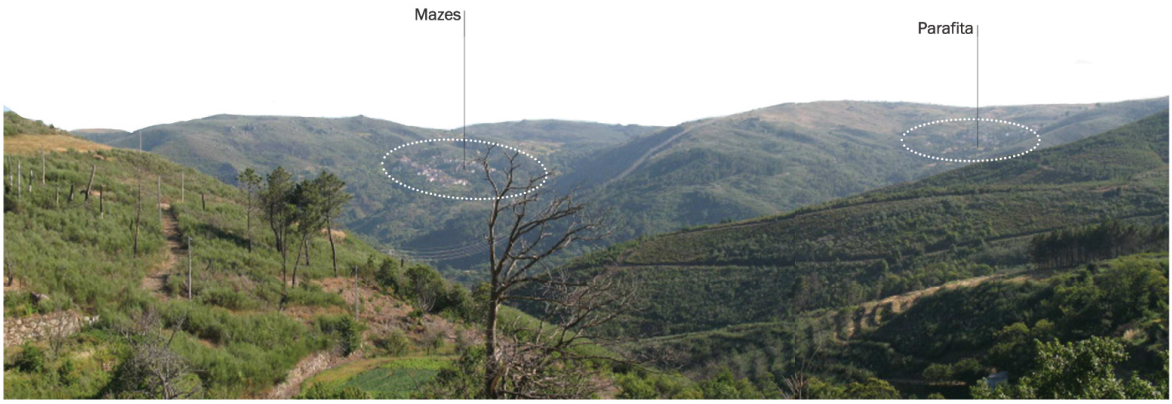
Voltando ao rebordo serrano, especificamente à "sub unidade alveolar" é notória, nalguns casos, a forma como recorrem à morfologia do terreno, para garantirem um posicionamento estratégico que lhes assegure o controlo visual relativamente às povoações vizinhas, e a uma complexa e inteligente rede de caminhos, que garante a sua ligação física. A segregação a que estão confinados estes povoados serranos repercutiu-se no maior arcaísmo das suas especificidades arquitectónicas e permitiu que, alguns chegassem aos nossos dias num melhor estado de preservação.

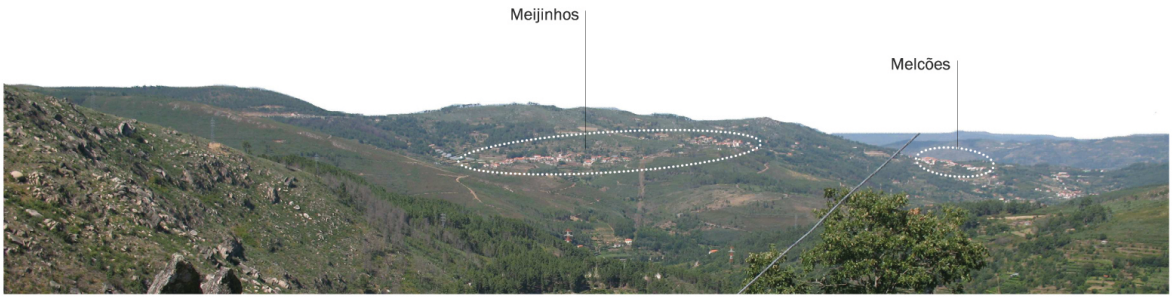
fig. 42-43

Assim, os declives meridionais mais prenunciados das suas bordaduras, condicionam a implantação em esporão do povoado de Mazes, situado entre os 800 e os 725 m de altitude. Este aglomerado, ao retomar a linha de festo, adquire uma configuração linear e um posicionamento alcandorado de declive rochoso sobranceiro ao vale. As construções concentram-se em torno do principal eixo de circulação, numa trama apertada, que evidencia ainda mais a hierarquia viária. Este desenvolvimento vertical, decorreu da necessidade em explorar transversalmente a serra e a ligação com os povoados de Alcaria de Mazes, assim como a necessidade em explorar a ligação ao vale e à linha de água entre os quais se desenvolvem, em socalcos os campos de cultivo de terras mais fundas. Este facto vem revelar que, para além das diversas condicionantes geográficas, a forma do assentamento seria fortemente influenciada pelo modelo agro-pastoril. Mazes respondeu, assim, a uma posição intermédia, entre campos e serra. Numa posição sobranceira, relativamente às zonas de cultivo, ocupava as áreas de menor ou nula aptidão agrícola, libertando as áreas mais favoráveis à prática agrícola, moldadas com o esforço de

[87] Estudos de caracterização do território Municipal de Lamego 2007; Dados estatísticos do Concelho de Tarouca.







52 | Vista a partir de Meijinhos em direcção a Sul
53 | Vista a partir de Mazes em direcção a Norte

gerações de forma evitar a erosão. Denota-se a curiosa proximidade entre a topologia do aglomerado e a configuração natural do sítio onde assenta, sendo que o perímetro do lugar, aglomerado e campos, encontram na orografia o seu desenho e limite.

fig. 44-45
fig. 52-53

No rebordo norte desta subunidade alveolar, de configuração morfológica menos declivosa, surgem povoados nalgumas depressões morfológicas a 750m de altitude, Meijinhos e Melcões, definidas por outras "micro unidades alveolares", com critérios semelhantes de implantação, mas que adquirem configurações orbiculares distintas de acordo com a especificidade geográfica do lugar e da configuração dos cabeços ou outeiros rochosos sobre o qual assentam. O aglomerado primitivo de Meijinhos situado num outeiro de superfície aplanada, estrutura-se de forma marginal à estrada. Mais uma vez denotamos o posicionamento do aglomerado sobranceiro relativamente aos campos agrícolas gizados geometricamente e concentricamente, a partir da aldeia. Foi o próprio terreno que induziu a escolha do lugar de assentamento, num posicionamento estratégico e privilegiado relativamente à paisagem, conseguindo obter diferentes enfiamentos visuais, a partir do ponto de fuga deixado pela "micro unidade" em que se insere, em direcção às povoações situadas no rebordo montano oposto da mesma subunidade territorial em que se implanta Mazes. Embora sem comunicação visual, as duas "micro unidades" definidas pelas povoações de Meijinhos e Melcões, comunicam fisicamente através de um caminho que procurou seguir, na sua delineação, a topografia do terreno, e o ponto de comunicação entre os dois "alvéolos".

fig. 46-47

Ainda no rebordo sul desta unidade, a "micro unidade alveolar", contigua à de Alcaria, a uma altitude de 900m, encontra-se o aglomerado de Várzea da Serra, encastoada numa chã deprimida da serra, ao abrigo do vento. As construções adensam-se de forma a maximizar os espaços de aptidão agrícola, numa ocupação de rentabilização e racionalização dos espaços, de forma a tirar partido da máxima exposição solar e libertar os solos férteis das várzeas, que ladeiam as principais linhas de água. Uma orografia suave, com ligeira inclinação descendente em direcção ao vale agrícola e orientação poente, permitiu que a forma inicial e primitiva do aglomerado, perfeitamente identificável pela análise planimétrica e construtiva das construções, se estendesse numa mancha circular, mononuclear e alongada em direcção aos campos agrícolas, apartada da principal via de acesso, que não interfere na delineação da sua morfologia. A necessidade de crescimento do aglomerado traduziu-se na criação de um segundo núcleo, situado mais a poente, contíguo a um ressalto do terreno, que condicionou o posicionamento das construções que se estendem em ruas paralelas às curvas de nível.

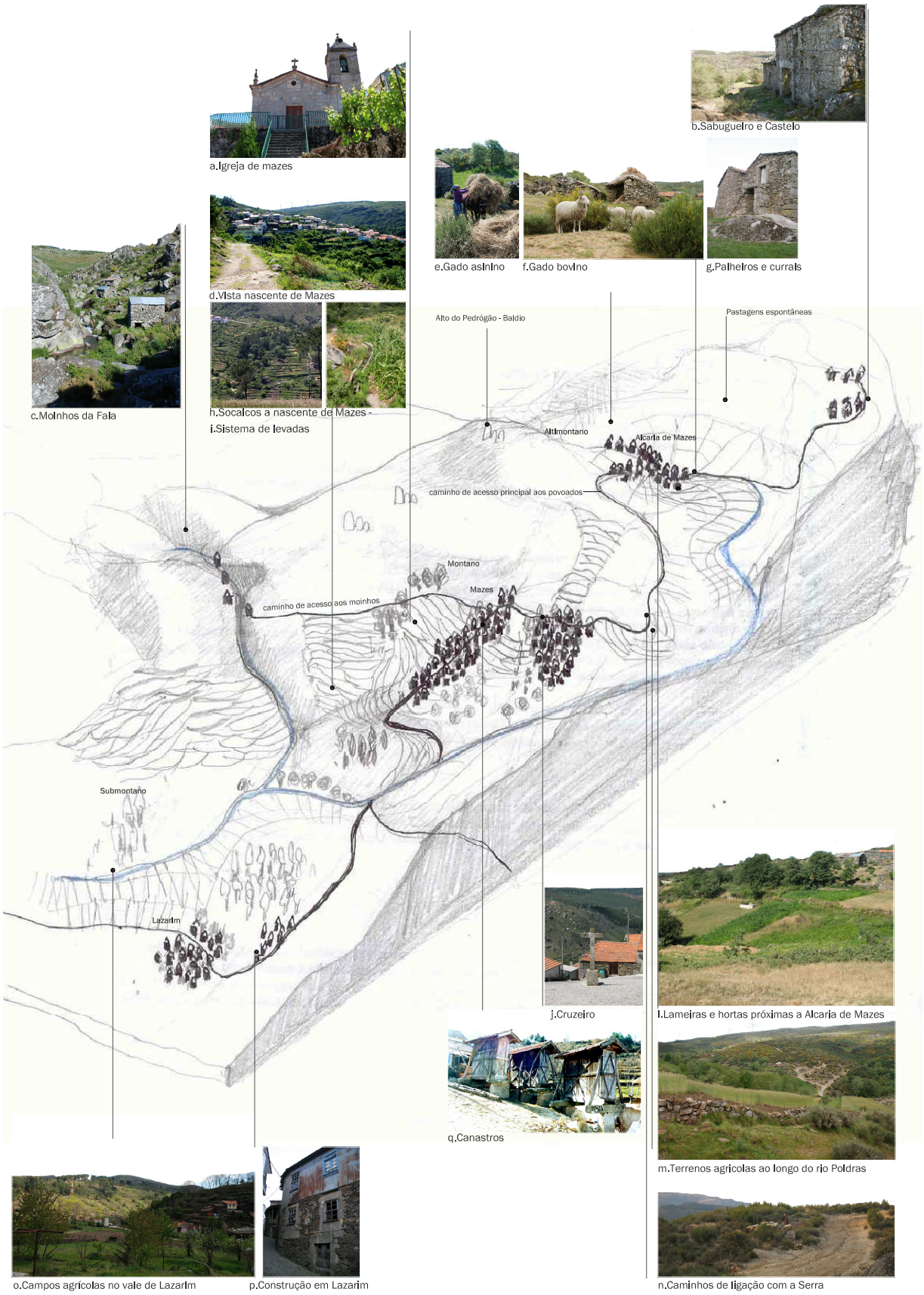
fig.48-49-50

Nas planuras do vale da "subunidade alveolar" as povoações de Lazarim e Lalim iniciam um modelo de ocupação territorial de transição. A estrutura inicial e poli nuclear que compunham o aglomerado de Lazarim, pertencentes ainda à lógica anterior de povoamento concentrado,

fig.51

começa assumir uma configuração alongada, muito em consequência das recentes construções que tendem a espraiarem-se ao longo das vias de circulação.

Apercebemo-nos, recorrendo a vistas aéreas, que os povoados se tornam o centro de uma área de recursos delimitada pela configuração orográfica e traçada em volta do assentamento, acentuando a partição do território e definindo diferentes áreas de influência. A representação centrípeta destas áreas, apesar de não ser rigorosamente traçada, procura demonstrar o distinto controlo sobre o espaço envolvente ao aglomerado, de frequência diária, semanal, mensal, sazonal e efémera, que varia de acordo com o tempo - distancia a percorrer e com o tipo de as culturas nele contidos.



54 | Modelo físico da montanha - Niveis Altimontano(1300-1000m altitude), Montano(1000-700m altitude) e Submontano(700-400m)

Sistema tradicional de gestão e organização do território à escala da "micro unidade" de Alcaria

fig. 54

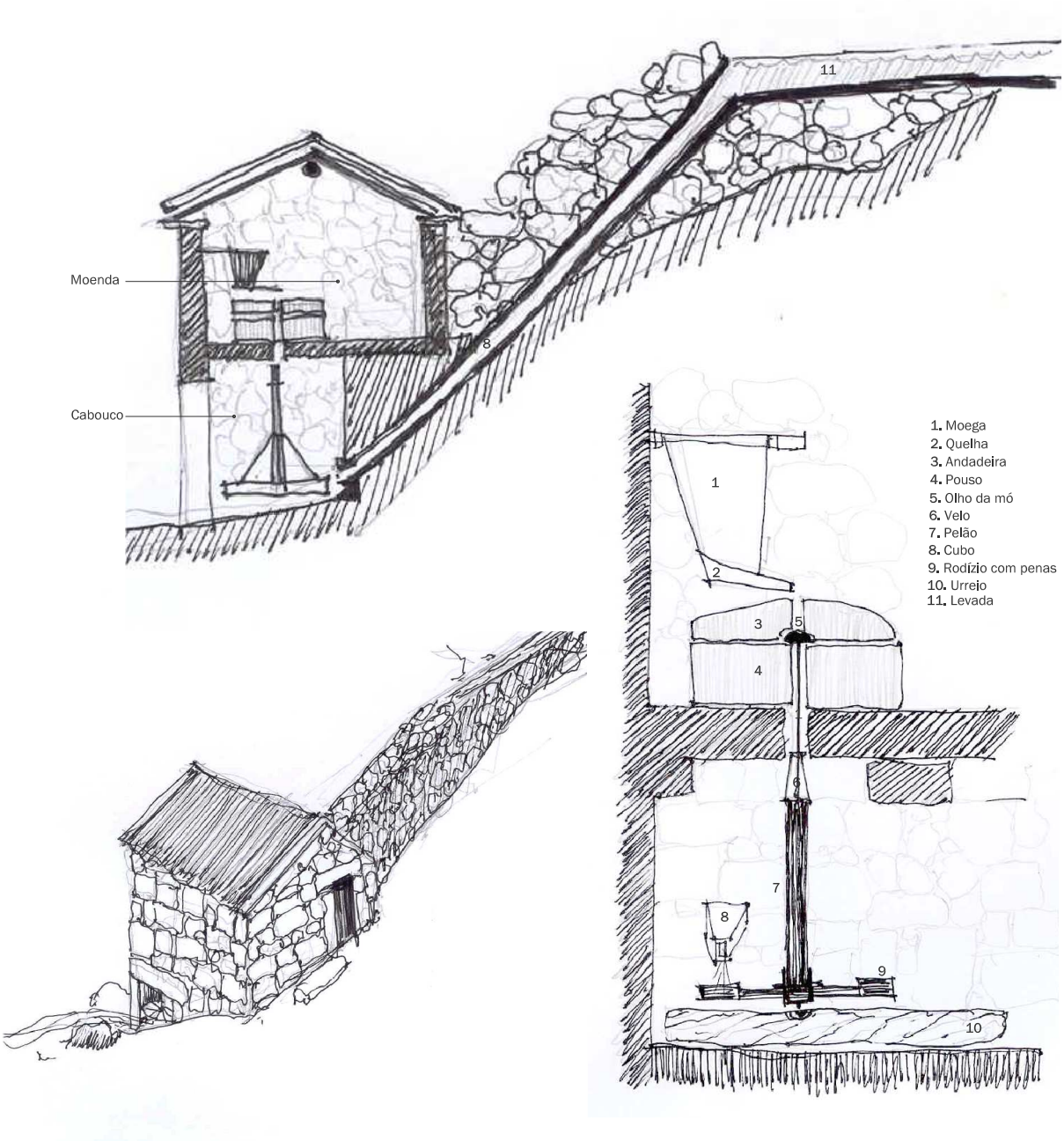
Acreditando que a compreensão do aglomerado serrano deve ultrapassar o âmbito arquitectónico, não se centrando unicamente no entendimento da sua estrutura edificada, e admitindo que o lugar vale pela globalidade dos elementos que a compõe, circunscritos numa área de abrangência/influência sedimentada como um todo ao longo de gerações, reconhecemos ser fundamental a sua integração e estudo no âmbito mais alargado desse conjunto e da "micro unidade territorial" que integra, da área de recursos que gera e da qual depende. Lugar, lameiras, "requeiras", baldios, pasto, socalcos, campos, levadas, palheiros, cortes, moinhos fazem parte desta unidade indissociável, coesa e contínua onde os habitantes desenvolvem as suas actividades e onde organizam o seu espaço de vida e embora apareçam como peças isoladas, encontram-se ligadas por uma rede de caminhos que estruturam e organizam o território. Devemos considerar por isso que o aglomerado abrange toda uma área "produtiva" definida pelo variado sistema de exploração de recursos cuja manutenção e eficácia do conjunto dependia do bom funcionamento de todas as partes. Todo este sistema de ordenamento territorial encontra-se intimamente relacionado e vinculado à terra, através das actividades agrícolas e a criação de animais, nomeadamente com a criação de gado ovino, caprino e asinino.

Não devemos desligar esta leitura da micro unidade alveolar, do modelo físico da montanha em que se insere, o que nos permite perceber o escalonamento dos recursos decorrentes das variações climáticas e biológicas consequentes das variações altimétricas entre os 1065m da serra e os 500m do vale.

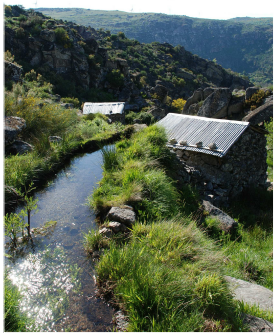
Assim **ao nível submontano**, nas terras baixas, de terrenos mais férteis, mais fundos e abrigados, aparecem as culturas permanentes como pomares e vinha, e outras culturas hortícolas distribuídas em "lameiras" geometricamente gizadas na relação transversal com o rio acompanhando a inclinação da vertente suave do mesmo.

Nas imediações do aglomerado de Mazes, **ao nível montano**, entre os 700 e os 1000m de altitude, a configuração orográfica da encosta onde se implanta obrigou a construção de socalcos, bastante diminutos e parcelados, pequenas plataformas ligeiramente inclinadas que favorecem a infiltração, evitam a erosão e permitem a conservação de um solo mais fértil e fundo, para a prática de uma agricultura de subsistência. O regadio é praticado nas áreas abaixo das levadas que a topografia e o curso hídrico permitiram construir artificialmente, assegurando a presença de água tão necessária às culturas hortícolas, à batata, ao milho e à vinha.[88] A mancha construída de Mazes, sobranceira a esta estrutura de socalcos, é gerada e estruturada pelo caminho que assegura a ligação entre o vale e a serra, reforçando pelo seu posicionamento em esporão a linha de festo sobre a qual assenta. É curioso perceber que, a sul deste aglomerado e numa posição altimétrica mais elevada, são ainda bastantes os socalcos que permitem o cultivo. Os caminhos que de Mazes partem em direcção ao espaço agrícola envolvente ou à povoação vizinha de Alcaria parecem ser cuidadosamente traçados havendo, na sua delineação, a preocupação em que esta acompanhe o desenvolvimento ondulante e natural da própria montanha. Não só de Mazes, mas também de Alcaria se acedem aos vários moinhos anichados entre os rebordos rochosos e pedregosos do Rio Santo. Os Moinhos, testemunhos da economia agro-pastoril que permitia a subsistência das populações, estão isolados destas povoações, num local de grande beleza paisagística, sendo possível apenas, pela precariedade dos percursos, o acesso pedonal. Apesar da

[88] Este sistema de regadio baseia-se na atribuição de períodos semanais de utilização da água das levadas a cada proprietário, estando o tipo de culturas dependentes, não tanto da frequência de regas, visto serem bastante abundantes, mas da herança e tradição familiar.









55 | Moinho de roda horizontal e cubo diagonal
56 | Moinho implantação
58 e 59 | Moinhos da Faia - Ancichados entre os rebordos pedregosos do Rio Santo

57 | Esquema do processo de moagem
60 | Interior de um Moinho da Faia. 199-

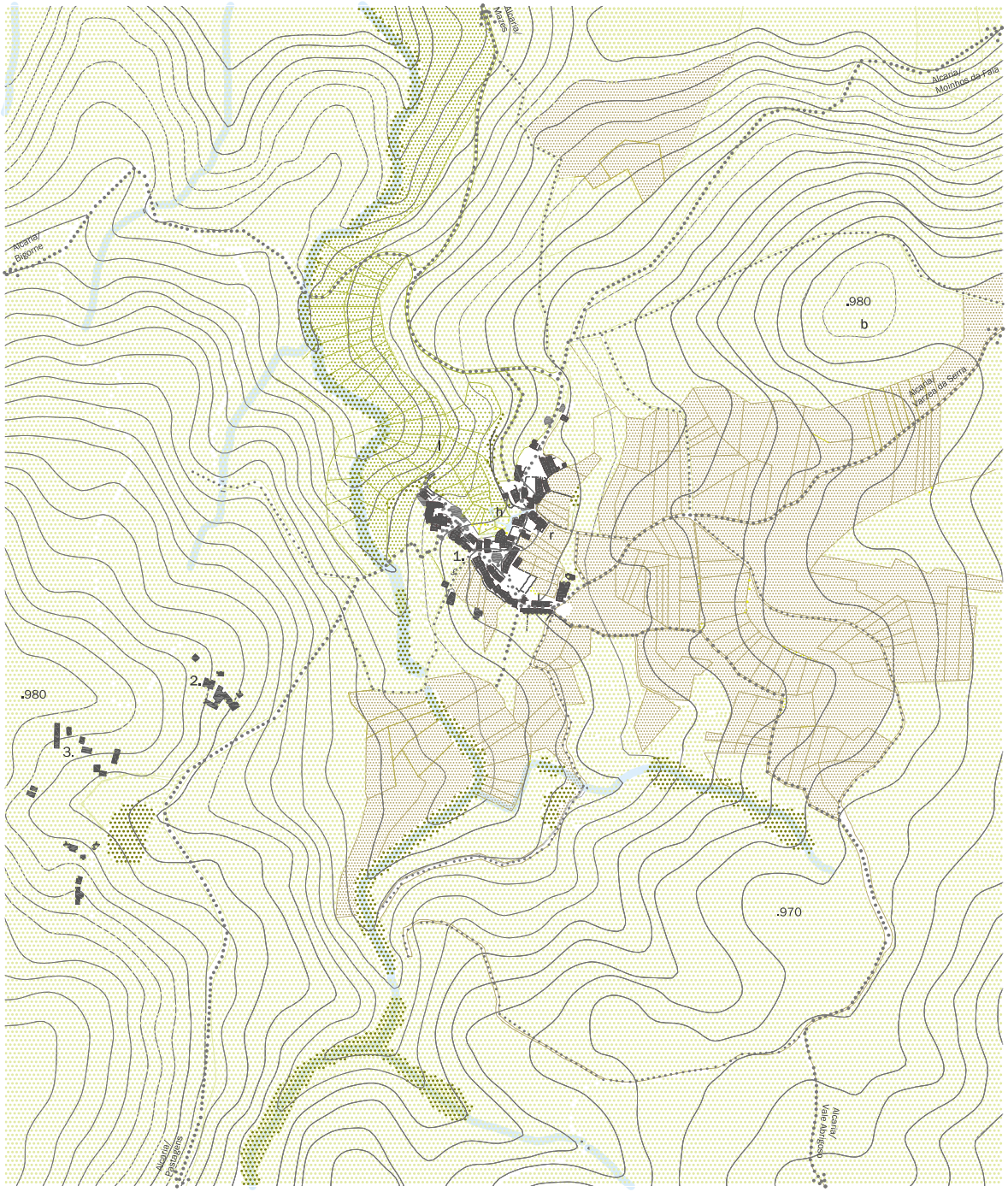
designação de conjunto Moinhos da Faia[89], cada uma destas estruturas possui um nome próprio que na maior parte dos casos aparece associado ao proprietário ou às histórias que permanecem na memória das populações.[90] Percebe-se que a sua implantação partiu da leitura atenta do território e de uma necessidade em aproveitar os recursos naturais existentes como fontes de energia facilmente acessível. Da montanha, se constroem e nela se dissolvem, tornando-se praticamente imperceptíveis, aproveitando para o seu funcionamento, a configuração morfológica acidentada, sem que haja necessidade de grandes transformações para se conseguir a formação de um desnível entre a entrada e saída de água. No piso superior *a moenda* localiza-se o aparelho de moagem e no piso inferior, *o cabouco*, situa-se o aparelho motor, o *rodízio*. Estas construções tradicionais inserem-se no grupo de moinhos denominado de "roda horizontal".[91] Planimetricamente quadriláteras e de dimensões exíguas, com cobertura em colmo de duas águas, paredes em pedra granítica toscamente aparelhada, exceptuando nos cunhais, padieiras e ombreiras, possuem apenas um vão no acesso ao piso superior. A captação da água é conseguida pela formação de rudimentares presas que, conformando pequenas poças em pedra e terra, permitem a sua acumulação. Seguidamente, a água é conduzida e orientada por uma simples levada rasgada no terreno ou na rocha até ao moinho. É o *cubo* que, enquanto tubo de queda final, conduzirá a água da levada ao nível inferior, projectando-a na sua extremidade através de uma seteira para o rodízio (0,9m de diâmetro). A pressão da água conseguida pelo desnível faz rodar o motor constituído pelo penado cravado num eixo vertical chamado *pelão*, rematado inferiormente pelo *urreio* e prolongado superiormente pelo veio que atravessando o olho da mó de baixo, *o pouso*, termina na *segurelha* sobre a qual assenta a pedra da mó de cima, a *andadeira*. Quando se pretende desviar à água das penas recorre-se a uma peça chamada *trelhedoiro.* No interior, o cereal - centeio ou milho - é despejado nas *moegas*, suspensas numa armação horizontal em madeira por cima das mós, e consecutivamente orientado pela q*uelha* em direcção à mó, cuja vibração e inclinação condicionará a quantidade de grão que cai no interior. Por fim, a farinha armazenada, no *tremonhado,* serviria de alimento não só à povoação de Mazes e Alcaria, como às de Campo Benfeito e Rossão[92]. Não deixa de ser curioso notar, a inexistência, em Alcaria, de equipamentos de armazenagem de milho, os canastros, uma vez que o cultivo deste cereal era efectuado até tão elevadas altitudes, encontrando-se em grande abundância nas povoações de Mazes, Várzea da Serra e Bigorne.

fig.55-56-57

fig.58-59-60

Também relativamente aos espaços religiosos, deparamo-nos, como referimos, com a total inexistência de vestígios nas povoações de Alcaria, Sabugueiro e Castelo. A missa em Mazes, não principiaria antes da chegada do Fidalgo do Castelo, o que vem corroborar no facto de estas populações não terem desde há muito, outro templo que não este. Talvez pudéssemos ponderar a hipótese de, em tempos remotos, as povoações se deslocarem à ermida de Santa Barbara[93], situada a poente e hoje totalmente desaparecida, para o cumprimento dos rituais religiosos. Nas proximidades do povoado avultam várias obras materiais levantadas em honra à Divindade das

[89] Pereira 2002: 61-67.
[90] Moinho da Aida, moinho das Bruxas, moinho do Barão, moinho do tio Alberto das Pernas Tortas, moinho dos Alferes, moinho das Angélicas, moinho dos Antunes, moinho de Meijinhos, moinho do Cabido, Moinho dos Capadores, moinho dos Castros, moinho do Chico da Costa, moinho dos Dias, moinho das Farruscas, moinho dos Ferreiros, moinho dos Fidalgos, moinho do Jó, moinho dos Linhares, moinho dos Marinheiros de Parafita, moinho dos Monteiros, moinho dos Órfãos, moinho dos Piscos, moinho do Povo, moinho dos Ramos, moinho do Rechão de Boi, Moinho das Seabras, moinho do tio Ventinhas, moinho dos Capazes.
[91] Viana 1999.
[92] Pereira 2002: 61-67.
[93] Santa Bárbara, virgem mártir dos trovões, do século III cujo culto aparece associado às zonas de montanha, a esta entidade as populações rogavam protecção das tempestades que destruíam as culturas. Fernandes 1990: 96,121.



61| Micro unidade - Alcaria de Mazes: O centro de uma área de recursos

IN 0 150 m

Legenda:

- Linhas de água
- Construído
- Lameiras - milho, centeio e hortas
- Vegetação rasteira - fenos
- Mato
- Arborização
- Terra batida
- Caminhos principais
- Caminhos secundários
- Divisão da propriedade

1. Alcaria de Mazes
2. Sabugueiro
3. Castelo

h. hortas
l. lameiras
r. requeiras
b. baldios

quais se destaca num local de grande proeminência espacial, um cruzeiro solitário à beira do caminho serrano de ligação entre Mazes e Alcaria. Ao longo dos caminhos, encontramos aqui e ali, um nicho escavado na rocha avulsa ou inseridas nos paramentos da casa onde outrora se colocaria a estátua de um santo, relembrando, deste modo e a cada passo, a importância da vida religiosa no mundo rural.

À medida que subimos em altitude e nos aproximamos do nível alti-montano a cultura de solo vai-se rarefazendo e empobrecendo, surgindo a partir dos 800 metros de altitude as primeiras leiras de centeio, uma cultura apta a solos mais pobres e a climas mais agrestes.

fig.61

Ao nível da micro unidade alveolar em que se insere Anta de Mazes, o aglomerado torna-se no centro de uma área de recursos, perfeitamente identificável pelo traçado geométrico que se estende à sua volta, até aos rebordos elevados da "micro unidade alveolar". A proximidade ao aglomerado das áreas de maior predisposição agrícola, as lameiras[94] de milho e centeio, e hortas, permitem minimizar as distâncias a percorrer no controlo e fiscalização de frequência semanal, que estas culturas exigem. A geometria destas parcelas de cultivo, respeitam a condição morfológica existente, e parece ter sido criteriosamente gizada, através de engenhosas soluções de medição e partição do terreno, definindo uma malha geométrica que confirma uma intervenção e um desenho intencionais. A poente de Anta de Mazes, uma sucessão de retalhos cultivados, delineados geometricamente em parcelas praticamente paralelas de idênticas dimensões, aproveitam a maior fertilidade e inclinação das margens do rio Poldras e seguem o serpentear da sua configuração hidrográfica que se prolonga em direcção ao vale da subunidade alveolar. Na área imediatamente contígua ao aglomerado as lameiras, como que procurando a aproximação ao mesmo, respondendo à própria mudança morfológica do terreno, definem uma clara mudança de geometria dos traçados que as estruturam. A irrigação é controlada a partir do aglomerado criando-se, para o efeito, um sistema de canais e presas que permitem controlar a distribuição e circulação da água. A delimitação da propriedade agrícola em consortes ainda hoje é imperiosamente respeitada, mesmo que a sua separação seja garantida pela simples e frágil disposição de muros ou simples lajetas cravadas verticalmente no solo. Do lado nascente, onde a água escasseia as "requeiras" de feno dispostas longitudinalmente de forma aproveitarem o escoamento das águas, delimitam o espaço construído. No acesso aos baldios comunais do Coto de Castelo, aos campos de feno e lameiros mais distantes, às pastagens espontâneas de uso partilhado onde se "farta" o gado e às povoações vizinhas, traçam-se os caminhos, lançam-se pontes na transposição de linhas de água, que estruturam e cosem todas estas peças. A distribuição espaçada das propriedades faz com que haja a necessidade de criação de percursos que estruturam e definem a relações que os habitantes serranos estabelecem com o território envolvente.

Esta leitura permite-nos perceber uma partição centrípeta de diferentes níveis de "artefactualizaçao" e "eco-transformação" que diminui à medida que nos afastamos do aglomerado, desde o subterritório doméstico das casas, de artefactualização profunda, ao subterritório mais remoto da mata natural, virtualmente sem transformação. [95] O afastamento dos diferentes subterritórios da "horta", das "lameiras" das "requeiras" dos" baldios" e da mata define-se pela frequência de controlo variável entre o semanal, mensal, sazonal e esporádico.

[94] Lameira é uma terra de cultivo alaga ou alagadiça, como lameiro de menores dimensões. Fernandes 1990:42.
[95] Estudos/ Património nº 7 2004.









63 | Idosa. Alcaria de Mazes 2009
65 | Construções descontextualizadas em Mazes

62 | Construção intervnecionada em Alcaria
64 | Ruína - degradação

A complexidade e manutenção deste sistema de ordenamento territorial e de todas as estruturas e infra-estruturas pressupunham a existência de uma comunidade evoluída e organizada, baseada em relações comunais de entreajuda que garantiriam a subsistência deste conjunto de bens comuns. Num território de frágeis recursos, a sobrevivência era possível graças a uma gestão de utilização responsável, baseada na complementaridade e no aproveitamento da diversidade do meio e no equilíbrio e racionalidade da exploração dos recursos, que assegurava a sua renovação contínua e a sobrevivência de gerações. A insatisfação perante esta economia sem margem de lucro, foi-se repercutindo no abandono da população mais jovem e no consequente e progressivo abandono das terras de cultivo e pastagem, na diminuição da diversidade do uso do espaço e consequente ruptura com o modelo tradicional de gestão do território. " (...) Foi-se perdendo a íntima relação de dependência do homem relativamente ao território como meio fundamental para a sua subsistência (...) muito em consequência da emigração, que com as gentes levou também vidas tradicionais. (...) e perdida a forte ligação das pessoas à terra, o território nos seus vários aspectos de organização, de manutenção de infra-estruturas , do potencial e do património sofreu degradação da paisagem e do património produtivo (...)" .[96]

fig.62-63-64

A freguesia de Lazarim e, mais especificamente a aldeia de Mazes, acompanharam o processo social marcado pela contínua debandada da população mais jovem e consequente envelhecimento populacional, verificado nas áreas rurais interiores[97]. A insatisfação perante um modelo de economia agrária de auto-consumo e a procura de novos empregos e melhores condições de vida, terão sido os principais impulsionadores dos movimentos migratórios. Este acentuado decréscimo populacional verificado, a partir de 1960, associado a uma consequente perda da importância da vida agro-pastoril e a um isolamento cada vez mais acentuado esteve na origem do abandono de Alcaria de Mazes e na ruptura do modelo de gestão tradicional do território, repercutindo-se visivelmente na área de influência deste território, pelo abandono das infra-estruturas de produção e alteração da paisagem. No entanto, este processo foi sendo compensado ao longo dos anos pelo retorno de alguns emigrantes à aldeia de Mazes. Contíguo ao conjunto mais antigo do aglomerado, o núcleo mais recente de estrutura, igualmente compacta, tem vindo a crescer, sendo notória a sua separação, tanto ao nível urbanístico como arquitectónico. Este crescimento tem contribuído largamente para a descaracterização da aldeia, sobretudo, através da proliferação de modelos arquitectónicos descontextualizados da arquitectura tradicional, importadas dos países de emigração e "incapazes de equacionar e propor um desenho novo em relação à cultura tradicional"[98]. Destruído o vínculo e o acto espontâneo de fiscalização por parte da população em relação ao território, destruído o projecto comunitário que regulava a organização económica, espacial e arquitectónica instala-se a incapacidade em responder a novos programas.

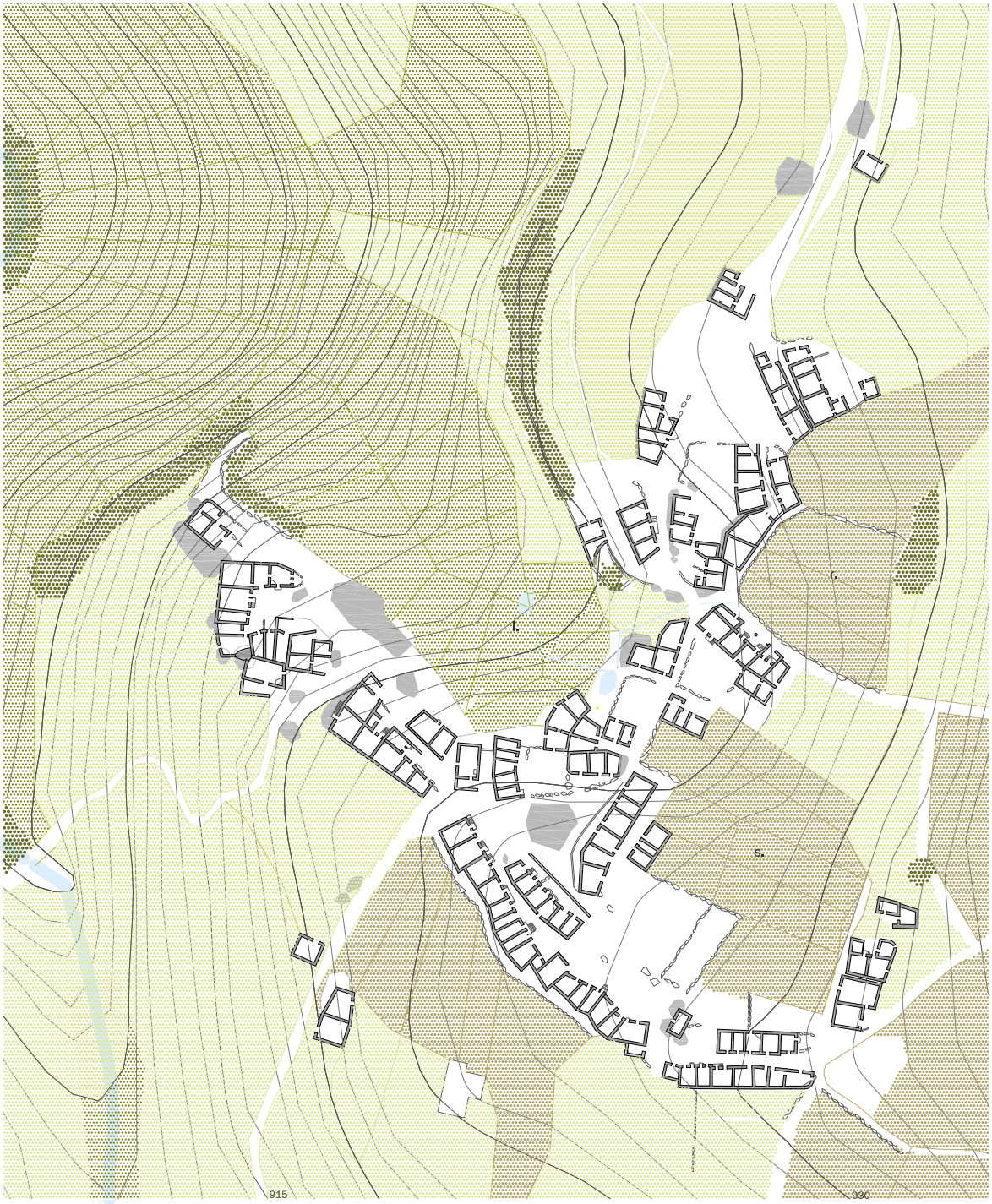
fig. 65

[96] Viana 1999A.
[97] Estudos de caracterização do Território Municipal de Lamego.
[98] Viana 1999ª.



CAPÍTULO II

ALCARIA DE MAZES: CARACTERIZAÇÃO DO AGLOMERADO





f. Lameiras



r. Requeiras da Anta



s.Culturas de sequeiro

66 | Alcaria de Mazes: Implantação e espaço agrícola envolvente

Implantação e escolha do lugar

Situada na Serra da Nave, Alcaria encontra-se implantada na encosta nordeste da "micro unidade alveolar", estrategicamente posicionada no ponto de "abertura" dessa configuração geográfica, deixada entre o Alto do Pedrógão e Outeiro Mourisco[1]. O povoado procura adaptar-se à morfologia ondulante do terreno, variável entre os 915 e 935m de altitude, numa posição resguardada relativamente aos ventos gélidos de norte, expondo-se à insolação vinda de sul e poente. Esta posição rebaixada, relativamente aos rebordos elevados desse "alvéolo", confere-lhe uma sensação de protecção e envolvência, permitindo-lhe estabelecer enfiamentos visuais com os povoados do Sabugueiro e Castelo, situados na vertente sul da unidade, a altitudes superiores. Vários foram os factores que interferiram na escolha e implantação do lugar, nomeadamente os condicionalismos geográficos e climatéricos, necessários ao desenvolvimento da economia agro-pastoril e à sobrevivência das populações em contexto serrano, anteriormente referidos como elementares na fixação e ocupação humana. A implantação de Alcaria patenteia uma atenta leitura do território por parte do homem que a traduz num conjunto de escolhas estratégicas: o seu posicionamento assegura, por um lado, a proximidade aos principais recursos hídricos, pastagens e matéria prima e por outro, liberta os terrenos aráveis, ocupando os terrenos rochosos onde a prática destas actividades de subsistência seria irrealizável mas onde, simultaneamente, seria mais propício ao assentamento do edificado que o compõe.

fig.66

A forma do lugar: Estrutura e morfologia do aglomerado

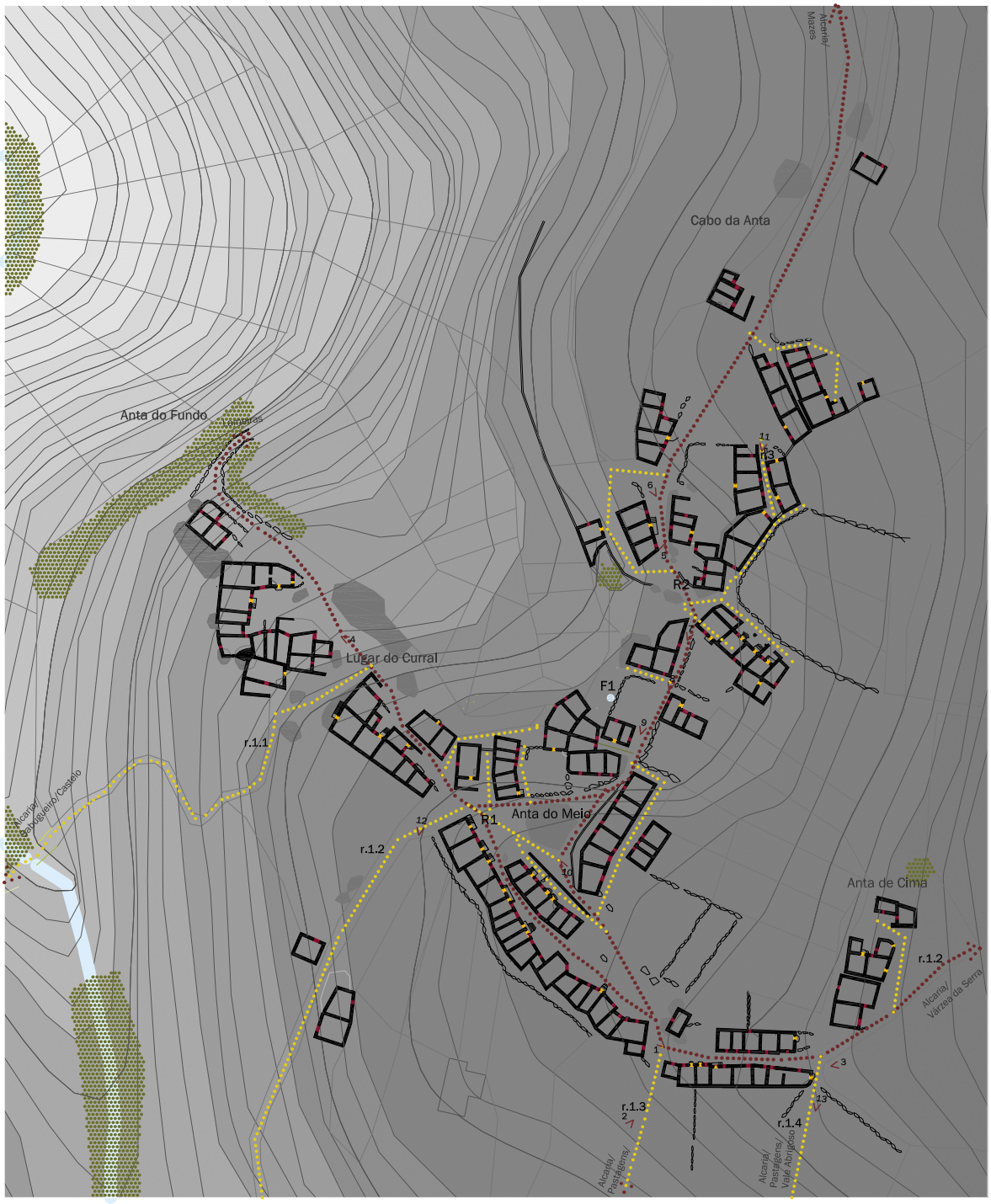
Tanto as características morfológicas, como as condições produtivas do terreno em que se insere desempenham um papel condicionador no processo de organização, estruturação e configuração formal e física do aglomerado. Ao longo dos tempos, a contínua apropriação antrópica do espaço, feita pelo desenho da propriedade e pela a associação dos diferentes núcleos famílias, foi ditando a forma do lugar. As escolhas, tomadas ao longo da sua estruturação, estão longe de ser arbitrárias e houve sempre, por detrás de cada gesto, uma forte intencionalidade.

Estrutura Urbana

Determinado o lugar de assentamento, a estrutura do aglomerado desenvolve-se a partir de dois eixos de circulação, perpendiculares entre si, cuja disposição e relação territorial são bastante distintas, estabelecendo-se, assim, a hierarquia no interior do aglomerado, a partir do relacionamento com a envolvente. Na delineação destes traçados condutores e na escolha da sua direcção, intervinha igualmente a facilidade que os homens e os animais teriam ao percorrê-la, desviando-se e mudando de direcção sempre que encontravam obstáculo físico a cingir a passagem. Entre estas duas principais "artérias" de circulação, acaba por não haver um cruzamento completo, definindo-se por isso um T na sua estruturação.

Um primeiro arruamento **(R1),** de orientação nascente – noroeste, encontra-se disposto sobre a linha de festo da lomba, cuja topografia conduz o seu trajecto desde os 950 aos 895m do vale do rio poldras. Curiosamente, a estrutura do aglomerado aparenta apoiar-se num caminho, cujo desenvolvimento a poente aparece interrompido nas imediações do vale, estabelecendo ligação com o conjunto de "lameiras", o que reforça de certa forma a importância destas infra-estruturas na vida das populações[2]. Simultaneamente, a inclinação e a disposição das construções tornam-no

[1] Também conhecidos popularmente por Coto da Anta e Coto do Castelo respectivamente.
[2] Deste modo, e em certa medida, o acesso às lameiras era controlado a partir da aldeia.



67 | Alcaria de Mazes: Estrutura Urbana

num importante canal de drenagem e escoamento de águas. Constata-se haver na vertente ocidental do caminho uma bifurcação (r.1.1) que embora não interferindo de forma tão evidente e directa na estruturação da forma urbana, aparenta ter tido pelo seu tratamento, delimitação e dimensões, grande importância na ligação com as povoações vizinhas do Castelo e Sabugueiro. A nascente, as suas ramificações garantem a ligação à Várzea da Serra, e às requeiras e pastagens situadas a sul da micro unidade alveolar (r.1.3; r.1.4). A partir de Anta do Meio uma outra ramificação parte em direcção às pastagens e aos campos, situados mais a sul, impulsionando a criação de três células mais afastada do núcleo principal (r.1.2).

fig.67

Um segundo arruamento de orientação sul – norte **(R2)** em direcção ao povoado de Mazes, acompanha claramente as curvas de nível da encosta, variando entre os 930 e os 935m de altitude, estendendo-se num movimento ondulante e orgânico ao encontro do primeiro, sendo obrigado pela presença de um montículo de terra e rocha triangular a subdividir-se, demarcando aqui espaço de importante centralidade. Neste contexto, salientamos que um espaço de tal importância na configuração urbana nada mais seja que um mero afloramento rochoso praticamente imperceptível entre uma camada de arbustos e terra. [3] Assim, na averiguação da sua utilidade, foi-me dada a informação de que este local seria preferencialmente eleito para alguns encontros de sociabilização o que reforça a sua centralidade.[4] A existência da única fonte num local situado mais a norte, conforme assinalado em planta, e cuja importância se prevê em tal contexto, parece assinalar uma outra centralidade mais ligada ao quotidiano da vida doméstica.

Pelo percurso que toma, o caminho **(R2)** poderá funcionar como uma espécie de barreira física, que intersecta e obstrui as areias decorrentes das vertentes situadas a nascente, estabelecendo-se e gerindo-se a partir dele a protecção, o acesso e o controlo da rega dos espaços de cultivo situados a poente.

Simultaneamente, percebemos que a toponímia atribuída pelo último habitante a alguns espaços da aldeia corresponde a uma espécie de matriz referencial construída no sentido de permitir a orientação a partir de termos que se referenciam às alterações altimétricas e dispositivas dos arruamentos que acabamos de descrever e aos limites físicos do aglomerado. Assim, na extremidade nascente do arruamento **(R1),** Anta de Cima aponta para o facto de corresponder ao espaço mais elevado, Anta do meio reforça a centralidade apontada pelo cruzamento dos dois caminhos principais, Anta do fundo relembra a posição mais abaixada da aldeia, na extremidade poente do arruamento **(R1)** e finalmente Cabo da Anta na extremidade norte do arruamento **(R2)** assinala o término do aglomerado.

A delimitação dos arruamentos e a forma como as construções murais e parietais se vão distribuindo e relacionando com estes dois espaços de circulação são bastante distintos. No primeiro arruamento, grande parte do percurso e perfil vai sendo delineado e desenhado por construções em banda contínua, dispostas paralelamente à rua, definindo em muitos dos seus fragmentos a chamada "rua corredor", a que os habitantes designam por "quelho da Anta". A rua é estreita na definição do canal condutor que parece com maior firmeza indicar a direcção a percorrer, e em muitos dos seus troços é o negativo da massa construída. Parece, no entanto, haver na parte central da aldeia a duplicação deste caminho, sendo a delimitação deste feita a partir de um muro que garante, simultaneamente, a protecção física das construções a ele contíguas,

[3] Talvez pudesse ter existido sobre este afloramento rochoso, e à semelhança de outros povoados de maiores dimensões, uma "torre", tornando esta centralidade mais representativa.
[4] Para podermos com mais certezas tirar conclusões deveria ser feito um estudo comparativo e uma leitura das formas e espaços de reunião em outras aldeias com vida comunitária.

R1


1.


2.


3.


4.

R2


5.


6.


7.


8.

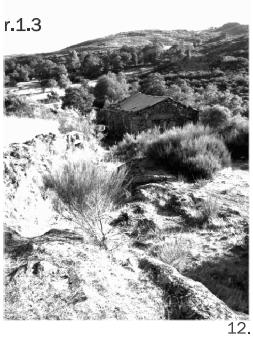

9.


10.

r.1.2


11.

r.1.3


12.

r3


13.

68| Alcaria de Mazes: Estrutura Urbana

criando-se, assim, um acesso distinto do anterior e claramente secundário de transição para o interior das mesmas.

As pequenas células dispostas perpendicularmente ao caminho principal **(R1)** definem, pela sua adição contínua, uma barreira visual e intransponível na relação com a paisagem que se desenvolve a sul deste. Os únicos pontos de abertura e fuga que interrompem esta cinta construída permitem o acesso aos caminhos que conduzem à serra e às pastagens. Sendo este um percurso orgânico, encontra pequenas mudanças de direcção que, por sua vez, são pontuadas por elementos construídos isolados, que redireccionam o olhar, ajudando a retomar o espaço de circulação. O mesmo encerramento é visível na relação do edificado com a paisagem, que raramente se abre a sul, rasgando no pano de parede norte os vãos necessários ao acesso interior de habitações, currais e palheiros, lançando sempre que necessário, perpendicular ou paralelamente sobre o caminho, as escadas que, ao pontuarem o espaço de circulação e ao superarem as diferenças de cotas entre exterior – interior, transformam-se em elementos de transição, que asseguram um acesso mais indirecto no reforço da propriedade privada. Não deixa de ser curioso que, estando estas construções em contexto serrano, não procurem a abertura dos vãos no melhor lado de insolação, preterida na maior parte dos casos pela maior abertura na relação com o espaço de circulação.

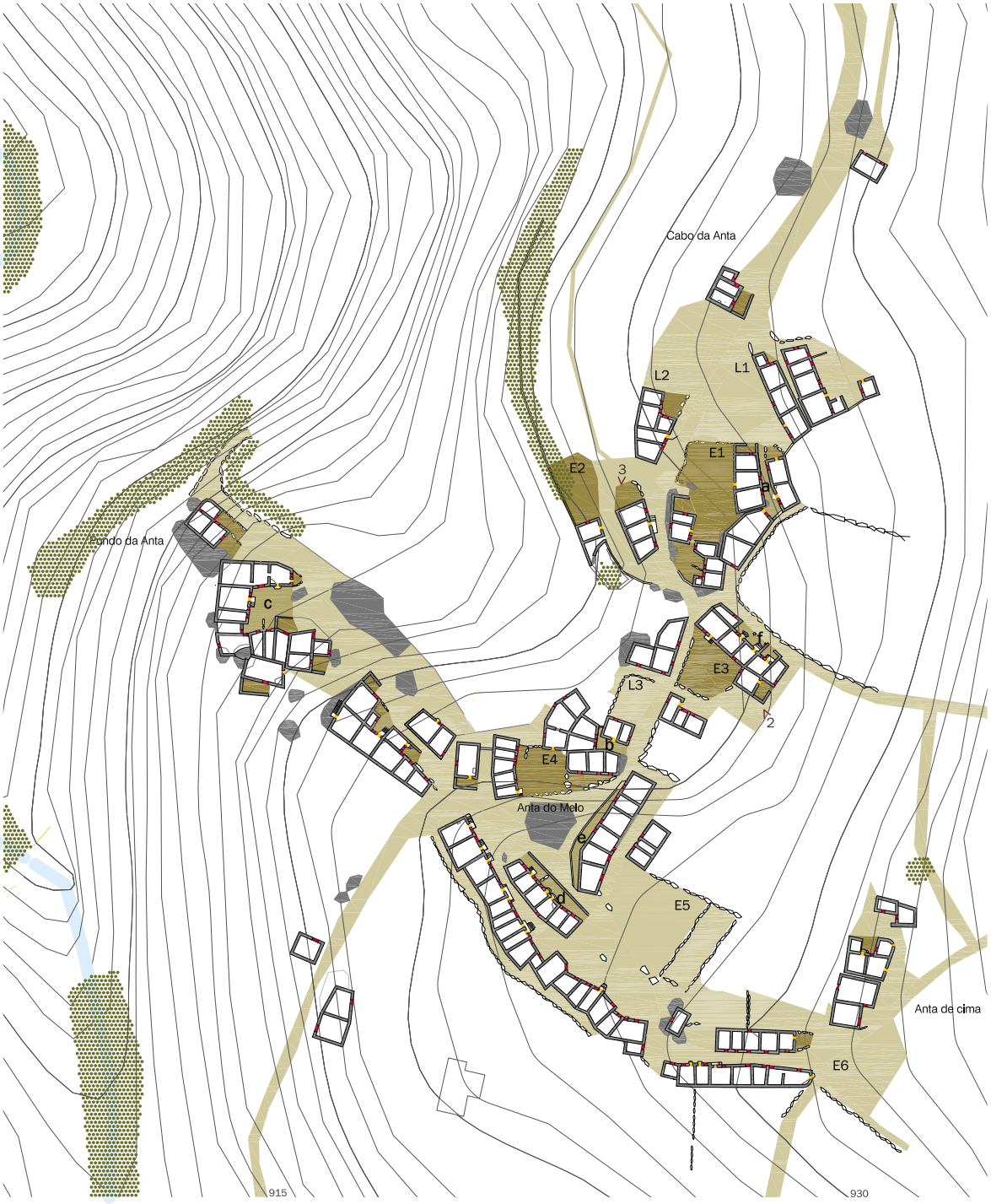
fig. 68

Na vertente poente deste percurso, no local ao qual, também é atribuído o nome de Lugar de Curral, uma complexa aglutinação e justaposição de células em U, dispostas obliquamente e ligeiramente recuadas em relação ao espaço de circulação, delimitam tangencialmente o caminho. A disposição planimétrica e volumétrica dos vários cobertos, a orientação das portas de acesso ao interior das habitações e currais permitem direccionar a entrada de gente, gado e carros de bois, cujo caminho de acesso permanece na incerteza de pertencer ao espaço colectivo ou privado.

Ao contrário deste primeiro arruamento, onde a delineação é feita, na sua maior parte, sobretudo com o auxílio do edificado, no segundo arruamento, a direcção da rua não é tão vincada recorrendo-se, a outros elementos na delimitação do canal de circulação, nomeadamente através da disposição de grandes lajes de pedras cravadas perpendicularmente ao solo. Ao longo da rua, as construções, dispostas muitas vezes perpendicularmente ao percurso, vão deixando entre si largos espaçamentos, que poderão, como veremos, corresponder a pequenas eiras, largos de paragem, caminhos transversais secundários de acesso aos campos de cultivo ou a simples locais de trabalho de arrumo de matos. Há uma maior abertura relativamente à paisagem, sobretudo na relação com os campos de cultivo e lameiros envolventes que, muitas vezes e em consequência da própria diferença altimétrica, se torna apenas visual. O relacionamento entre o espaço da rua e o acesso ao interior do edificado, não é feito de um modo tão directo, havendo um maior afastamento deste em relação ao caminho principal, recorrendo-se por isso a outras vias secundárias transversais de acesso, ou a simples alargamentos e espaços privados exteriores de transição, no acesso ao espaço interior privado.

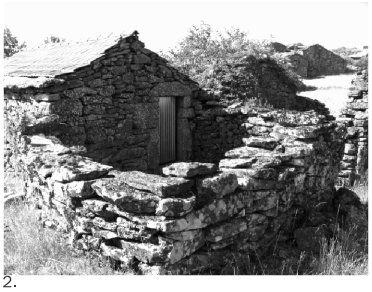
A delineação destes caminhos encontra-se igualmente vincada pelo desgaste provocado pela passagem repetida de transeuntes e carros de bois, e pela existência, ao longo do arruamento **(R2)**, de fragmentos de um lajeado granítico irregular, de herança romana ou medieval[5], que nos permite afinar a demarcação do espaço de circulação. Apresentando em média um metro e noventa de largura, em muitos locais era substituído pelo próprio afloramento rochoso, cuja variação morfológica delimitaria naturalmente o espaço de passagem.

[5] Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida





1.Citânia de Sanfins



2.



3.

69| Alcaria de Mazes :Estrutura Urbana. Espaço público, espaço semi-público, espaço privado

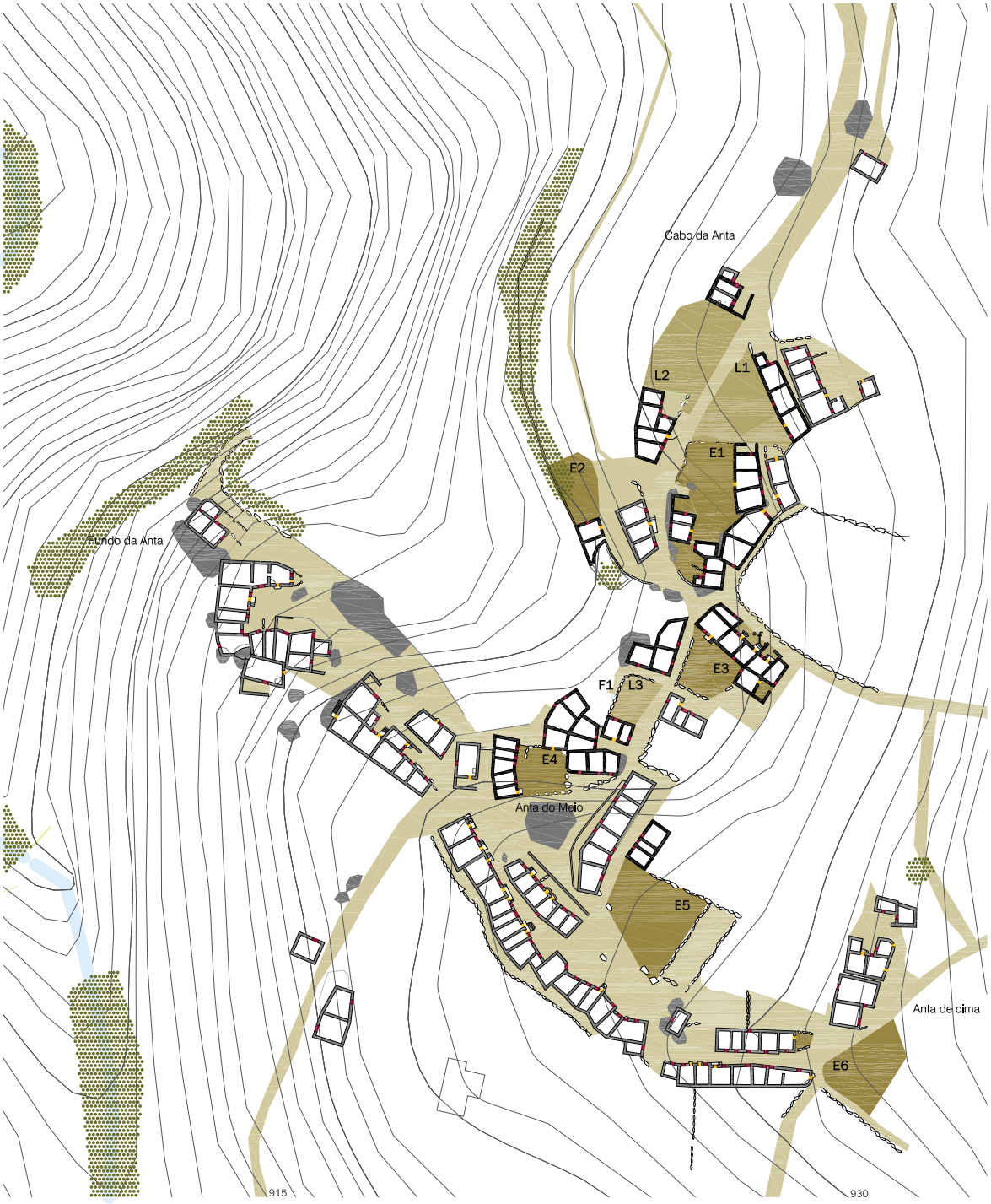
Dispostas transversalmente a estes dois arruamentos, surgem outras vias secundárias de acesso às lameiras, às "requeiras" da Anta que influenciaram o crescimento do habitat (r3-r4). A formação de ruas paralelas aos percursos principais advém da necessidade em se garantir o acesso às construções implantadas paralelamente ao edificado adjacente à rua principal. Estes caminhos, percorridos com menor frequência, feitos da própria rocha ou em terra batida, têm na maior parte dos casos larguras inferiores (r5). Para além destes, há uma série de outras vias que compõem o sistema de circulação colectiva, os atalhos estreitos e mais difíceis de percorrer mas que encurtariam distâncias.

fig. 69

Os espaços de circulação apesar de usufruto colectivo, poderão receber, nalguns casos, uma conotação mais privada. Se atentarmos nos espaços - **a, b, c, d, e** - confinados ao acesso mais restrito e ao uso dos proprietários das células que o rodeiam, percebemos que recebem uma conotação mais privada. No caso **a** e **b**, o caminho estreita na relação com o largo e com o arruamento principal respectivamente, no caso **c** a configuração formal e o cenário das construções envolventes, imprimem-lhe um carácter mais "intimista", uma atmosfera de transição entre o público e privado, e leva-nos a encarar este conjunto como uma "célula", centrado e fechado no seu espaço interior, que poderia ter funcionado em tempos, como um lugar de apoio às actividades atribuídas pelo grupo familiar ao qual pertenciam as construções envolventes. No caso **d**, o muro que delimita o caminho, relativamente ao espaço de circulação principal, confere-lhe um carácter semi-público, na medida em que passa a servir sobretudo as células que o delineiam.

A conformação e delineação dos espaços urbanos revela uma tal complexidade, que nos leva à identificação de outros espaços que, embora exteriores, se encontram diferenciados e separados relativamente aos caminhos colectivos, e que estabelecem diferentes relações espaciais entre público e privado, os quais iremos descrever e definir com alguma precisão. Nalguns casos, a simples colocação de lajetas cravadas verticalmente no solo ou a disposição de um muro em alvenaria seca, conformando um pequeno átrio de entrada no acesso a uma ou mais células , definem um espaço claramente emancipado e descontínuo relativamente à zona colectiva. A materialização construtiva destes elementos petrificam a vontade em definir espaços que se tornam, mais que uma barreira física, visto apresentarem pouca altura e serem por isso facilmente transponíveis, numa barreira simbólica no acesso a zonas de responsabilidade mais privada e de carácter mais restrito. De configurações formais curvilíneas bastante irregulares, que se aproximam de "patas de caranguejo", no caso das simples lajetas, e de formas mais rectilíneas regulares e quadrangulares, quando delimitados pelos muros em alvenaria seca, aparecem geralmente associados aos espaços de entrada de palheiros e currais, podendo aparecer igualmente contíguos às paredes laterais das construções, permitindo a colocação de fenos e palha sem que isso perturbe a fluidez do caminho. A configuração formal destes espaços relembra os primitivos vestíbulos semi-privados que antecediam as entradas das construções castrejas[6], e que surgiram como resposta à necessidade de protecção do privado em relação ao exterior colectivo**.** Aparecem também outras situações em que o espaço exterior coberto aparece com um local semi-privado de apoio e prolongamento ao interior das construções. No caso **f,** o coberto adjacente às habitações revela, por um lado, uma vontade em salvaguardar a intimidade do espaço doméstico e, por outro, uma intenção, devido à exiguidade do mesmo, em prolongá-lo. Identificamos igualmente, um significativo número de espaços exteriores cobertos, destinados ao resguardo de carros de bois, agregados frequentemente às extremidades dos conjuntos na proximidade dos caminhos, o que

[6] Oliveira 1988: 96.




L1.


E1.

70 | Estrutura Urbana_Espaços de circulação e Espaços de paragem (Eiras e Largos)

revela uma certa prosperidade económica das famílias. Encontrar, pelo estudo comparativo, antecedentes culturais e prováveis ligações com formas e conceitos usados, no passado nas construções e núcleos castrejos, que justifiquem alguns aspectos do espaço urbano e arquitectura do aglomerado assume-se pertinente, uma vez que a própria evolução histórica aponta para uma génese de formação do lugar próxima desses primórdios de ocupação humana, evidentemente com algum índice de aperfeiçoamento. Esta influência é visível não só pela organização escalonada dos espaços urbanos, mas como veremos pelo próprio carácter arcaizante, dimensional, formal e construtivo das edificações que se deveu sobretudo ao isolamento económico e geográfico, que propiciou a conservação dos modos de viver e formas culturais desses tempos.

A grande compartimentação e divisão da propriedade, visível tanto dos espaços urbanos como dos espaços agrícolas, revelam-nos uma sociedade que, apesar de regida por valores comunitários, que permitiam e fomentavam o relacionamento entre vizinhos, estipulou um conjunto de códigos de defesa e afastamento do privado em relação ao público que seriam respeitados e cumpridos por todos os membros. Na maior parte dos casos, muitas dessas propriedades e delimitações, que passavam de geração em geração, não estariam fisicamente delimitados.

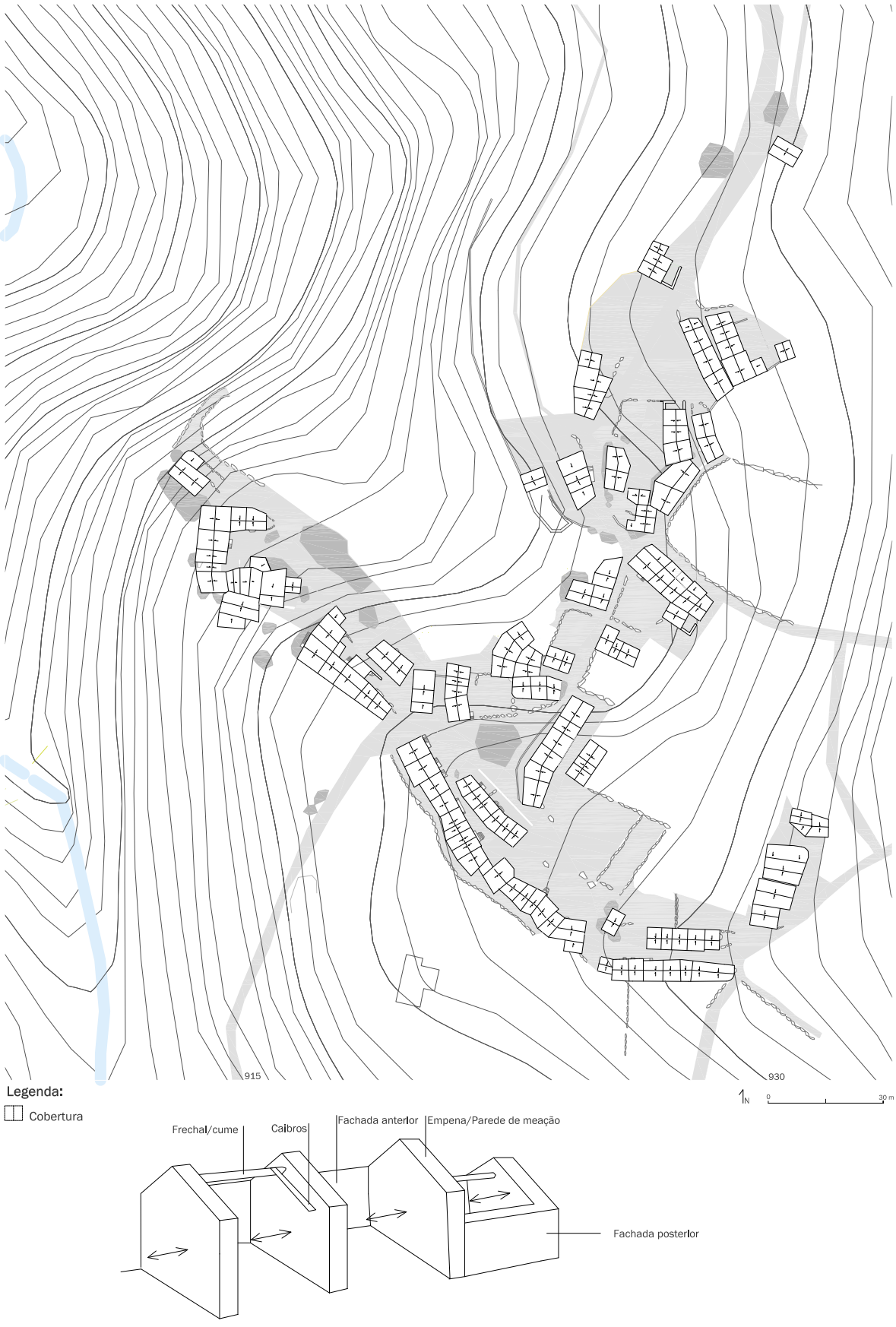
Contrariamente, nas cidades, o corte entre privado e público é bastante mais brusco, não havendo a complexidade destes espaços de transição, que se mantém nas construções dos aglomerados rurais e serranos das vizinhanças.

fig. 70

Verificamos simultaneamente que existe uma clara predominância dos espaços de circulação sobre a parca existência de espaços de paragem, reduzidos a alargamentos resultantes da confluência de caminhos e do recuar das construções, onde se coloca o banco de encosto à casa. A necessidade em explorar os poucos espaços agrícolas talvez tenha obrigado a esse aproveitamento racional e à máxima rentabilização dos espaços exteriores. Esta organização urbana, pouca predisposta a zonas de convívio, seria estruturada por uma sociedade que, à semelhança da sociedade castreja, tinha uma concepção de vida relativamente fechada e reservada. Assim à entrada norte do aglomerado, identificamos o largo do cabo da Anta **(L1),** delimitado pelo arruamento **(R2)** e pela implantação recuada e oblíqua do edificado envolvente em relação ao caminho, e o largo que lhe é oposto **(L2),** que se assumem como os espaços de paragem de maiores dimensões. Associado à única infra-estrutura de aprovisionamento de água, a fonte, encontra-se um outro espaço de paragem **(L3),** demarcado pela disposição de lajes de pedra a poente, e a nascente pelo lajeado granítico que desenha o caminho, não havendo tratamento especial ao nível do pavimento e permanecendo coberto de terra.

Um dos aspectos estranhamente constatados é a não existência de um forno comunitário, nem tão pouco a memória da sua existência. Esta estrutura colectiva, tão característica de tantos outros povos serranos e das zonas de cereal de sequeiro, permitiria a cozedura do alimento fundamental, o pão, e poderia aparecer associado a um espaço de alargamento. O único forno encontrado integra uma habitação no lugar da Anta de Cima que segundo o proprietário terá sido mandado construir pela sua mãe há mais de 70 anos, servindo apenas o uso privado.

De entre as seis eiras identificadas apenas se reconhecem duas como sendo de uso comunitário e cujos topónimos, Eira do Meio da Anta e Eira de Cima, referenciam-nas em relação à altimetria e posição no conjunto. As restantes quatro de uso privado, pertencentes ao conjunto de vizinhos das construções que lhe são limítrofes, receberiam geralmente o nome dos seus proprietários ou dos locais onde se situavam, Eira dos Costas, Eira dos Galegos, Eira dos Ferreiros, Eira da Fonte, e seriam dimensionadas em função do volume das colheitas. Houve, aqui, provavelmente uma



71| Planta de coberturas. Agregação volumétrica

ocupação dos espaços em função de novas funções impostas pelo usufruto privado. O número bastante significativo destes espaços demonstra a importância que este cereal teria na vida e economia destas populações serranas. Quanto à sua localização, aparecem posicionadas em pontos centrais ou em locais de mudança de direcção dos caminhos, numa posição fronteiriça em relação a estes e, através destes, directamente acessíveis, mas ao mesmo tempo pelo posicionamento de muros limítrofes, resguardados relativamente à passagem animal e humana, não permitindo a disseminação do cereal. A posição e localização estratégica, relativamente ao construído e à topografia, permitem-lhes uma boa exposição ao vento, facilitando a limpeza do centeio e uma boa insolação, necessária à secagem deste cereal. O chão em terra batida era devidamente preparado e aplanado para receber o centeio que viria a ser posteriormente malhado, seco e separado sobre ele. Exceptuando os casos das Eira do Meio e da Eira de Cima, esta última delimitada pelo próprio desnível do terreno, colocando-a num ponto elevado, seriam na maior parte dos casos, espaços delimitados em dois dos seus lados pelos muros em lajetas e nos restantes dois pela volumetria em L ou em U, conformada pelas edificações, formando os ângulos da sua forma geralmente quadrilátera. A menor delimitação na marcação das eiras comunitárias vem demonstrar uma maior abertura e menor necessidade de restrição do espaço colectivo, em relação às eiras de uso privado, mais limitadas e encerradas pela colocação de barreiras físicas mais concretas. Por outro lado, as construções contíguas, em grande número, palheiros ou currais, facilitariam, pela proximidade, o armazenamento da palha sobrante, sem exigir grandes deslocações. Estas "arquitecturas de produção" demonstram, a par com os moinhos, a grande auto-suficiência energética destas comunidades rurais, que recorriam à energia solar e hidráulica como as principais fontes que garantiriam a sua subsistência.

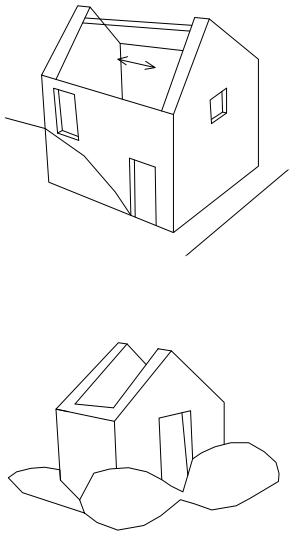
Da célula ao tecido do assentamento. Hipótese de formação e crescimento do lugar

A conformação arquitectónica do aglomerado deverá ter sido processada pela adição e agregação de espaços de diferentes grupos familiares ligados, ou não por laços de parentesco. Esse crescimento foi-se efectuando, desde a sua formação, através da sucessiva adição de uma célula base[7], que facilitaria o processo de ampliação do núcleo, adaptando-se facilmente às condições topográficas onde se implantava e às construções preexistentes. Tanto o tamanho como a simplicidade das células permitiam um variado e ilimitado número de agrupamentos e combinações na adaptação a situações concretas e garantiriam a acomodação às diferentes necessidades funcionais. O conjunto, apesar dos variados agrupamentos decorrentes da diferente aglutinação e adição de células, adquire um carácter homogéneo, resultado da repetição desta unidade base e da sua textura. O crescimento estaria, por outro lado, limitado pela divisão da propriedade, que estipularia o local e área disponível de cada proprietário, justificando de certo modo as dimensões e as implantações das construções. Este processo de sucessiva agregação de células, para além de facilitar a respectiva implantação permitiria uma maior rentabilização e economia de meios na sua construção, uma vez que, em muitos dos casos, a mesma parede de meação serviria duas habitações. A destrinça de cada construção é feita pela junta de meação e pela diferença de cércea consequentemente influenciada pela diferença topográfica onde se vão implantando e pelo número de pisos. Associação de alguns agrupamentos, embora possa parecer corresponder a um diferente faseamento construtivo, partia muitas vezes da combinação acertada entre os proprietários das

fig. 71

[7] Entendemos por unidade base uma construção elementar de grande simplicidade construtiva e planta com base quadrangular de um ou dois pisos, não correspondendo a nenhuma situação em concreto mas aproximando-se de uma infinidade de casos.

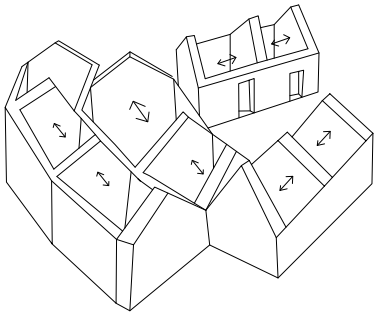
1. Unidades isoladas



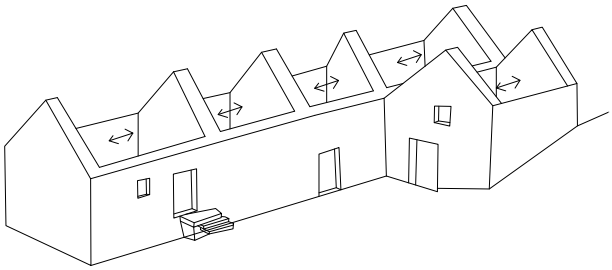
2.Agrupamento em banda contínua

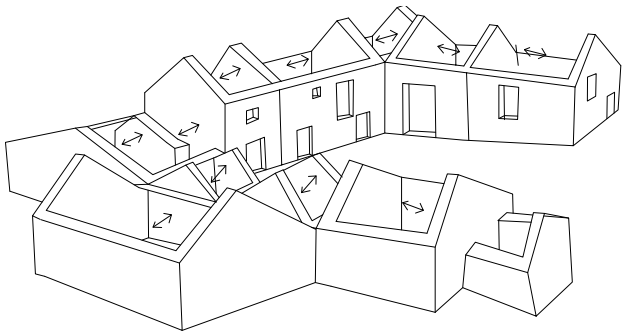


3. Aprupamentos" celulares"

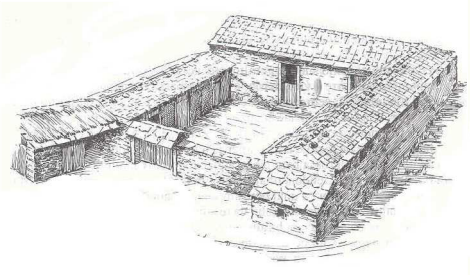


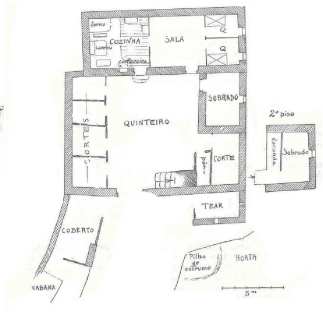
4. Aprupamentos em L

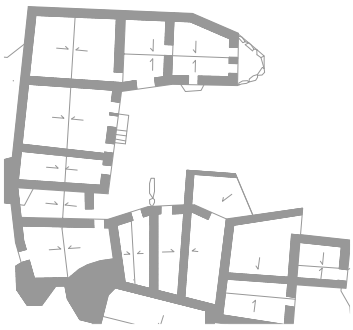




72 | Agregação volumétrica







73 | Comparação entre Casa em quinteiro (Paredes de Coura) identificada por Oliveira 1992 e agrupamento de células em Alcaria.

habitações futuramente contíguas. A maior parte das células adquire dimensões exíguas, sendo a área média de aproximadamente 17m². Constata-se que a dimensão média entre beirados é de aproximadamente 5m, sendo que nunca é inferior a 4 e nunca superior a 6m. A distância entre empenas bastante mais variável que a primeira, pode apresentar oscilações entre os 2,1 e os 7m. Talvez pudéssemos relacionar esta disparidade de valores com o sistema de cobertura, uma vez que a dimensão entre empenas, dependeria da dimensão do frechal de cumeeira que poderia ter dimensões bastante maiores e oscilantes que os caibros da estrutura transversal, bastante mais curtos, menos espessos e por isso menos resistentes. O dimensionamento variável entre empenas poderia estar igualmente influenciado pelo parcelamento da propriedade e pelas necessidades e pela maior ou menor posse económica do proprietário.

fig. 72

Agregação volumétrica

Percebe-se, pela disposição do edificado e pelo entendimento global da estrutura do aglomerado existirem diferentes lógicas no posicionamento e aglutinação das células. Assim, a estruturação da malha construída é compreendida pela aglutinação de diferentes tipos de conjuntos:

1. As **unidades isoladas** que correspondem a uma única unidade base.

2.Os **agrupamentos em banda contínua** resultam da justaposição sucessiva de células similares de duas águas sempre no sentido da empena, de forma que adquirem uma configuração linear. Apesar de nem sempre seguirem o alinhamento lateral da construção preexistente, percebe-se que a nova construção prolonga a cumeeira da cobertura existente e, nos casos em que é mais baixa, apoia-se no muro/empena contígua. Na generalidade dos casos, o pau de cumeeira estaria associado ao menor vão que, disposto paralelamente à rua permitiria o escoamento das águas directamente para o caminho ou para espaços exíguos estritamente deixados para o efeito entre dois agrupamentos idênticos. Na maior parte dos casos, a fachada posterior corresponderia a uma parede cega e a fachada anterior, voltada em relação ao caminho, abriria a porta ou portas de acesso ao espaço interior. Em situações terminais e limítrofes, as fachadas das empenas poderiam apresentar portas ou simples janelas. As variações altimétricas das células decorrentes do número de pisos e adaptação ao terreno e a falta de alinhamentos de paredes medianeiras, permitem destrinçar ,juntamente com o auxílio dos cunhais cada uma das células e por isso algum faseamento na construção.

2.1. É possível, dentro deste agrupamento linear de células, identificar **um subgrupo** que se distingue do primeiro, pelo modo distinto como as construções se associam. Neste caso, à construção cujo pau de cumeeira é lançado no sentido do maior vão são adicionadas lateralmente construções de uma vertente que, ao prolongarem a cobertura, conferem um sentido de unidade ao conjunto.

2.2. Ainda um **outro subgrupo** que se distingue pela associação lateral de duas construções que orientando paralelamente os respectivos paus de cumeeira e convertendo fachadas anterior e posterior em paredes medianeiras, origina uma situação de drenagem de águas resolvida com uma caleira de escoamento ao longo todo o comprimento.

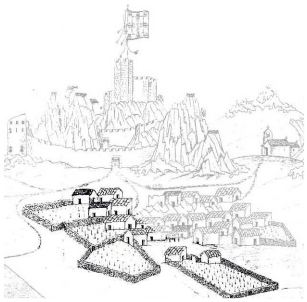
A variação constante na disposição e alinhamento destes agrupamentos lineares, decorreria da própria morfologia do terreno, procurando-se um posicionamento que facilitaria a agregação em linha de novas construções.

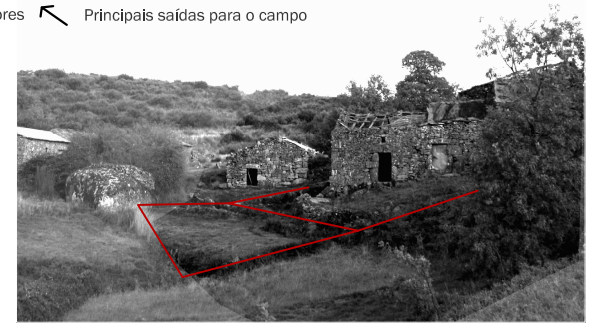
fig. 73

3. Os agrupamentos em **núcleos "celulares",** formados por uma complexa concentração e aglutinação de unidades, que se traduzem na emaranhada diversidade de vertentes e na formação



74 | Hipótese da formação e crescimento do aglomerado





75 | Relação do edificado com o espaço agricola.Comparação entre representação feita por Duarte D´Armas (Aldeia serrana de Penha Garcia) e Alcaria.

de um espaço central. Neste grupo, incluiríamos o núcleo em quinteiro situado na Anta do Fundo (3.1) que resulta da aglutinação transversal, na vertente norte, de um conjunto linear de células associada a um outro grupo linear que agrega a fachada anterior à empena do segundo, e na vertente sul, de uma intricada e complexa aglutinação de construções que originam soluções mais complexas de drenagem de águas. Talvez pudéssemos justificar a forma em U pela necessidade em criar áreas mais contidas no interior do grupo de construções pertencentes a um mesmo agregado familiar, mas por outro lado percebemos estar a construção apoiada em vários afloramentos rochosos cuja disposição planimétrica poderia ter originado a forma presente. A disposição dos volumes e as dimensões do espaço intramuros levam-nos, por outro lado, a encontrar uma certa semelhança com as casas em quinteiro identificadas por Ernesto de Oliveira, no concelho de Paredes de Coura.[8] Incluiríamos também neste grupo o agrupamento da Eira dos Costas e o conjunto de células envolventes ao espaço a (3.2), pela relação intrincada de vertentes e pela associação das células em U criando no interior espaços de alargamento mais reservados e privados.

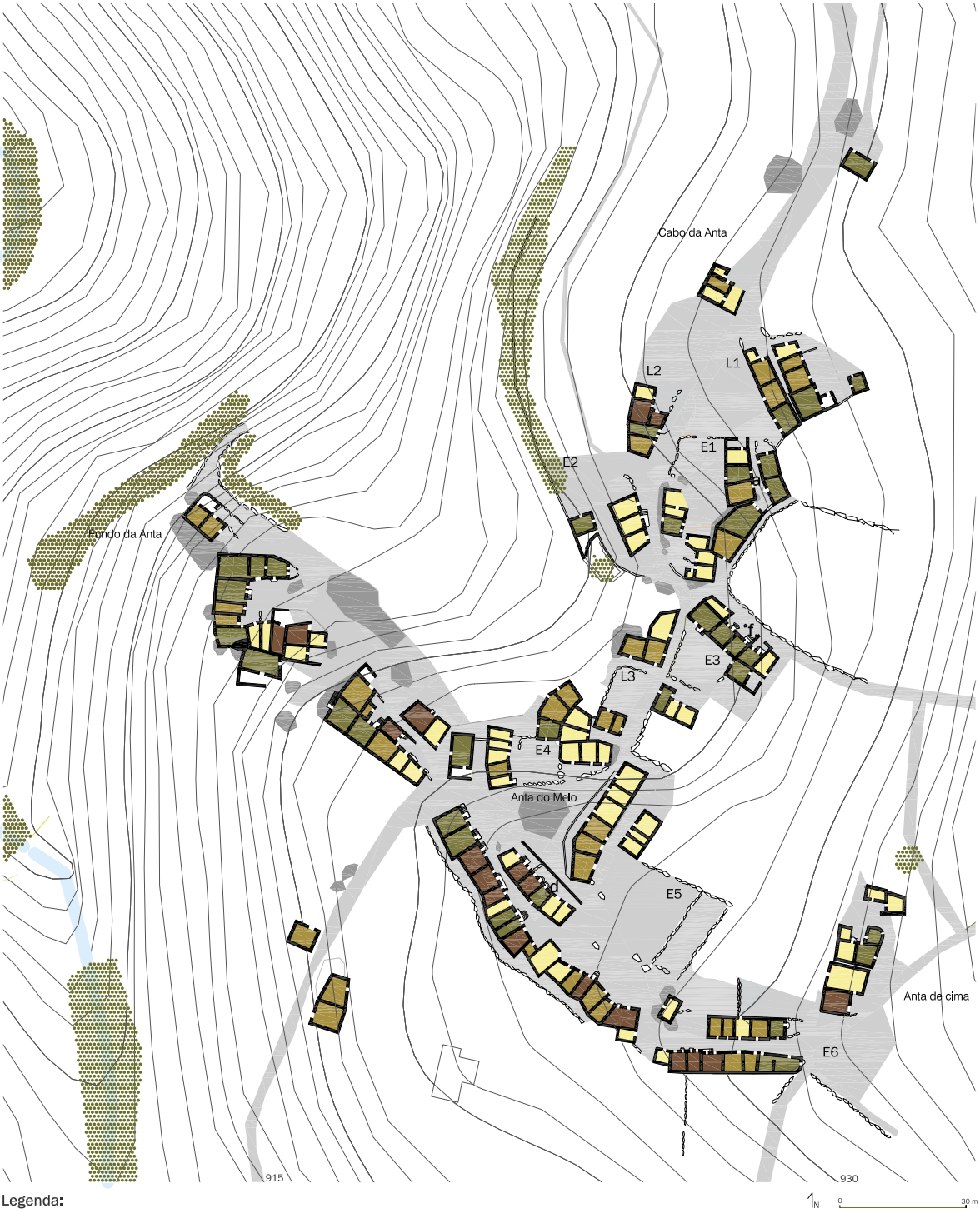
4. As situações híbridas que adoptam uma **configuração em L,** uma vez que articulam o agrupamento em banda contínua com o desenvolvimento de um volume que numa das extremidades se associa perpendicularmente à fachada anterior da célula existente. A nova cumeeira, disposta paralelamente à existente, gera uma situação de caleira comum de escoamentos de águas. Esta configuração poderá decorrer não só da disponibilidade do terreno mas da vontade em configurar diferentes espaços urbanos.

Agregadas nas extremidades destes agrupamentos ou das bandas contínuas, aparecem frequentemente construções de uma pendente que, continuando a vertente da cobertura ou simplesmente apoiando-se na empena existente, se voltam e abrem ao caminho, correspondendo na generalidade ao espaço de resguardo para o carro de bois.

fig. 74 Assim pela análise planimétrica é possível identificar, na estrutura global do aglomerado, duas lógicas distintas, assinaladas na figura 74 em dois zonamentos que poderão ter correspondido a distintas fases temporais. Hipoteticamente, poderíamos associar ao **zonamento A** uma cronologia mais antiga, associada e apoiada nos quatro núcleos que, abraçando cada um deles células habitacionais e um espaço exterior privado resguardado, poderiam ter correspondido numa fase mais antiga, aos núcleos dos 4 povoadores iniciais, que se foram distribuindo de uma forma espaçada ao longo do caminho de ligação com Mazes, Sabugueiro e Castelo.[9] No entanto, a configuração formal destes núcleos parece apontar, para a passada unidade familiar do conjunto, cujo agregado teria uma dimensão bastante distinta da que hoje conhecemos. A existência da fonte na centralidade deste zonamento e as distintas formas como os núcleos se aproximam e relacionam com o espaço agrícola envolvente, com várias saídas pontuais para o mesmo, reforçam a hipótese apontada. Relativamente a este aspecto, atentemos nas representações do século de

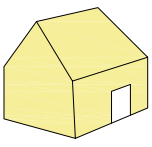
fig. 75 Quinhentos dos aglomerados e fronteiras no livro das Fortalezas e na forma como o autor[10] parece enfatizar as diferentes relações do edificado com o espaço agrícola, idênticas a algumas situações aqui presentes. O **zonamento B**, poderia ter surgido posteriormente aquando do abandono da povoação de Mata de Lobos[11], a norte de Alcaria, e da consequente construção de edifícios em banda contínua e contemporânea de células com dimensões e configurações semelhantes.

[8] Oliveira 1992: 102-107.
[9] Actualmente, cada um destes conjuntos não está afecto a um mesmo núcleo familiar, correspondendo à composição intrincada de diferentes proprietários
[10] Duarte D´Armas.
[11] Informação dada por senhora octogenária residente em Mazes.

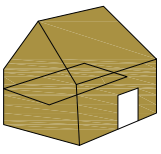


Legenda:

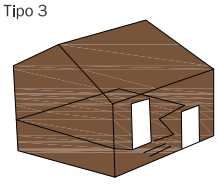
Tipo 1



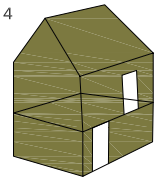
Tipo 2



Tipo 3



Tipo 4



76 | Distribuição tipológica

Diferenciação tipológica e funcional da célula

No sentido de se simplificar o processo de averiguação funcional, dificultado pelo estado de conservação, abandono e elevado arcaísmo em que se encontram as construções tornou-se fundamental fazer uma verificação tipológica de todos os casos do aglomerado que, completada com as informações dadas pelo último morador da aldeia, facilitou o processo e aumentou o rigor da sua possível e verdadeira correspondência. Na aferição funcional, recorrem-se a outros indicativos, que se poderão considerar verosímeis na identificação das construções que abraçaram funções residenciais, nomeadamente presença de lareiras e fumaça nas paredes interiores.

Da análise realizada, verifica-se que a célula base que havíamos generalizado, poderá receber diferentes mutações, organizadas em quatro diferentes tipologias cuja diferenciação foi feita sobretudo em função do número de pisos. A realização de um quadro, onde pudéssemos abarcar e sintetizar todas as tipologias, apresentado em anexo, tornou-se bastante operativo na diferenciação funcional, permitindo a análise comparativa de outros aspectos nomeadamente no que diz respeito a possíveis modulações, dimensões, número de vãos, entre outros. Assim, a primeira tipologia (**Tipo 1**) identificada abarca todas as construções de um piso de altura variável entre os 1,4 e os 2m, sejam elas currais, palheiros ou casas. Uma segunda tipologia (**Tipo 2**), de altura ligeiramente superior, variável entre os 2 e os 3m, possibilitava a criação de um meio piso no interior, cujo distanciamento relativamente ao solo para além de rentabilizar o espaço permitia colocar a palha em local elevado e seco deixando sob ele o espaço para os animais. Uma terceira tipologia (**Tipo 3**), idêntica à segunda quanto à criação do meio piso de altura, diferenciando-se no acesso ao meio piso que, contrariamente à primeira, era feita a partir do exterior, compreendendo por isso dois vãos de acesso ao espaço sob e sobre a estrutura ligeira do piso. Estas duas últimas tipologias abarcam, pelos motivos mais evidentes, apenas as funções de palheiro e curral e aparecem em grande número nos agrupamentos lineares situados na proximidade de Anta de cima. E, finalmente, na quarta tipologia (**Tipo 4**), a altura variável entre os 3 e 4m, permitiu criação de dois pisos completamente separados entre si, podendo corresponder a funções de habitação mais curral ou palheiro mais curral.

fig. 76

As diferentes variações tipológicas encontradas deverão estar intimamente relacionadas e condicionadas pelos métodos construtivos disponíveis na época e pelas necessidades e poder económico dos proprietários, ambas demonstrando um acentuado arcaísmo nas soluções construtivas e uma notável capacidade em se adaptar às diferentes situações.

Habitação

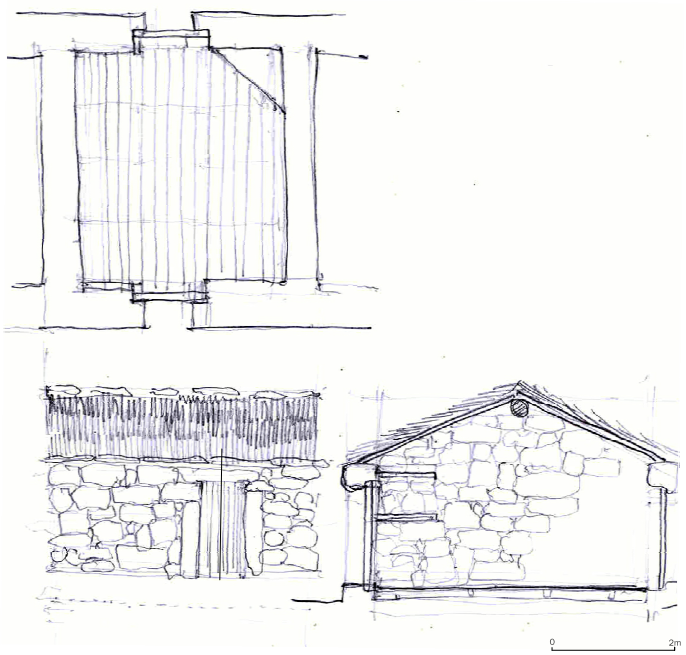
"A casa serrana é uma casa fechada, arcaica e rude, de pedra seca e cobertura de colmo, selvática e bárbara como a própria serra, trazendo até nós a imagem perfeita do mais remoto passado"[12].

É um espaço elementar, mínimo e exíguo, típico de regiões pobres e serranas, dotada de um sentido "utilitas", que não se perde em inovações gratuitas e decorativismo despropositado que nada acrescentam ao seu principal propósito. Uma arquitectura que alia espontaneidade a uma tecnicidade aperfeiçoada de geração em geração, e de uma originalidade contida na escala, na volumetria, na simplicidade de todas as componentes.

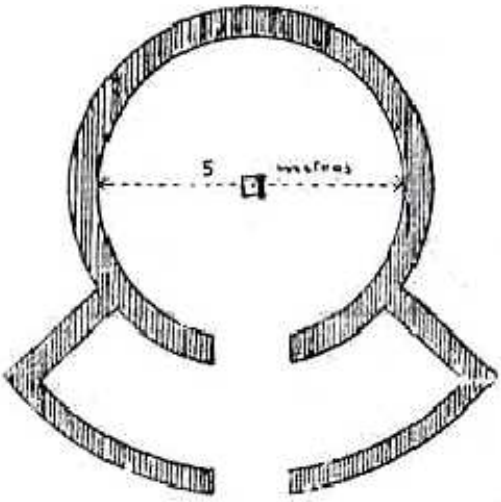
De planta quadrangular, na maior parte dos casos, sem grande regularidade geométrica, e apresentando, em algumas situações, esquinas em ângulo arredondado, pode compreender, na sua

[12] Abreu 1994: 57.

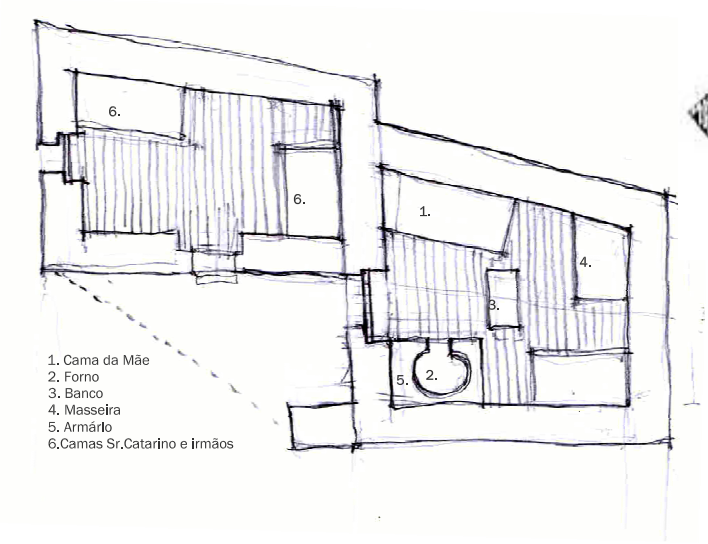
Habitação.Tipologia A



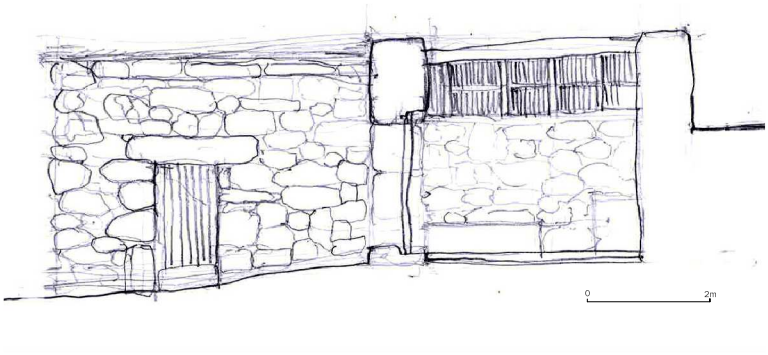




Habitação. Tipologia A. Casa Sr.Catarino









77 | Habitação.Tipologia A
79 | Habitação.Tipologia A - Casa do Sr. Catarino

78 | Casa castreja da Citânia de Briteiros

volumetria, um ou dois pisos distintos, albergando no seu interior, espaços para os humanos, animais e alfaias agrícolas, podendo estes últimos ser apartados em anexos, contíguos à casa.

Quanto ao dimensionamento parecem corresponder de um modo geral às construções com maior área, variando entre os 9 e 38m², numa área média de 24m².

Tipologia A

fig. 77

A primeira tipologia de habitação de feição bastante arcaica e pobre de um só piso, típica das regiões serranas[13], apresenta uma área de 14m². Considerando os padrões de conforto e concepção espacial actuais, as exíguas dimensões planimétricas e altimétricas e a diminuta luminosidade interior, leva-nos a ponderar, a improbabilidade de terem albergado, no seu interior funções residenciais. No entanto, se atentarmos nas dimensões e na inexistente fenestração das construções primitivas castrejas e de outras formas de abrigo rudimentares percebemos, à luz de épocas mais remotas, a possibilidade de tal facto. A inexistência de vãos para além da porta de acesso ao interior não poderá ser, *per si,* justificação suficiente, para se afirmar a impossibilidade de tal função, até porque a sua inexistência significaria menores perdas térmicas, o que se tornava

fig. 78

fundamental neste contexto. Também, comprovando a possibilidade de tal facto, temos a situação e vivência concreta do último morador, que nos descreveu minuciosamente a organização espacial dos compartimentos exíguos onde coabitava com a mãe e mais dois irmãos. Embora esta possa ser uma situação excepcional, por corresponder a dois espaços contíguos e não apenas um, tornou-se no único exemplo concreto disponível que procuramos transcrever em texto e desenho. Assim, no exíguo rectângulo de 12,5m², de 4m de profundidade por 3 de largura, estariam dispostas as peças

fig. 79

de mobiliário essenciais. No canto direito contíguo, à porta de acesso ao interior, estaria disposto o forno, no canto oposto a este, a cama da mãe, ao centro um banco onde o Senhor Catarino e os irmãos se sentavam à hora das refeições; ao fundo no, canto e nos poucos centímetros que restam, a masseira e um armário onde guardavam alguns utensílios. O volume contíguo, de idênticas dimensões, onde dormiam os três irmãos, era acedido pelo exterior coberto. O espaço do curral, segundo o proprietário, foi construído bastante afastado da célula habitacional, num compartimento perto do cabo da anta, até porque estes não viam com bons olhos a grande proximidade com os animais. Nesta tipologia, a casa não se mistura com as outras funções de curral e palheiro que são repartidas em construções independentes e anexas. Atentamos num outro exemplo que combinando uma unidade base de duas águas, com duas unidades laterais de uma vertente, articularia as três funções de curral, palheiro e habitação, parecendo pela forma como se associam corresponder a uma única só construção. (ver p.65 2.1).

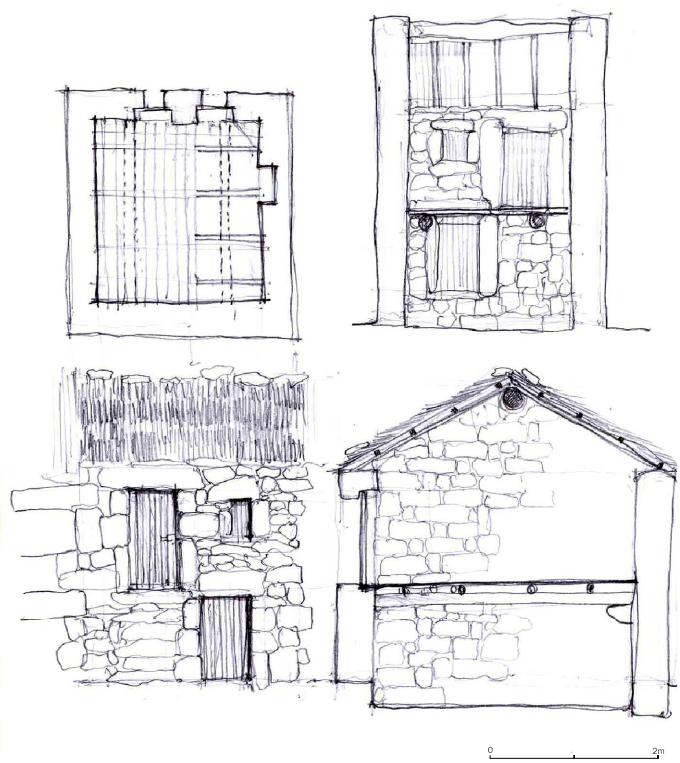
Tipologia B

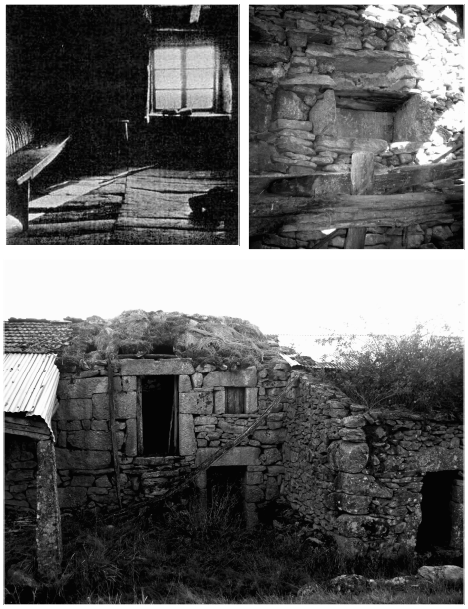
fig. 80-81

Esta casa rural é simultaneamente abrigo e "instrumento agrícola"[14], combinando uma série de soluções arquitectónicas de "casa bloco"[15], organizada em dois pisos, que visam dar respostas a estas duas principais funções. O acesso ao rés-do-chão, destinado ao abrigo do gado e à guarda dos produtos e alfaias agrícolas, é feito a partir da rua. Este interior encontra-se, na maior parte dos casos, abaixo da cota de soleira, havendo por isso um rebaixamento que se julga propositado no sentido de se ganhar maior pé direito e de se conseguir pelo desnivelamento, a colocação de um amontoado de silvas sobre o chão em terra batida que funcionaria como uma espécie de "cama"

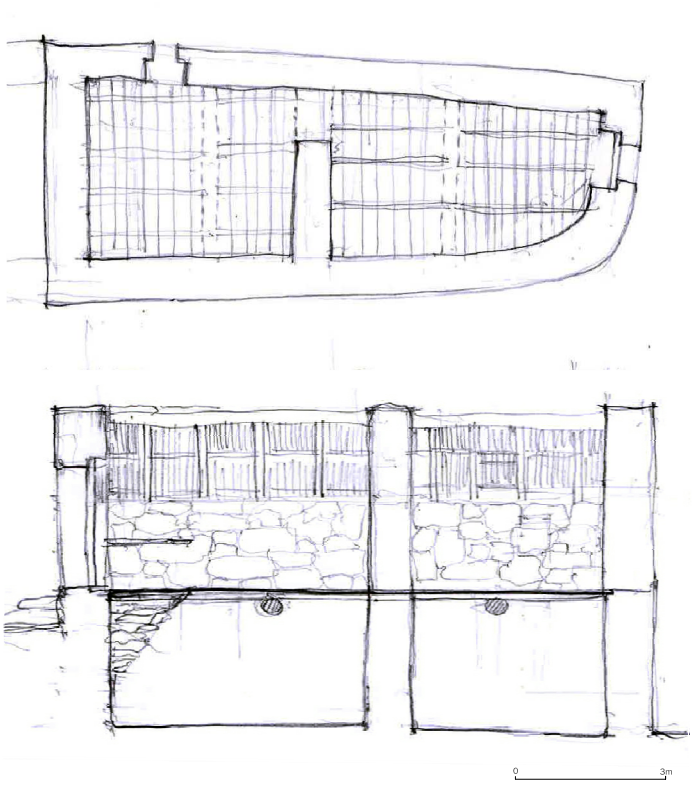
[13] Arquitectura 2004; Lima 1960: 33-35.
[14] Arquitectura 2004: 273.
[15] Lima 1990: 20,21.

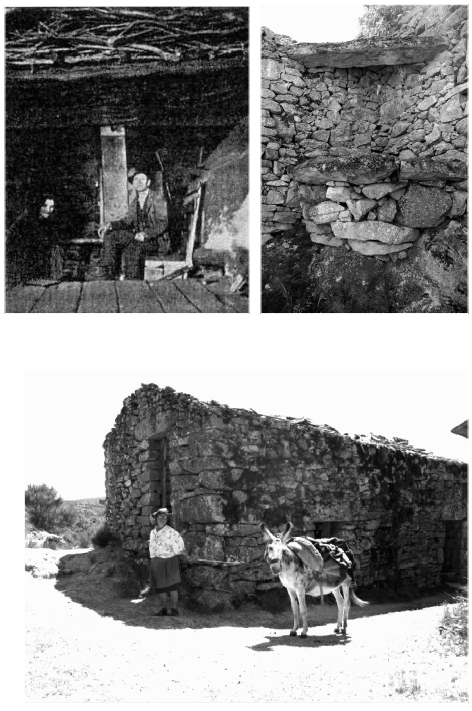
Habitação.**Tipologia B**





Habitação. **Tipologia C**





80 | Habitação_Tipologia B
82 | Habitação_Tipologia C

81 | Escuridão interior.Gralheira.Cinfães.Arquitectura Popular Portuguesa
83 | Idosos na cozinha.Gralheira.Arquitectura Popular Portuguesa

para os animais, não permitindo que esta fosse arrastada para o exterior. A sua distribuição funcional revela um grande sentido prático e económico quanto ao posicionamento inferior dos animais, aproveitando-se deste modo o calor emanado, no aquecimento do piso superior, elevando-o e destacando-o do solo permeável às águas. O andar sobrado destinado à habitação, e situado a uma cota superior, é nalguns casos acessível por intermédio de uma escada em pedra, disposta paralela ou perpendicularmente ao plano da fachada, culminando num patamar posicionado frente à porta principal. Transposto este elemento sucede-se um espaço na generalidade de pequenas dimensões que não ultrapassa os 17m² e que, muitas vezes, sem compartimentação alguma, concentrava e articulava as múltiplas funções de comer, dormir e estar[16]. Hoje, perante uma arquitectura doméstica marcada pela individualização funcional dos espaços e distantes da realidade e relações familiares de outrora é nos difícil compreender as formas que este espaço poderá ter recebido. Entre os dois pisos, não havia qualquer ligação vertical interior, e nalguns casos, seria possível, pela configuração topográfica, fazer-se a entrada de nível para o piso superior, o que poderemos considerar ser uma variante desta tipologia. A situação a meia encosta, ligeiramente soterrada, permitiria simultaneamente contribuir para um melhor isolamento térmico e para o apoio da estrutura da lareira.

fig. 82-83 Tipologia C

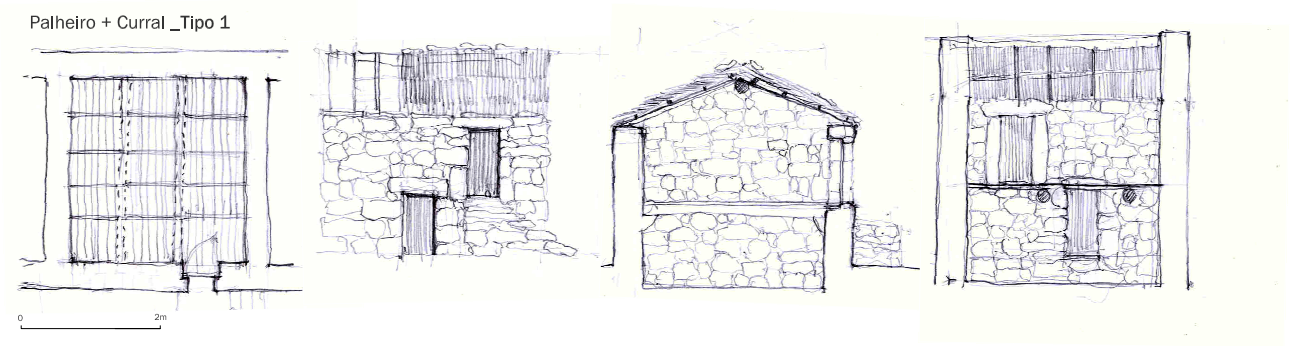
Uma casa à qual chamaremos de composta por resultar da adição de duas ou três células base, que comunicam interiormente entre si, combinando no piso inferior a função de palheiros e currais. A abertura do vão interior permitiu criar diferentes compartimentos sem que para isso fosse necessário recorrer à passagem pelo exterior e deveria ter decorrido do crescimento da família, podendo atingir dimensões de 30m².

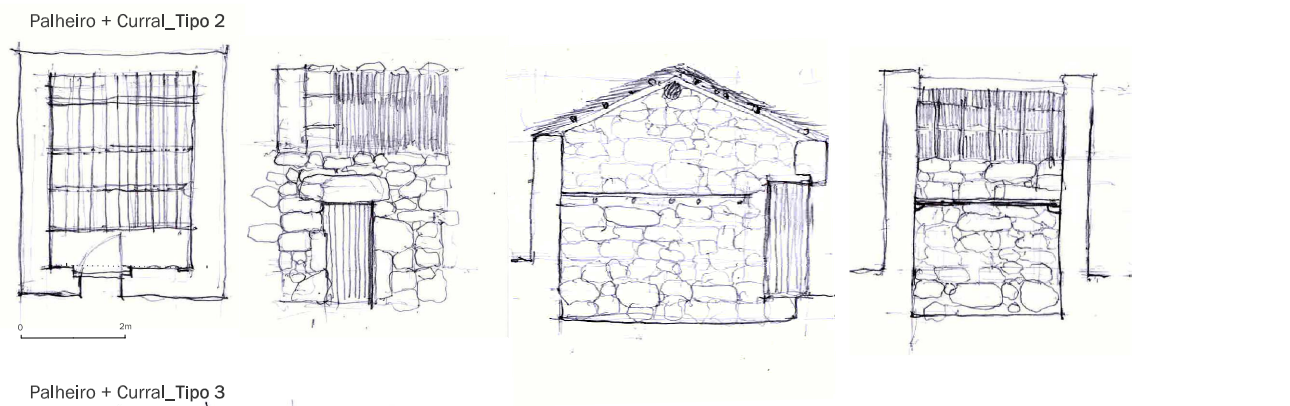
Em ambas as tipologias, a cozinha é o espaço central da vida doméstica da habitação beirã e torna-se palco das vivências no interior da habitação. É um espaço na maior parte dos casos multifuncional, concentrando as necessidades básicas do ser humano: cozinhar, comer, estar e dormir. É na cozinha que se alimenta e repousa; é o local onde se aquecem os corpos enregelados pelas temperaturas frígidas; é nela que se guardam, em nichos embutidos na espessura da parede, os utensílios domésticos e os poucos pertencentes pessoais, e é nela que se aproveita o tempo livre para sociabilizar entre amigos e vizinhos. A lareira é a luz, a energia fundamental que anima este espaço e que muitas vezes o sintetiza. Disposta num dos cantos, poderia ser formada por uma ou várias pedras ladeiras salientes, apoiadas na estrutura da parede de forma que o fumo se esvanecesse na pedra antes de chegar à cobertura, ou poderia ser composta por um lajeado de pedra que, aproveitando a inclinação do terreno, se apoiaria inferiormente nele. Não havendo para a evacuação do fumo chaminé ou outro orifício, o interior das habitações aparece imerso numa profunda obscuridade, que só a luz da a diminuta abertura parece rasgar.[17]

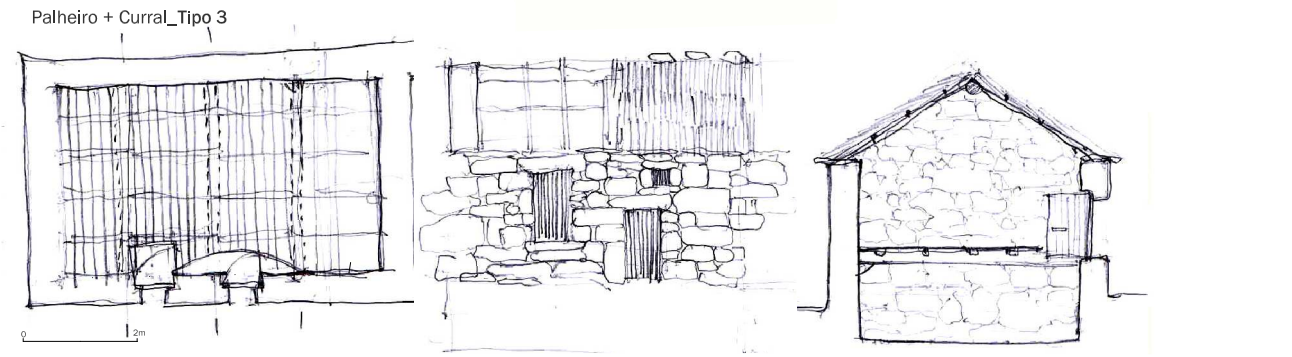
Na generalidade, não haveria separação do quarto e, ao existir, resumir-se-ia a um compartimento de exíguas dimensões sem iluminação natural separada da cozinha por intermédio de uma estrutura em madeira.

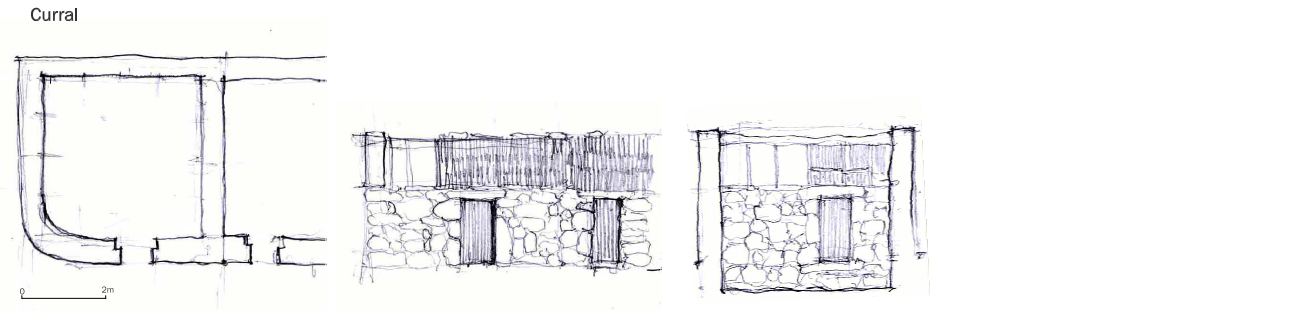
Percebe-se, através da enumeração acima descrita, relativamente às partes constituintes do espaço doméstico, a inexistência de espaços de transição. Os espaços interiores encadeiam-se uns nos outros, sem que para isso haja espaços intermédios ou de circulação e, mesmo, na transição

[16] Descrição feita a partir de Arquitectura 2004, relativa a idênticas organizações encontradas em semelhantes construções serranas.
[17] Arquitectura 2004: 243.











84 | Esquemas tipológicos dos palheiros e currais

85 | Palheiro + Curral_ Tipo 1 86 | Palheiro + Curral_ Tipo 2 87 | Palheiro + Curral_ Tipo 3 88 | Currais

interior – exterior, percebe-se a ausência de átrios de entrada. Há um esforço em se rentabilizar ao máximo os apertados metros quadrados que o circunscrevem.

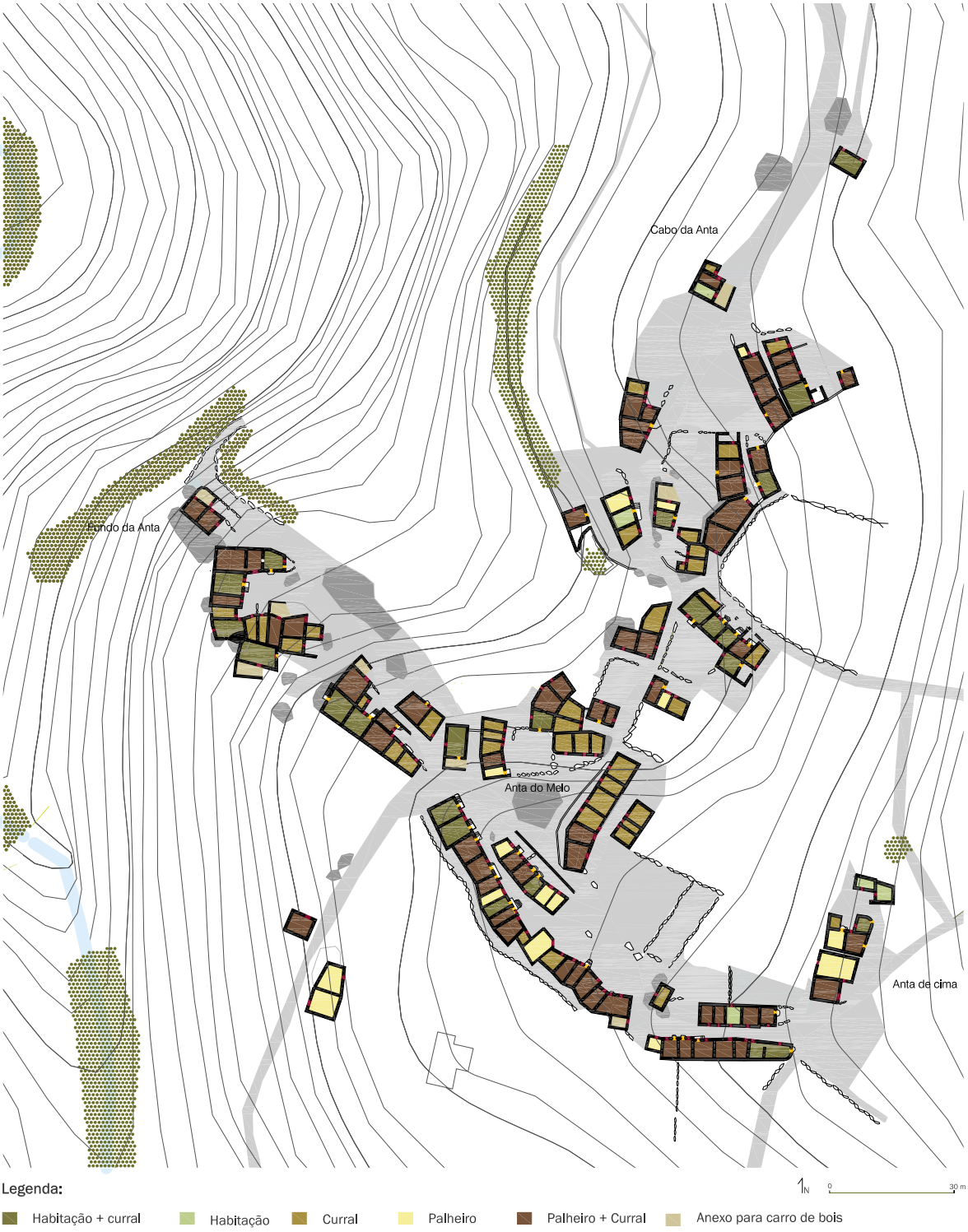
Palheiros e currais

Para além da habitação, outras construções, associadas às dinâmicas de produção e exploração de recursos, compõem a malha construída do aglomerado. Os palheiros são construções complementares à casa, e surgem com a necessidade em arrecadar o feno recolhido dos lameiros e a palha excedente, assim como em separá-los das habitações, de forma a diminuir o risco de propagação dos incêndios. No que ao dimensionamento diz respeito, denotamos haver uma grande oscilação de áreas, variáveis entre os 10 e 26m², numa média de 18m², não havendo a existência de uma modulação tipo. Estas dimensões bastante generosas, quando comparadas com a área média das habitações, revelam a necessidade em abrigar uma grande quantidade excedentária de palha.

fig.84-85-86-87-88

Tipologicamente os palheiros aparecem em muitos casos associados a um curral, numa construção de dois pisos **(Tipo1)**, destinando, para este ultimo, o piso inferior de forma a facilitar o acesso do animal; e, para a palha e feno, o piso superior, ao qual se acede directamente de nível pelo exterior ou por intermédio de uma escada que varia de dimensão de acordo com a diferença de cota a superar. Na interpretação do alçado e do seu desenho, apercebemo-nos que, em muitas situações, as duas aberturas parecem pelos seus posicionamentos não permitir a dimensão da laje na separação dos dois pisos e neste sentido procuramos esclarecer o corte construtivo. Esta coincidência de alinhamentos entre padieira da porta inferior e soleira da porta superior só é possível pela forma desencontrada como é estruturado o vigamento principal que aparece desencontrado com o vão inferior.

Estas estruturas podem, no entanto, apresentar mais duas variantes tipológicas. Apesar de, em alguns casos, a altura da edificação permitir a construção de dois pisos, o factor economia deveria ter pesado na afirmação destas duas tipologias, ambas com soluções de meios pisos. Nestes casos, a palha é disposta sobre uma estrutura de madeira que divide o espaço interior sem que haja uma separação e estanquidade total entre os dois espaços que teriam pés direitos muito inferiores aos da primeira tipologia. Esta solução evita, pelo afastamento da palha relativamente ao chão, o seu precoce apodrecimento, optimizando o espaço inferior para guardar o feno e os animais. O acesso a esta estrutura elevada, no **Tipo2**, era feito a partir do interior de cota inferior ao caminho e, na maior parte dos casos, a altura a que se encontrava, ligeiramente inferior à altura da porta, exigia o recuo suficiente, de forma a permitir a abertura deste dispositivo para o interior. A segunda variação desta tipologia (**Tipo3**), deve-se à forma como é permitido o acesso a estes dois espaços, sendo ambos directamente acessíveis a partir do exterior. O conflito entre as portas e o piso intermédio, leva em certos casos ao recorte do arco de abertura da porta na estrutura do piso e noutros casos ao recuo total da mesma. Em poucas situações o palheiro aparece enquanto dependência independente. O curral assume, em alguns casos, a independência volumétrica, sendo composto por um só piso, podendo apresentar cobertura de uma só água. Sobre o solo em terra batida, e rebaixado relativamente ao exterior, é disposto o feno, que uma vez misturado com os dejectos animais, é aproveitado posteriormente como fertilizante para os campos de cultivo.



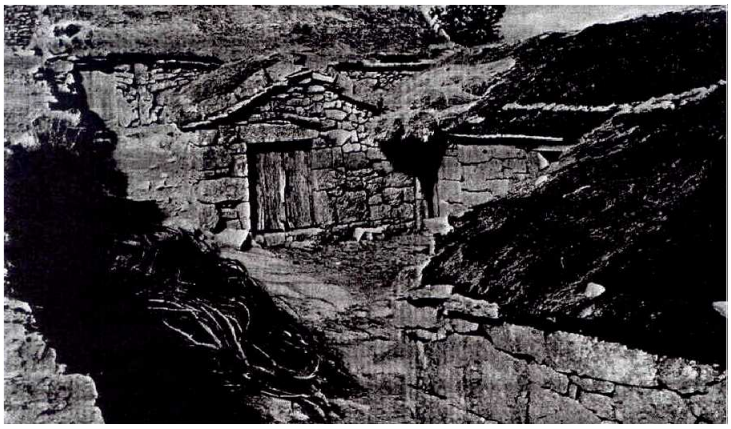
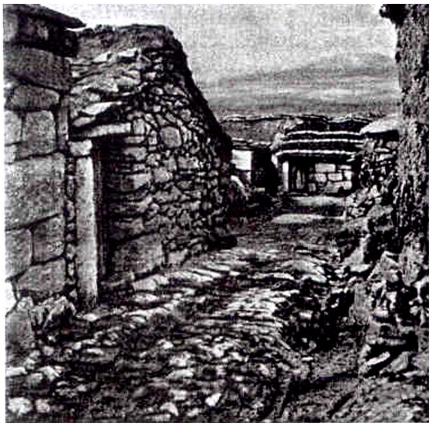
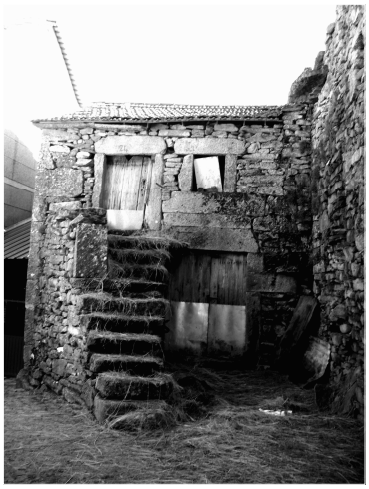
89 | Distribuição funcional

Distribuição funcional

fig. 89

Apontados os critérios, considerados na aferição e na correspondência das várias funcionalidades ao edificado, atentemos na análise do seu número, da sua distribuição e disposição no tecido deste aglomerado. Num total de 150 unidades, destacamos a prevalência das 81 unidades que comportam funções de palheiro mais curral, sobre os 31 currais, as 27 habitações (sendo que 23 comportam no piso inferior função de curral), os 6 palheiros e os 5 anexos para carros de boi. Estes números tornam-se indicativo, que uma grande quantidade destes palheiros mais curral poderiam ter sido construídos numa altura em os habitantes da vizinha Mazes, sentindo a necessidade de encurtar distâncias no armazenamento dos animais e do feno nas proximidades da serra, transformam esta aldeia numa espécie de branda sazonal de apoio à actividade agro-pastoril. Por motivos funcionais, os palheiros situam-se geralmente junto às eiras, podendo no entanto aparecer associados aos caminhos. Os currais apareciam, muitas vezes, associados aos espaços exteriores delimitados pelos muros em lajetas cravadas no solo, que surgem como forma de orientarem o caminho dos animais. As habitações distribuídas de uma forma esparsa, pelo interior do aglomerado, surgem com maior frequência no zonamento que havíamos hipoteticamente definido como o mais antigo, geralmente em posições limítrofes dos agrupamentos e em locais de proximidade com o espaço agrícola no sentido de encurtar as distâncias no acesso às hortas.

No fundo, parece que a definição e distribuição das tipologias e das várias funcionalidades estaria condicionada por uma série de factores como as necessidades, a capacidade económica de cada proprietário, pela divisão da propriedade e pela adequação à preexistência e a uma situação física concreta.






90 | Bigorne.Inquérito da Arquitectura Portuguesa 1955-1961
91 | Colo de Pito.Castro Daire.Inquérito da Arquitectura Portuguesa 1955-1961
92 | Várzea da Serra.Tarouca.2009
93 | Branda de Santo António do Vale dos Poldros.Castro Laboreiro. Caderno de Viagens
94 | Alcaria de Mazes.19–
94 | Alcaria de Mazes.19–
95 | Alcaria de Mazes.19–
96 | Alcaria de Mazes.2009

Matéria e técnica

Há nesta arquitectura vernácula de que nos ocupamos, um incontestável vínculo e nítida relação de dependência[18] relativamente ao meio físico e natural em que se insere, manifesto claramente na forma como se serve dos recursos naturais disponíveis e os emprega na sua construção, traduzidas numa grande economia de meios e num certo primitivismo das soluções arquitectónicas. Além dos condicionalismos geográficos, outras circunstâncias, nomeadamente sociais, culturais e históricas condicionam arquitectonicamente as construções e, neste sentido, é curioso constatar a similitude construtiva e tipológica encontrada com outras edificações vernáculas deste alti-plano, nomeadamente com Várzea da Serra, Colo de Pito e Bigorne[19], e similitudes com outras povoações serranas do norte de Portugal, como por exemplo as construções vernáculas das brandas de Castro Laboreiro. Ao contrário de muitos dos aglomerados atrás mencionados, as edificações mantêm hoje em Alcaria, e graças ao seu abandono precoce, a sua feição tosca e muitos dos seus aspectos originais. A intrínseca adaptação das construções ao terreno, aliada a uma materialidade retirada da própria montanha que integram, tornam-nas praticamente "transparentes" e praticamente "diluídas" na Natureza[20], não fossem as coberturas metálicas recentemente colocadas.

fig.90-91-92-93

A matéria mineral e vegetal extraída do próprio terreno onde assenta, tornou-se parte integrante desta arquitectura de paredes em pedra, de coberturas em centeio, de estruturas, portas e janelas em madeira, revelando grande sabedoria e adequabilidade na aplicação e aproveitamento das suas potencialidades. Cumpre-se "uma certa forma sábia de deixar falar os materiais" [21] aliada, evidentemente, a um profundo conhecimento empírico das limitações e restrições destes recursos naturais, relativamente aos variadíssimos condicionantes externos a que estão expostos, nomeadamente aos esforços mecânicos, à erosão e à temperatura.

fig.94-95-96-97

Por outro lado, a esta "cooperação com a Natureza e aceitação quase fatalista dos seus imperativos" contrapõe "o desejo de a dominar com o auxílio de técnicas em constantes transes de aperfeiçoamento". Assim e ao longo de um processo evolutivo de experimentação espontânea e intuitiva, se devem as formas que hoje conhecemos de uma "arquitectura sem arquitectos"[22] afinada, apurada, depurada e acumulada ao longo de gerações, sempre na demanda de maior eficiência tanto no aproveitamento dos recursos disponíveis como nas soluções apresentadas face aos constrangimentos climáticos e à economia de execução. As construções foram resistindo à passagem do tempo e aos diversos factores que ameaçam a sua estabilidade, graças à mestria de construtores e a uma mão-de-obra conhecedora.

Materiais

Material de origem mineral. O granito

Do terreno onde se implantam as construções, cuja constituição geológica é nítida e abundantemente granítica, é extraída a pedra com que se erguem as paredes de habitações humanas e abrigos animais, edificam-se palheiros e moinhos enquanto estruturas complementares à economia das populações, com que se constroem muros de suporte e de divisão de campos e propriedades agrícolas, se flanqueiam e calcetam caminhos e se lançam pontes na transposição de linhas de água. O isolamento a que estão confinados estes lugares, aliado aos parcos recursos

[18] Oliveira 1992: 13.
[19] Estas duas últimas documentadas fotograficamente no Inquérito da Arquitectura Popular 1955-1961.: 235, 295.
[20] As construções, muitas das quais se adaptam aos afloramentos rochosos, tornam-se praticamente imperceptíveis diluindo-se na paisagem natural e dela tornando-se parte integrante, acompanhando a evolução natural de mutação cromática, que com o decorrer do tempo, transforma as tonalidades cinzentas em tons esverdeados.
[21] Arquitectura 2004: 144.
[22] Rudofsky *:* 1980.





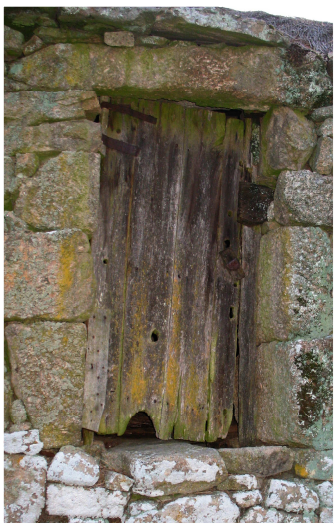












98 | Construção em granito
100 | Centeio
103 | Estrutura da cobertura em madeira

101 | Malhadas.Alcaria de Mazes 19–
104 | Cume e caibros em madeira

99 | Granito e colmo
102 | Cobertura em colmo
105 | Porta em madeira

disponíveis, tornou o transporte de outras matérias-primas, física e economicamente, inviável e neste sentido, tornou-se forçosa a aceitação resignada das possibilidades locais.

fig.98-99 O granito tornou-se, pelas suas propriedades físicas, a pedra mais utilizada na resolução de problemas estruturais. Se é certo que, pela sua durabilidade, não se presta a trabalhos de grande minúcia ou detalhamento, no entanto, apresenta, em casos de alvenaria estrutural, uma boa resistência mecânica à compressão, exercida por cargas decorrentes do peso das paredes, pisos e coberturas, ou o peso de terras, no caso dos muros de suporte, assim como uma elevada resistência ao desgaste desempenhadas pelos principais agentes climáticos como a chuva, a neve, o vento, a poluição e as variações de temperatura.

Materiais de origem vegetal_ Palha de centeio e madeira

O aproveitamento dos materiais vegetais enquanto recurso para a construção, decorre de uma necessidade, perante as limitações e escassez de materiais disponíveis, em encontrar soluções rentáveis e economicamente viáveis na aquisição e aplicação dos mesmos o que revela um entendimento do território serrano em que insere e o profundo conhecimento dos ritmos da natureza e ciclo vegetativo das plantas.[23] Por outro lado, o conhecimento das fragilidades e potencialidades destes materiais aliadas a um sentido optimizador fez com que houvesse um constante aperfeiçoamento das técnicas construtivas, no sentido de se adequar as características formais, dimensionais, resistência, flexibilidade e durabilidade das matérias primas às funções que desempenhariam no espaço construído.[24]

fig.100-101-102 Sendo a cultura do centeio abundante nestas regiões serranas, tornou-se, para além de uma imprescindível fonte de alimento, numa importante matéria-prima para as construções.

O centeio, depois de colhido, era disposto sobre as eiras onde seria posteriormente batido com o *mangual,* de forma a proceder-se à separação da palha e do grão, ao mesmo tempo que se amaciava a palha sem a danificar. A palha devidamente seca, era utilizada no revestimento de coberturas[25], e quando excedentária, posteriormente guardada em molhos, conservando-se por muito tempo e assegurando a reserva necessária à substituição da antiga, quando danificada, apodrecida ou levantada pela acção do vento.

O colmo, disposto engenhosamente em fortes camadas, tornou-se numa forra resistente e impermeável à chuva, assegurando temperaturas mais frescas de verão e mais quentes no inverno, funcionando como um isolante térmico. O decréscimo do cultivo deste cereal, a necessária, assídua e repetida reparação dos colmados, e o grande risco de incêndio associado a este tipo de coberturas estiveram entre os principais motivos do abandono desta solução construtiva, tendo sido

[23] O corte e recolecção destes materiais obtidos de herbáceas, arbustos e árvores, para além de fornecerem a matéria prima reutilizável nas construções, garantiriam a limpeza e manutenção das margens das linhas de água, de zonas de mato ou espaços agrícolas, tornando esta arquitectura sustentável, complementar e entrosada com a gestão da paisagem. Esta evidente relação de dependência relativamente ao meio geográfico e à disponibilidade de espécies vegetais encontradas ou cultiváveis, reflecte-se nas soluções construtivas e na aparência das construções.

[24] Intrinsecamente relacionados com a resposta e eficiência do material estava a época em que era feita a recolha do material e a preparação do mesmo antes da aplicação na construção, de forma adquirir as características formais pretendidas (tronco, varas, ripas) e à sua adequabilidade às diferentes funções que tanto poderiam ser estruturais, de revestimento, remate, fixação ou impermeabilização.
Neste contexto serrano, e em consequência das características geográficas, destacamos dois materiais fundamentais à realização de muitos elementos que constituem e caracterizam esta arquitectura: a palha do centeio e a madeira de troncos e ramos de arbustos e árvores.

[25] De colmo se cobriam, aliás, boa parte das casas (...). Na serra de Montemuro, pelos meados do século XVI não há casa de telha, senão todas em colmo». Rui Fernandes, Descrição do Terreno em redor da cidade de Lamego duas léguas, in Collecção de Inéditos de Historia Portugueza,t.V, 2ª ed.,Lisboa,1926 p.573; Fernão Lopes, Crónica de D. Fernando, cap. XXXIX, p.128; Teófilo Braga, O povo Portuguez, vol I, p.111.





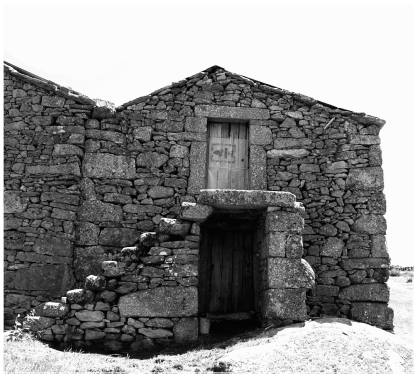












106 | Paramento em alvenaria seca irregular.Curral.
108 | Paramento alvenaria seca irregular.Habitação.
110 | Paramento alvenaria seca regular.Habitação
112 | Paramento alvenaria seca regular.Habitação

107 | Paramento em alvenaria seca irregular.Habitação.
109 | Dois paramentos em alvenaria seca irregular.Palheiro
111 | Paramento em alvenaria seca regular.Palheiro.
113 | Paramento em alvenaria seca irregular.Habitação.

substituído ao longo do tempo pela telha romana de canudo e posteriormente pela de Marselha ou mais recentemente por placas de zinco.

fig.103-104-105

O tipo de madeira, limitada a algumas espécies locais como o pinheiro, castanheiro e o amieiro, foi adaptado, de acordo com as formas disponíveis, ao uso pretendido, e às diferentes funções na construção. Os troncos e ramos de carvalho, de maior diâmetro, pela forma bastante comprida e regular, eram utilizados para elementos portantes, nomeadamente estruturas de pisos e coberturas, e para pavimentos dos sobrados. A sua grande resistência aos agentes biológicos tolera simultaneamente a sua utilização no exterior nomeadamente em portas, caixilharias e portadas e até mesmo em peças constituintes de engenhos hidráulicos.

Sistemas construtivos

" (...) as técnicas de construção são de grande simplicidade e tudo se reduz ao essencial.(...)A expressão dos edifícios é sóbria, rude, máscula, sem grandes voos de imaginação(...)"[26]

Esta arquitectura de técnicas e conhecimentos seculares reduzia a sua intencionalidade, a questões meramente práticas e funcionais, libertando-se de secundárias preocupações estilísticas ou meramente decorativas. Interessa ao construtor a sustentabilidade construtiva de uma arquitectura sólida e minimamente habitável, que traduza a sua verdadeira essência.

Alvenaria seca em granito

fig.106-107

Todas as construções do aglomerado, sejam elas habitacionais, abrigos de animais e palha, ou outras edificações de carácter mais singular como os moinhos, possuem paredes portantes em alvenaria seca de granito[27], podendo apresentar, consoante a qualidade, empilhamento e tratamento da pedra, diferentes estereotomias. Na execução e preenchimento da generalidade

fig.108-109-113

deste tipo de alvenarias, eram utilizados blocos toscamente talhados, de tamanhos e formas variáveis, empilhados e justapostos de uma forma irrepreensivelmente certa, de tal forma, que não necessitavam para a sua sustentação de qualquer massa de assentamento ou união.[28] Quando necessário, torna-se recorrente a utilização de grandes blocos de pedra aparelhada que, pela sua maior estabilidade, facilitam a segurança da estrutura.[29]. No entanto, e na generalidade, só nos cunhais e esquadrias de molduras de portas e janelas eram utilizados, por razões estruturais, pedras de maior dimensão e regularidade. Na construção da empena triangular, recorrem-se a pedras irregulares de pequenas dimensões no sentido de permitir a execução de uma espécie de triângulo dentilhado sobre as quais assentam as cápeas.

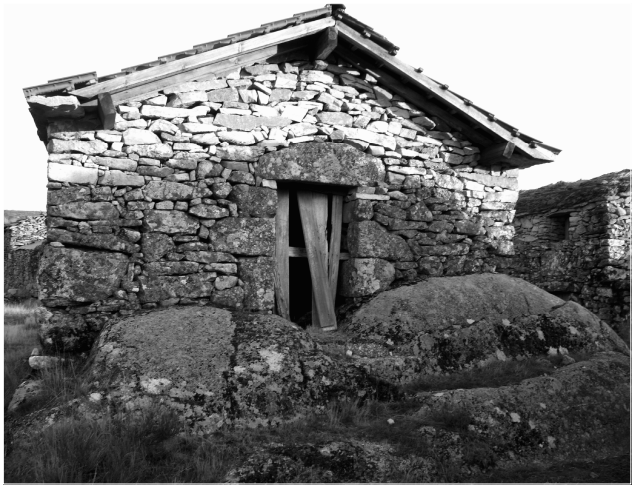
fig.110-111-11

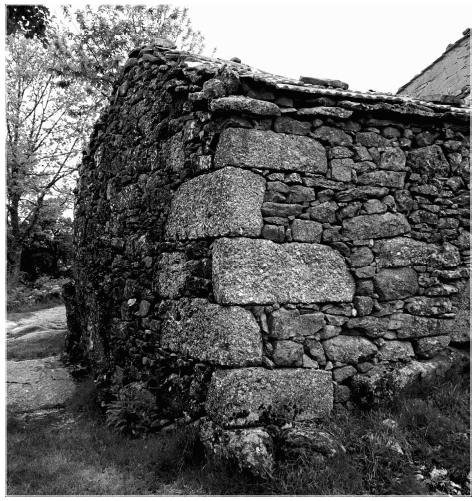
Embora se associe este tipo de alvenaria seca à irregularidade das pedras, também existem casos em que a parede é composta, na sua integridade, por blocos regulares[30] também designada popularmente como *pedra a pico*. É interessante denotar que um grande número das edificações cujo aparelhamento se apresenta mais regular e cuidado, correspondem às construções que teriam

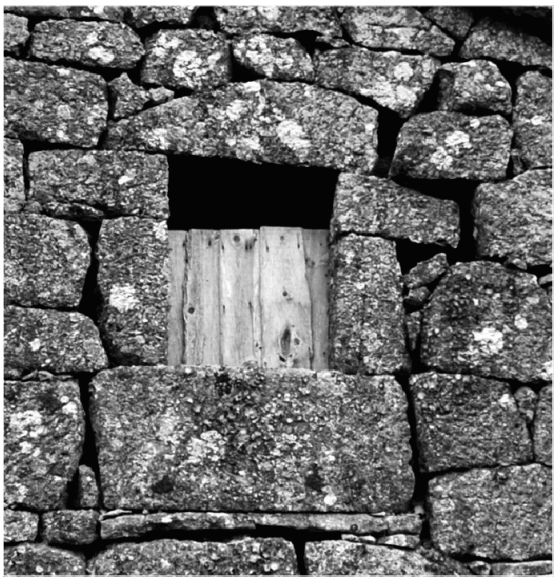
[26] Arquitectura popular 2004: 241
[27] O granito é deixado à vista, não sendo aplicado, sobre esta estrutura, nenhum tipo de revestimento interior e exterior, facto que facilita a drenagem do terreno, principalmente nos casos em que as construções se situam em encosta.
[28] O encaixe e empilhamento das pedras, dispostas com a face irregular voltada para baixo, garante que estas fiquem bem presas e não oscilem, minimizando os espaços vazios e conseguindo formar, pela soma e coesão de todas as pequenas e irregulares peças que o compõe, o bom travamento da parede.
[29] A qualidade e mestria da construção das paredes interferiam no seu comportamento relativamente à resistência a acções externas como vibrações e sismos
[30] Nos casos de melhor aparelhamento, as faces mais perfeitas ficariam voltadas para o exterior e as mais irregulares para o interior da parede

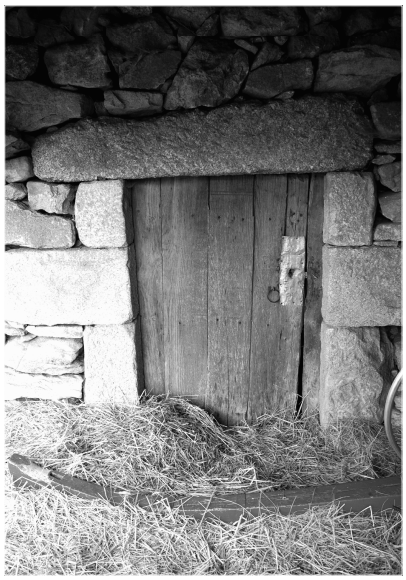












114 | Aproveitamento de fraga existente enquanto paramento.
115 | Aproveitamento de fragas existentes.Vista interior.
116 | Aproveitamento de fragas existentes enquanto fundações.
117 | Cunhal.
118 | Janela.
119 | Porta.

albergado no seu interior funções residenciais, o que revela uma certa preocupação estética e uma necessidade de se demarcar claramente a diferença funcional e a importância no conjunto do aglomerado.

No que diz respeito, às espessuras das alvenarias, podem oscilar entre os 40 a 70cm, dependendo do número de paramentos que apresentam. Na constituição do caso mais espesso, destacamos a elaboração de dois paramentos paralelos, interligados e travados entre si, recorrendo-se para isso, ao uso de pedras que funcionariam como uma espécie de cunhos - os *juntouros*. O muro menos espesso aparece geralmente associado a vedações mais baixas que surgem na delimitação de espaços exteriores cobertos. A construção destes dispositivos correspondia, na generalidade dos casos, à simples colocação de lajes graníticas, cravadas verticalmente no solo, deixando uma altura de aproximadamente 50cm e mantendo um espaçamento de 20 a 30cm entre si. Na divisão de terrenos agrícolas é frequente a utilização de um outro tipo de vedação, constituída pelo empilhamento e justaposição de pequenas pedras irregulares, apresentando uma espessura de 30 a 40cm e uma altura nunca superior a 1m.

fig.114-115-116

Muitas vezes, são os próprios elementos geológicos[31], que se transformam em paredes, e que juntamente, com outros paramentos, ajudam na definição do espaço ocupado pelas construções.[32]

A maior parte das construções, serve-se igualmente dos afloramentos rochosos como alicerce sobre o qual assenta directamente a parede portante, não havendo por isso necessidade de fundação, o que revela uma forte intencionalidade, na escolha da sua implantação, salvaguardando o interior de possíveis infiltrações e humidade e minimizando os custos da construção.[33] Ocorrem no entanto, casos em que houve necessidade de se cravarem alicerces de profundidade variável, que dependeriam do distanciamento a que se encontrava terreno firme, e por outro lado, variaria em função do uso que viriam a ter essas construções.

Nestas alvenarias, existem determinados pontos excepcionais que integram a sua constituição, como os cunhais, topo dos muros e os vãos que, pelos esforços e cargas pontuais sofridos, recebem especial atenção no seu tratamento e execução.

fig.117

Os cunhais, definidos pelo encontro de duas paredes perpendiculares, devem garantir pela sua constituição, a sustentabilidade das duas paredes e de toda a construção. Neste sentido, e independentemente da qualidade da estereotomia de assentamento da restante alvenaria, os cunhais eram executados, com pedras de maior regularidade e dimensão, formando pelo seu cruzamento, uma espécie de sutura entre os paramentos que definiria os cantos das edificações. Algumas construções, nomeadamente em currais, aparecem formas ligeiramente arredondadas o que demonstra um certo primitivismo e arcaísmo na sua execução e na sobrevivência de um tipo de construção ancestral, que não dominava a construção do ângulo recto.

fig.118-119

A necessidade em garantir a iluminação, a ventilação e o acesso ao interior das construções conduziu à interrupção dos panos de parede, através da abertura de portas e janelas. Com o rasgamento, definem-se pontos frágeis nesta estrutura, que deverão ser, por isso, constituídos por elementos que assegurem a sua solidez como as ombreiras, as padieiras, o peitoril, no caso das janelas, e a soleira, no caso das portas.

---

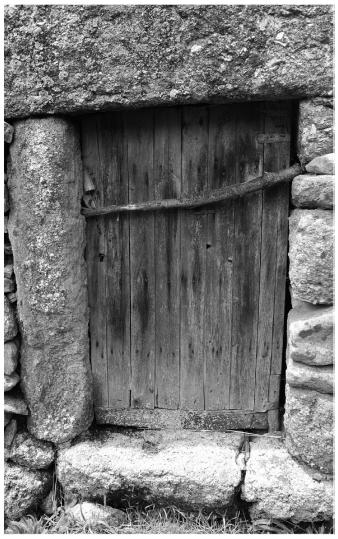
[31] Fragas existentes no terreno.

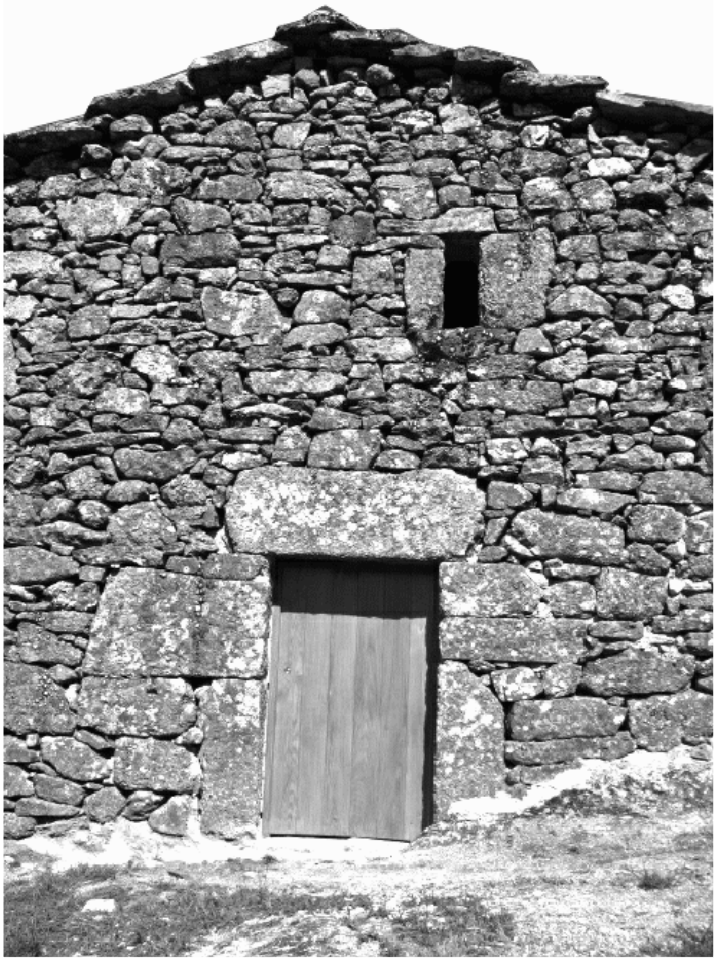
[32] Este sentido de aproveitamento e economia revela-se simultaneamente na pouca altura dos paramentos.

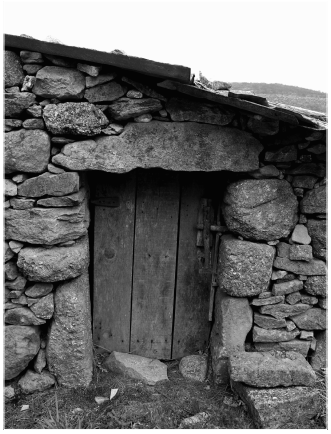
[33] Esta base rochosa exigia o seu nivelamento para o assentamento da parede, recorrendo-se, para isso, a algumas peças em pedra aparelhada que, alternadas entre pedras de menores dimensões garantem, pela sua maior estabilidade, uma melhor firmeza da parede.













120 | Pedra de protecção contra a infiltração de águas

122 | Vãos

121 | Soleira
123 | Porta
124 | Porta
125 | Janela

fig.120-121 A soleira em pedra, disposta na parte inferior do vão da porta, garante a transição entre o interior e o exterior, rematando o pavimento interior e evitando, pela criação de uma pequena diferença de cota, a infiltração de águas para o espaço interno. Nos casos em que o chão interior das construções estaria bastante rebaixado relativamente ao exterior, era frequente recorrer-se à colocação de uma pedra a todo o comprimento do vão que, frente à porta, funcionaria como uma importante barreira física à passagem da água.

fig.122 Já no remate da parte inferior do vão da janela, é o peitoril que, pela disposição de uma pedra horizontalmente colocada no alinhamento exterior do paramento, remata toda a largura do vão.

No *terminus* lateral da alvenaria de portas e janelas, as ombreiras limitam-se, muitas vezes, à interrupção da parede e ao acabamento regular da mesma; noutros casos, são dispostas duas pedras toscamente trabalhadas, ao alto, sem fixação lateral. No remate superior de portas e vãos são dispostas horizontalmente no paramento, as padieiras. Estas pedras, cuja largura ultrapassa e vence o próprio vão, apresentam espessura suficiente para sustentar as cargas produzidas pela alvenaria situada acima destas e consecutivamente transferi-las para as ombreiras.

As soluções mais cuidadas de padieira e ombreira, com o duplo paramento da parede, permitiriam resolver o pormenor construtivo no remate superior e lateral da porta e de janela, funcionando consoante o caso como batente da porta e da portada.

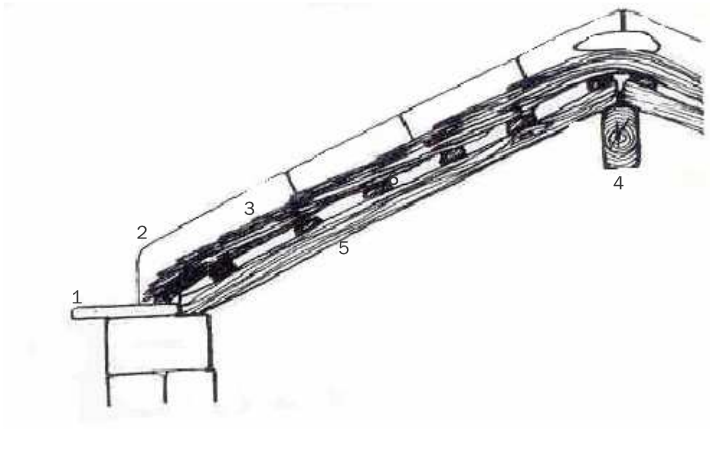
fig.123-124 Quanto ao dimensionamento das portas, aferimos haver uma variação da largura, podendo apresentar oscilações, de acordo com o pé direito do piso e com a funcionalidade a que estariam predestinadas as construções. Na habitação, a largura da porta poderá variar entre os 3,5 a 5 palmos[34] de largura (0,77m e 1,1m), numa variação média de 4 palmos. Relativamente à altura, nunca apresenta valores inferiores a 1,4m e nunca superiores a 1,7m, numa altura média de 1,47m, reflectindo a escala humana. Na tipologia de curral e palheiro com apenas uma abertura verificamos uma largura média superior de 5 palmos, decorrente do grande número de casos em que a largura da porta é superior a 6 palmos, chegando mesmo apresentar medidas de 7.5 palmos. Estas dimensões poderão decorrer da necessidade em permitir a passagem do carro de bois para o interior, facilitando deste modo o descarregamento da palha para a estrutura elevada. Também, em relação à altura da porta, verifica-se um dimensionamento médio ligeiramente superior ao da habitação, reflectindo em certa medida a escala do veículo de transporte. No acesso aos currais, onde, a escala animal, poderia permitir logicamente dimensões mais reduzidas, ostentam larguras bastante mais generosas que as próprias habitações, numa média de 4,5 palmos (1m) e em relação à altura uma dimensão média ligeiramente inferior de 1,4m.

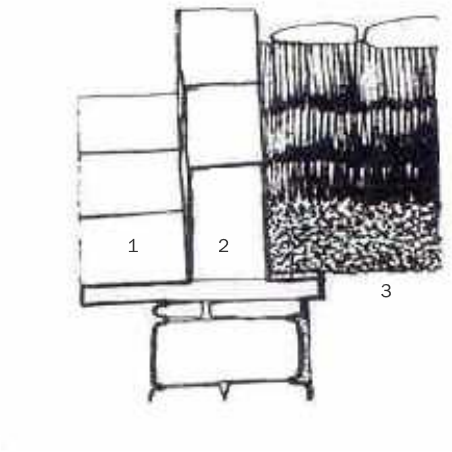
fig.125 As janelas de vão quadrangular apresentam, na generalidade, dimensões exíguas, podendo oscilar entre os 10x10,10x20 20x30 30x40 e 40x50 cm de largura e altura. Constatamos que estas aberturas, quando associadas à empena, e em situações extremas e de topo aparecem, na grande maioria dos casos, a eixo da cumeeira. Tal facto demonstra ter havido uma certa preocupação na composição da fachada, permitindo simultaneamente, ao interior, uma iluminação mais uniforme e centralmente distribuída.

A escassez e exiguidade dos vãos imprime às edificações um carácter bastante sólido e encerrado, mas por outro lado, permite minimizar as perdas térmicas, adaptando as suas dimensões ao programa que servem. Recorre-se, apenas, ao uso de portadas e portas em madeira, estas últimas em grande maioria em sistema de gonzo, que, num plano recuado relativamente à face exterior do paramento, resguarda a madeira da acção erosiva dos agentes climáticos.

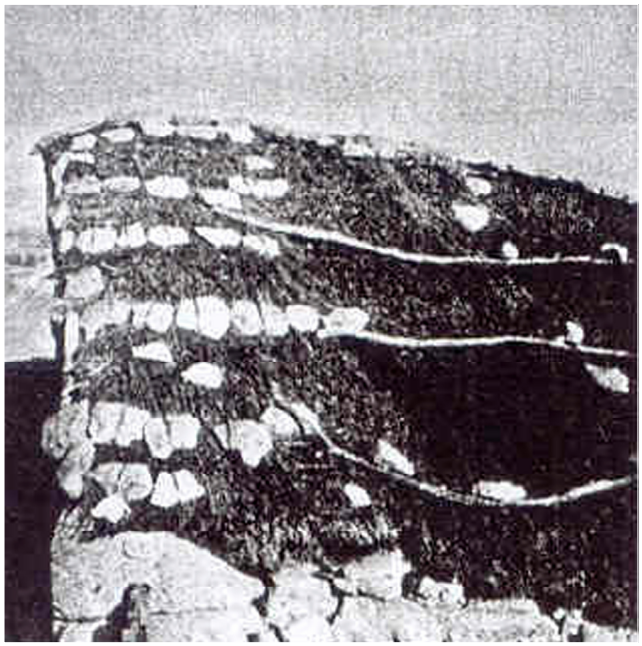
[34] Para um palmo de 0,22m.Sabemos no entanto que poderia sofrer variações regionais.

1.Cápeas
2.Guarda-ventos
3.Colmo
4.Cume
5.Caibros secundários(Varas)
6.Ripas de madeira









126 | Corte cobertura.
128 | Colmadores em Bigorne.1957-1961.

127 | Perfil da cobertura.
129 | Cobertura em Bigorne.1957-1961.

A estrutura do pavimento

Tanto na estrutura de suporte como no revestimento dos pisos era utilizada a madeira de carvalho. Na generalidade dos casos, sobre as vigas mestras, de diâmetros variáveis, conforme o vão a superar, eram estruturadas transversalmente a estas, uma armação de troncos secundários mais delgados sobre os quais assentariam as tábuas que compunham o sobrado. A estrutura de vigamento principal poderia ser directamente encastrada na alvenaria de granito ou poderia aparecer apoiada em duas pedras salientes (cachorros), sendo esta a solução mais eficaz no retardamento do apodrecimento das vigas e do nivelamento das mesmas. No fundo, trata-se de "uma estrutura de justaposição de elementos cada vez mais delgados, vencendo vãos cada vez menores – viga mestra, vigas e tabuado".[35] (confrontar fig.80)

Cobertura. Colmaduras ou Colmaços [36]

fig.126-127
128-129

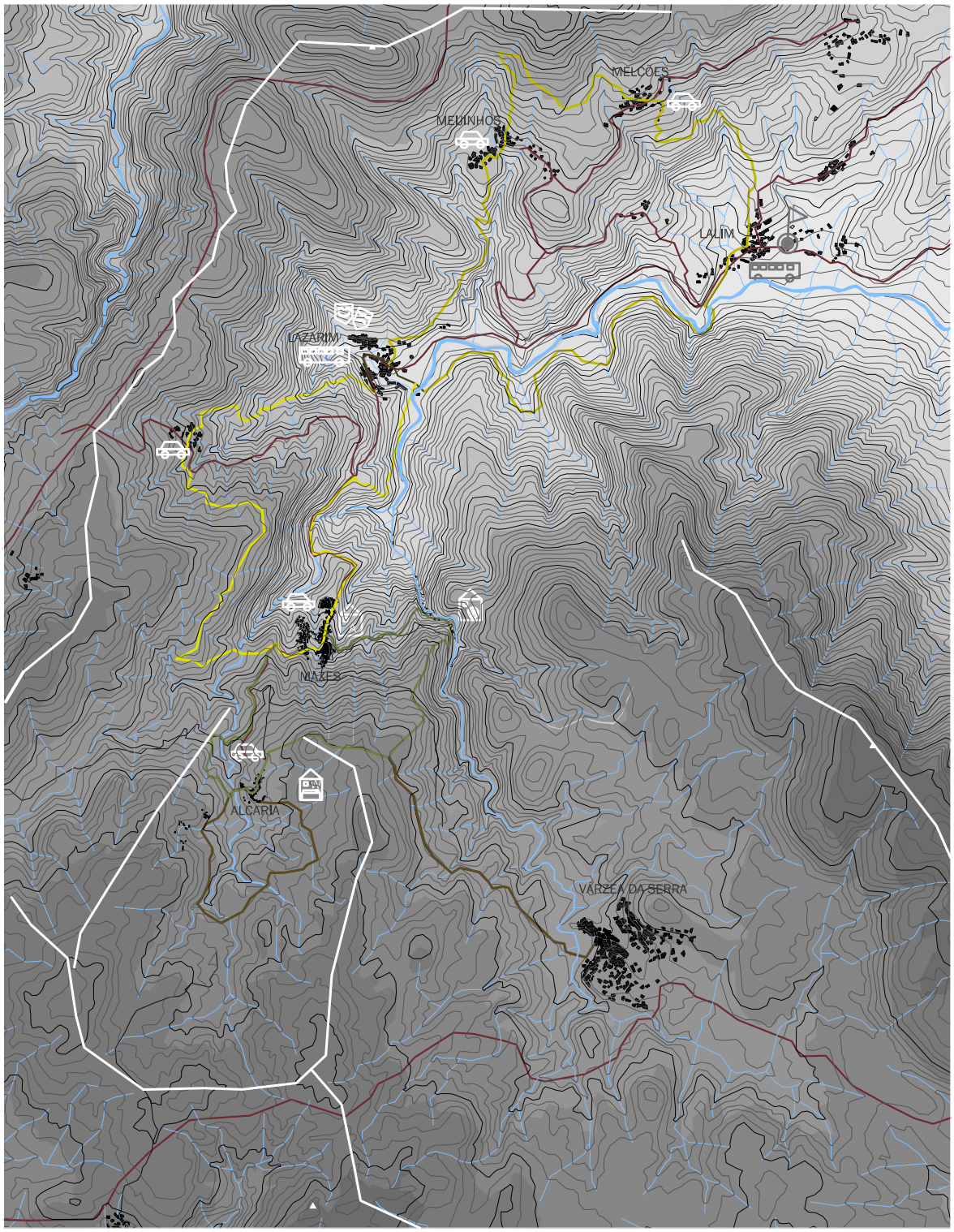
À construção da inicial fundação e alvenaria, segue-se o remate desta última pelo capeamento e pela cobertura. No topo dos paramentos de cada empena poderiam ser colocados as *cápeas* no sentido de nivelar o aparelho murário bastante irregular, reduzindo a infiltração da água para o interior do paramento, e ao mesmo tempo servindo de elemento decorativo. Sobre as *cápeas*, pedras chatas e planas, eram dispostas outras pedras mais espessas que serviam para segurar o revestimento da cobertura, e aos quais se dá o nome de *guarda-ventos*. As construções apresentam, na generalidade, e pelas suas parcas dimensões, telhados de uma ou duas águas, do tipo cume e frechais. Na constituição da armação de suporte é lançado primeiramente o caibro central (cume) a todo o comprimento do topo do telhado, de empena a empena. Dispostos perpendicularmente ao pau da cumeeira, de um lado e de outro, são encaixados ou apoiados os caibros secundários (varas), nos frechais ou nas paredes laterais. Devido à pouca dimensão das varas, poucas são as coberturas que dispõem de terças no reforço da estrutura. Na generalidade dos casos, o pau de cumeeira ou caibro central é lançado no sentido do menor vão, no entanto podem aparecer alguns casos em que aparece associado ao maior e, neste caso, foi necessário recorrer a um sistema de escora. Em ambas as soluções construtivas procura-se assegurar que a dimensão dos caibros secundários se mantenha constante e menor que o cume, até porque estes elementos são estruturalmente mais delgados e frágeis. Perpendicularmente ao travejamento das varas, são colocadas as ripas de madeira, sobre as quais pousa o colmo, disposto em camadas, do beiral para o cume. Sobre a palha do centeio devidamente acertada e aplanada, eram ainda colocados transversalmente paus e fieiras de pequenas pedras, no sentido de não permitir a sua desagregação com o vento.

[35] Viana 1999.
[36] Oliveira 1988.



CAPÍTULO III

ESTRATÉGIA E PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO



Legenda

Percursos pedestres existentes na Rede Municipal:
- Percurso de Terras de D.Pedro
- Percurso das Máscaras de Lazarim
- Percurso de Anta de Mazes

Percursos a integrar na rede existente:
- Percursos do Castelo e Sabugueiro
- Percurso de ligação com Várzea da Serra

- Principais estradas
- Linha de festo
- Linha de água

Equipamentos de apoio à rede de percursos:

Sugeridos:
- Posto de recepção da subunidade
- Estructura de apoio à agricultura biológica

Existentes:
- Moinhos da Faia

Previstos:
- Museu Etnográfico e Centro Interpretativo da Máscara Ibérica
- Alcaria de Mazes: Oficinas+Unidades de alojamento

Acesso restrito proposto:
- veículo ligeiro
- veículo pesado

N 0 500 m

130 | Plano geral à escala da subunidade alveolar

Concluída a análise do lugar, somos levados afirmar e reconhecer que Alcaria de Mazes se torna portadora de um legado cultural inestimável e que o seu desaparecimento, pelas características que encerra firmadas num espaço de elevado valor paisagístico, histórico, etnográfico, seria de indubitável perda. A pertinência do nosso contributo, no processo de salvaguarda e reabilitação deste aglomerado, surge num momento em que parece haver um crescente interesse pela sua preservação[1], quer ao nível público, por parte das autarquias, quer pelos habitantes e proprietários das construções quer, recentemente, pela existência de um promotor privado[2] que se interessou pela sua preservação. Conhecendo algumas intenções e o programa estipulado pelo arquitecto responsável, mas desconhecendo a materialização arquitectónica do projecto, achamos oportuno, reflectir sobre as possibilidades de operar no espaço da aldeia reflectindo sobre as possíveis formas de intervir neste património, definindo estratégias que possam travar o processo de degradação e somando, deste modo, um novo contributo à possível e futura intervenção. O levantamento e estudo do aglomerado procuraram funcionar como um primeiro princípio de conservação e salvaguarda, tornando-se fundamental, no sentido de assegurar que os princípios de intervenção fossem devidamente consentâneos com o aglomerado. Neste sentido, e aceitando o programa estabelecido, reflectiremos sobre a sua exequibilidade, ponderando a sua distribuição funcional, e discorrendo sobre as suas principais implicações físicas, infra-estruturais e dimensionais, à luz de certas imposições legais[3]. A manutenção das construções existentes, na acomodação do programa, pressupõe intervenção/recuperação do antigo e subentende a integração do novo, que não se deve sobrepor ao existente, adaptando-se de forma pacífica e equilibrada.

fig.130 **Plano geral à escala sub e macro unidade alveolar**

Da análise anteriormente desenvolvida, compreendemos a necessidade de uma abordagem e intervenção a várias escalas de abrangência, abarcando desde a escala territorial ao aglomerado. Neste sentido, para além dos princípios enunciados, quanto à reabilitação e intervenção do objecto em particular, devemos procurar integrar Alcaria, numa estratégia de intervenção mais alargada.

À escala da subunidade, existe uma rede estruturada de percursos[4], que ajudam na leitura, interpretação e mutação da paisagem natural e humanizada, oscilando entre os percursos que ligam as povoações do vale, Lalim e Lazarim, com as povoações situadas nos seus rebordos montanos, Melcões, Meijinhos, Parafita, Mazes e altimontanos, Alcaria. É ao nível das povoações montanas que se torna evidente a leitura do território, e a forma intencional como estes povoados se implantam e as relações que estabelecem. Os percursos existentes visam aproximar este aglomerado de outros lugares da "subunidade alveolar" procurando contrariar, simultaneamente, o isolamento a que estão confinados, tornando-os não num *terminus*, mas num ponto intermédio de passagem. No entanto, seria benéfico associar a estes itinerários, a criação de infra-estruturas que se adequassem ao perfil e potencial dos valores endógenos de cada aldeia, aproximando-os numa rede complementar. Pelo diferente posicionamento, que ocupam no interior desta subunidade alveolar, pela relação com os principais acessos rodoviários, pelas diferenças culturais, históricas e paisagísticas, seria fundamental estipular essa distribuição funcional. Visto não ser este o objectivo principal da prova, ficam apenas apontadas algumas hipóteses relativamente às funções que poderiam assumir as aldeias, pelas suas localizações, dispostas ao longo da estrada N 521 e necessariamente transpostas até à chegada a Alcaria, mas

[1] Foi manifestado ao longo dos anos um repetido interesse pela sua preservação nomeadamente pelo grupo Sonae, e uma imobiliária sedeada em Viseu.
[2] Projecto a cargo do Arquitecto Alberto Mallaguerra.
[3] Decreto-lei nº 39/2008 de 7 de Março.
[4] Percurso "Terras de D. Pedro Afonso" na ligação das Freguesias de Lalim, Lazarim Meijinhos e Melcões; Percurso das máscaras de Lazarim na ligação das aldeias de Parafita e Mazes; e percurso de "Anta de Mazes" na ligação de Mazes, Anta, Castelo, e Sabugueiro



















131 | Anta de Mazes 19–.Caminho principal junto à eira dos Costas.
132 | Anta de mazes 2009.Caminho principal junto à eira dos Costas.
133 | Anta de Mazes 19–.Entre a eira do meio e a quelha da Anta.
134 | Anta de Mazes 2009.Entre a eira do meio e a quelha da Anta.
135 | Anta de Mazes 19–.Caminho principal junto à eira da Fonte.
136 | Anta de Mazes 2009.Caminho principal junto à eira da fonte.
137 | Romano com *vestis cucullata* - capucha.
138 | Mulher com capucha.Várzea da Serra 2009.
139 | Careto.

relativamente às quais pouco me demoro. A vila de Lalim, pelo seu posicionamento à entrada da subunidade, poderia assumir a função de recepção, contribuindo com a colocação de um posto de turismo informativo relativamente aos percursos e às diferentes infra-estruturas da "subunidade". No previsto, Museu do Entrudo/Centro Interpretativo da Máscara Ibérica[5] somaria ao programa museológico previsto, de divulgação e estudo das tradições culturais ligadas ao Entrudo no território Ibérico[6], os espaços para a divulgação de tradições etnográficas, previsto para aldeia de Alcaria[7]. Em Mazes, poderia ser explorada a vertente agrícola, com a introdução de um posto que funcionaria, simultaneamente, de acolhimento/venda de produtos agrícolas e actividades relacionadas com agricultura biológica, ficando Alcaria com a vertente pedagógica associado à criação de oficinas artesanais e actividades relacionadas com a economia da serra[8].

Esta distribuição programática, seria adequada às condições de acessibilidade locais, procurando minimizar a criação de infra-estruturas rodoviárias desnecessárias que contribuíssem para a desvalorização da paisagem. Assim, ao nível do vale, pelas melhores condições de acessibilidade existentes, ficaria centralizado o turismo de massas e, neste sentido, propomos que, a partir de Lazarim, o acesso às povoações de Mazes e Alcaria, ficasse condicionado à passagem de viaturas ligeiras, de forma a optimizar e não danificar as vias existentes.[9] Esta ligação pelas condições bastante precárias que apresenta deveria ser intervencionada, no sentido de facilitar o acesso a qualquer veículo, devendo-se recorrer, para o efeito, a técnicas menos invasivas que o alcatrão, que permitissem a drenagem de águas e que permitissem minimizar o impacto visual e ambiental.[10] A possibilidade de acesso automóvel vai exigir a criação de uma área de estacionamento próximo da aldeia em estudo, que deveria obrigatoriamente considerar na sua concepção, a preocupação em provocar o menor impacto visual possível. Os caminhos pedonais de ligação com as povoações do Castelo, Sabugueiro e Várzea da Serra deveriam ser mantidos e integrados na rede de percursos anteriormente referida.

Também **ao nível regional**, no todo geográfico e cultural que é **"macro unidade alveolar",** seria importante a criação de uma rede de aldeias que ao promover diferentes valores arquitectónicos, históricos, patrimoniais, culturais, paisagísticos, se assumiriam enquanto pólos de atracção especializados e descentralizados, contrariando o isolamento a que estão votados alguns lugares. No caso concreto, para além dos inegável valor de uma paisagem moldada e inteligentemente gerida pelo homem ao longo dos tempos, também destacaríamos os valores históricos, pela antiguidade atribuída à génese do lugar, que se tornou num dos principais motivos da valorização deste, espicaçando a curiosidade dos que atraídos pelos topónimos, Anta, Cama de Mouros, Alcaria, Castelo, se deslocam ao local com o intuito de aí poder encontrar a sua correspondência material. Simultaneamente, ressaltaríamos valores arquitectónicos de um grande arcaísmo torna o aglomerado "objecto invulgar" no contexto em que se insere pela estrutura espacial e características arquitectónicas arcaicas singularizando-o das restantes povoações fortemente descaracterizadas por modelos arquitectónicos descontextualizados. Simultaneamente, as populações detém uma cultura e identidade próprias, que a individualiza e as torna genuína relativamente ao restante território, através da existência de significativas singularidades culturais e etnográficas.[11]

fig.131-132
133-134
135-136

Fig.137-138
139

[5] Projecto aprovado
[6] Http://www.cm-lamego.pt/.
[7] Este programa aparece descriminado mais à frente.
[8] Programa estipulado pelo Arquitecto Alberto Mallaguerra.
[9] Dificilmente seria possível interditar o acesso rodoviário, a partir de Mazes, na ligação com a povoação de Alcaria possibilitando apenas o acesso a veículos de tracção animal.
[10] Sugeríamos um pavimento em gravilha com um ligante resinoso
[11] A capucha em burel e o Carnaval do Entrudo são algumas dessas singularidades etnográficas.

Plano de intervenção à escala da micro unidade

O programa

Como havíamos referido, achamos pertinente partir das ambições programáticas, estipuladas[12], que têm como principal objectivo promover a revitalização da aldeia. O programa foi encarado sobre a forma de "encomenda", assumindo-se enquanto problema concreto e essencial ao desenvolvimento do nosso contributo arquitectónico. As exigências programáticas são bastante claras nas suas aspirações mas pouco definidas quanto às suas necessidades espaciais, o que nos levou a ponderar e equacionar, a sua pertinência. Enumeramos de seguida o referido programa:

1. Produção e comercialização de artesanato local

1.1.Oficina / loja de fabrico de pão (centeio)

1.2.Oficina / loja de fabricação de produtos de linho (linho)

1.3.Oficina / loja de fabricação de queijo (leite)

1.4.Oficina / loja de produção de cerveja artesanal (Cevada)

Subentende a formação no âmbito da produção de artesanato regional.

2. Restauração

2.1.Criação de uma taberna típica.

2.2.Criação de um restaurante típico de pequena/média dimensão no que respeita à lotação, mas capacidade com cozinha que dará apoio a actividades e eventos ao ar livre.

3. Componente de alojamento

3.1.Turismo de aldeia – Número de unidades e camas a definir em função do sucesso das restantes componentes e a construir por via do restauro e remodelação das construções existentes nas aldeias.

4.Componente de animação

4.1.Criação de um museu de cariz etnográfico.

4.2.Criação de percursos pedonais e equestres/*burro*, de cariz etnográfico, arqueológico e de interpretação ambiental.

4.3.Realização de festas de aldeia subordinadas a temas do calendário agrícola e tradicional: Astral e religioso.

5. Componente agrícola:

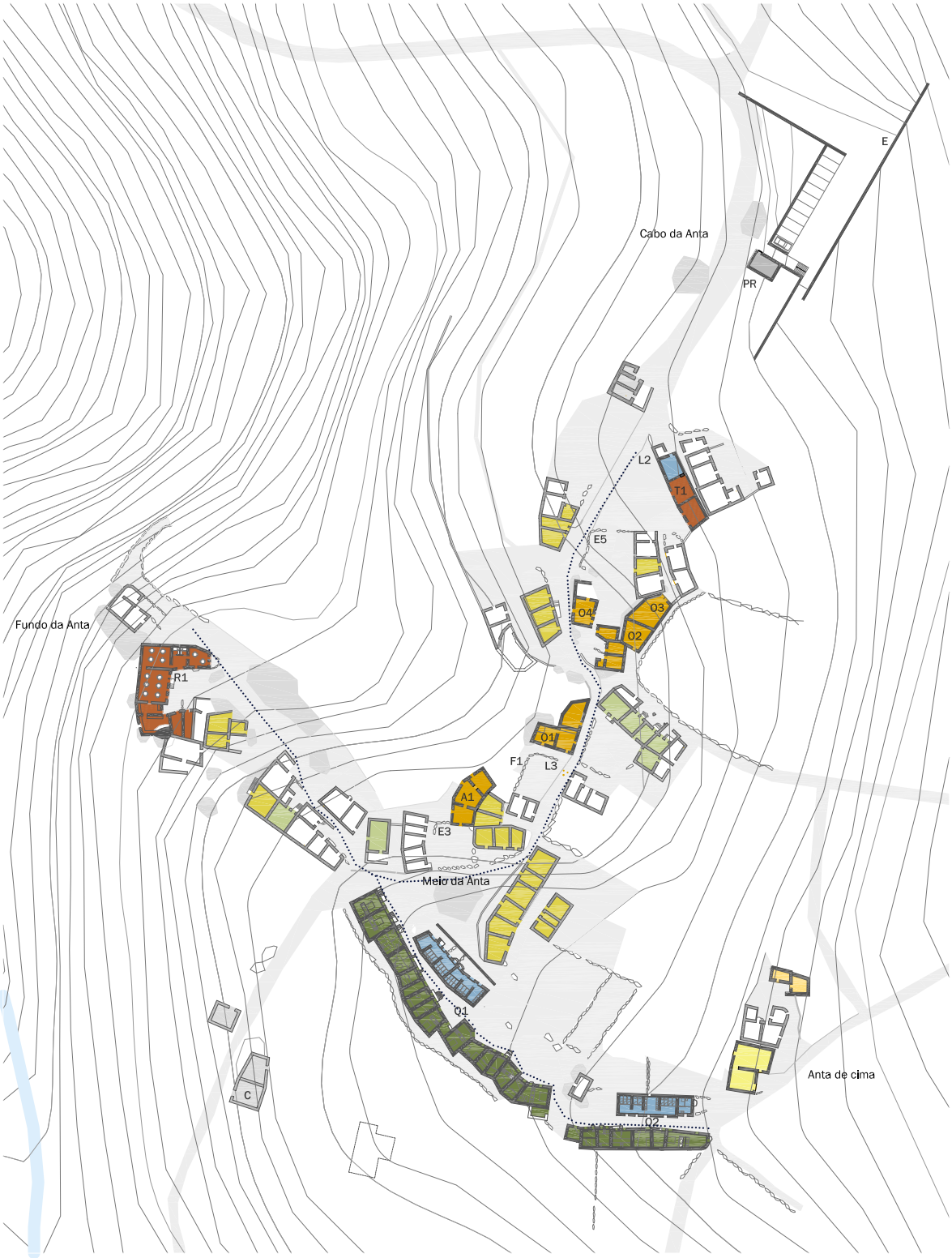
Produção agrícola artesanal e formação no âmbito da produção agrícola biológica.

Cultivo de produtos tradicionais que servirão de ponto de partida para percursos de animação turística: o do centeio, o da cevada, o do linho, o do queijo, etc.

Criação de gado caprino, ovino e eventualmente, bovino, que servirá de ponto de partida para o percurso de animação turística ligado à produção leiteira e de produtos seus derivados.

Criação de equídeos – gado asinino para satisfazer as necessidades de transporte de turistas e da produção.

[12] Programa estipulado pelo Arquitecto Alberto Mallaguerra.



Legenda

- Oficina/loja
- O1- Oficina/loja do pão
- O2-Oficina/loja queijaria
- O3-Oficina/loja da cerveja
- O4-Oficina/loja do linho
- A1- Estructura de apoio às actividades agrícolas
- Restauração
- T1- Taberna típica
- R1- Restaurante
- Sanitários
- Unidades de alojamento
- Possiveis unidades de alojamento
- SE- Salas de estar
- M- Casa do Sr. Catarino
- Palheiros e currais ocupados
- Lixos
- E- Estacionamento
- PR-Posto de recepção
- L2- Largo do cabo da Anta
- L3- Largo da Fonte
- E5- Eira dos Costas
- E3- Eira dos Ferreiros
- F1- Fonte
- Q- Quelho
- Vala infra-estrutural

140 | Distribuição do programa - Síntese

Princípios Gerais de Intervenção

Aceitando à priori o programa estipulado, começamos por definir alguns princípios gerais de intervenção, que garantam a sua unidade. Há que salientar que o nosso contributo, por motivos que se prendem essencialmente com o tempo disponível, se assume como um conjunto de reflexões traduzidos em desenhos de certa forma esquemáticos. A sua concretização real exigiria outro tipo de rigor e escalas de trabalho. Assim a nossa reflexão passa:

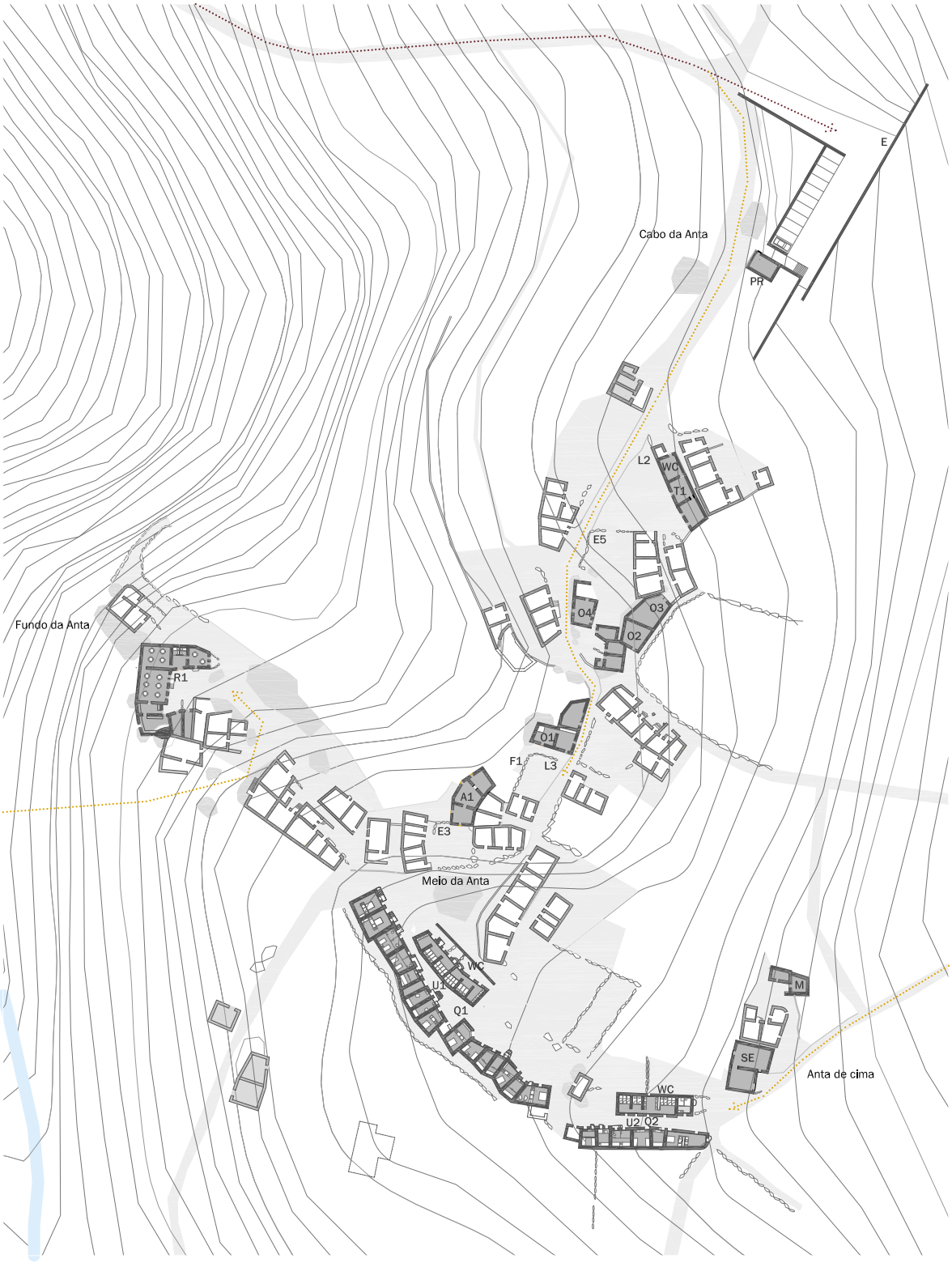
fig.140

1. Pela acomodação do novo uso às estruturas existentes, procurando encontrar a melhor solução espacial e arquitectónica. Na acomodação do programa, partimos do princípio que se deve procurar recorrer, primeiramente, à reutilização das estruturas existentes, uma vez que só o uso e a manutenção permanente, que este implica, permitirão a sua conservação, evitando que se tornem em peças museológicas. Aceitamos que este processo de adaptação possa impor a perda de determinadas funções para os quais foram criados certos produtos arquitectónicos, implicando a refuncionalização e renovação dos usos adequados às novas necessidades actuais. A escolha dos espaços foi efectuada em função das suas características dimensionais, tanto planimétricas como altimétricas, e em função da localização estratégica na aldeia, procurando encontrar a melhor correspondência para cada um dos tópicos programáticos.[13]Uma intervenção que procurou, na configuração formal da preexistência, as respostas e soluções espaciais para as exigências programáticas, aceitando algumas situações irreversíveis que deverão ser mantidas e que não correspondam aos padrões de conforto ideais. Procuramos não forçar o existente, até porque nenhum dos tópicos programáticos, exige a sua extrapolação dos seus limites. É um programa que se assume bastante particular adequando-se a um público-alvo específico, tolerante perante situações que, não sendo ideais, possam ser compreendidas dentro das limitações que acarretam uma intervenção numa preexistência tão particular. Desconhecendo as casas eventualmente adquiridas pelo promotor, e estando uma grande quantidade de edifícios devolutos, partimos da solução ideal, ou seja da possibilidade em fazer as escolhas das células a intervir, a partir da análise da aldeia tida no seu todo, e não tendo à partida essa limitação.

2. Pela definição de um princípio geral para a distribuição do programa, que fomente a compreensão da aldeia no seu todo e que vise recuperar a unidade do conjunto. Assim, pelo agrupamento funcional e pela disposição espaçada dos espaços pedagógicos (oficinas), restauração (restaurante/taberna), dormir (unidades de alojamento) e estar (salas de convívio), é possível retomar a vivência, da primitiva organização da aldeia. Com a concentração das oficinas retomamos uma espécie de centralidade entre o largo da Fonte e o largo do Coto de Anta. A condensação das unidades habitacionais ao longo do quelho da Anta permite reforçar a disposição linear destes agrupamentos, ao mesmo tempo que permite concentrar as infra-estruturas sanitárias de apoio aos alojamentos. Nos casos de algumas oficinas, do restaurante, da taberna, do espaço de estar e dos sanitários, questões funcionais e dimensionais, levam-nos a ponderar, abertura de vãos na ligação entre células ou mesmo a demolição de paredes divisórias, que parecem não contrariar a unidade construtiva apontada pelo conjunto. Nas unidades de alojamento, a estanquidade entre células é respeitada, mantendo-se, propositadamente, a modulação existente.

No sentido de se assegurar a continuidade e o bom funcionamento da, ainda existente, vitalidade agro-pastoril que vincula e que reforça as relações vivenciais diárias entre Alcaria e Mazes, deve-se

[13] Sabemos, no entanto, que para a concretização destas intenções, outras dificuldades se preveriam na aquisição das casas aos diferentes proprietários dispostos ou não aceitar as ofertas do promotor, o que comprometeria de certo modo a globalidade da intervenção.



Legenda

O1- Oficina/loja do pão
O2-Oficina/loja queijaria
O3-Oficina/loja da cerveja
O4-Oficina/loja do linho
A1- Estructura de apoio às actividades agrícolas
T1- Taberna típica

R1- Restaurante
U- Unidades de alojamento
WC- sanitários
SE- Salas de estar
M- Casa do Sr. Catarino
E- Estacionamento
PR- Posto de recepção

L2- Largo do cabo da Anta
L3- Largo da Fonte
E5- Eira dos Costas
E3- Eira dos Ferreiros
F1- Fonte
Q- Quelho
Acesso automóvel
Acesso automóvel restrito

141 | Distribuição do programa

procurar manter ou prever a relocalização das células com funções de palheiros e currais de modo rentabilidade auxiliar à vida pobre e dura de montanha.

3. Pela ponderação do modo como se deverá intervir no existente construído, definindo que a reabilitação deve assumir o seu tempo e simultaneamente respeitar a preexistência, através de um conceito de intervenção pouco invasivo, que consiste na introdução de uma " caixa de madeira" intra-muros existentes. Na intervenção do espaço público, assume-se o mesmo conceito de distinção entre o novo e o antigo, com a introdução de um pavimento, nos principais eixos estruturantes do espaço urbano e nos principais espaços de alargamento, que pela estereotomia e tamanho, não diminua o existente.

4. Pela ponderação e proposta de uma solução de estacionamento que surge com a introdução do carro, e que procura pela sua implantação e integração no terreno, diminuir a sua visibilidade e restringir, à entrada, o acesso automóvel.

5. Pela enunciação de algumas soluções decorrentes de certas exigências infra-estruturais estipuladas pelo programa, minimizando o seu impacto físico e visual na paisagem e no ambiente.

8. Por ultimo, pela enunciação da necessidade em contemplar, na reabilitação, não só o aglomerado, mas a micro unidade onde se insere e da qual fazem parte[14], os campos, as arquitecturas de produção e os percursos relacionados com o sistema de produção de cada um dos produtos que ajudam a coser todas as pequeninas partes que a compõem.

fig.141

Acomodação e distribuição do programa

Localização e distribuição das Oficinas / lojas

Na localização das oficinas/lojas para além das implicações dimensionais julgou-se pertinente procurar uma distribuição pouco espaçada visto ser funcional e infra-estruturalmente mais eficaz considerar a sua aproximação. A proximidade ao Cabo da Anta facilitaria o acesso ocasional de viaturas de cargas e descargas e, em situações especiais, o acesso às viaturas de combate a incêndios, sem que houvesse necessidade em alargar as originais dimensões da estrutura urbana, que actualmente permitem a passagem apenas até ao largo da fonte.

fig.142

Para o posicionamento da **oficina/loja do pão** seria escolhido o núcleo adjacente ao largo da fonte, considerando a possibilidade de alargar a célula onde estaria o forno, às células contíguas, sendo que cada uma dispõe de aproximadamente de 20m². Esta localização reforçaria a centralidade vincada pela infra-estrutura de aprovisionamento de água, juntando os dois alimentos que seriam fundamentais à vida da aldeia. Por outro lado, sabe-se que os fornos comunitários apareciam neste tipo de aglomerados geralmente associados a alargamentos e em pontos estratégicos, apresentando dimensões aproximadamente de 15m², como comprovam, por exemplo, o caso do

fig.143

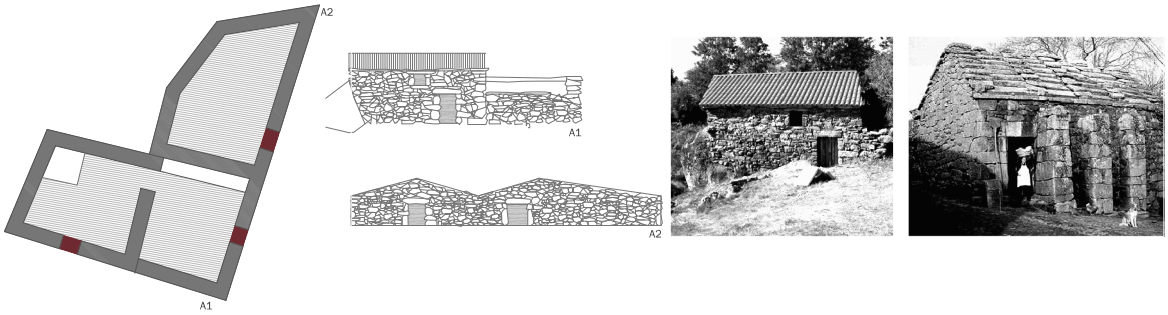
forno da aldeia de Tourém.

fig.144

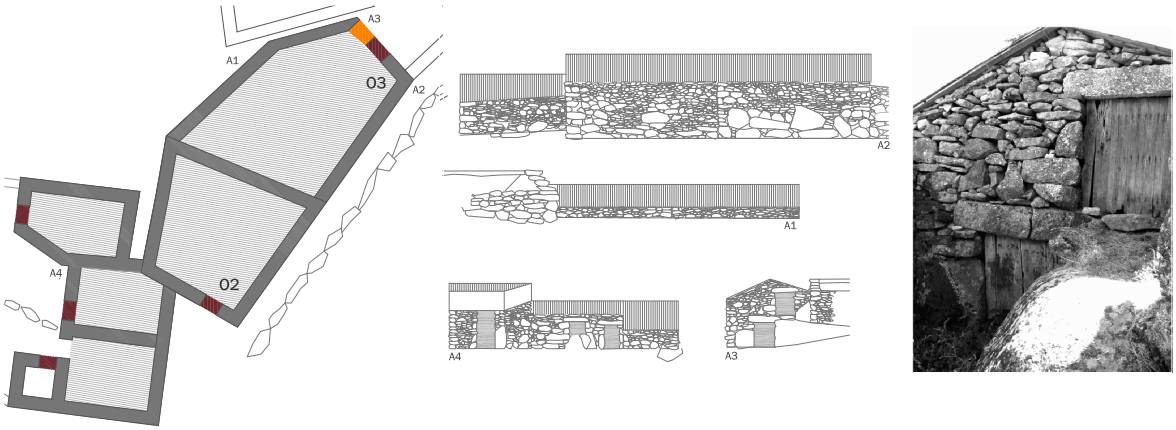
A oficina/ loja de queijos, de carácter bastante artesanal, e por isso não exigindo grandes dimensões, estaria posicionada numa célula do núcleo dos Costas, onde nos 30m² de área útil se distribuiriam as funções de produção e armazenamento. Esta ultima, para além de beneficiar de um pé direito variável entre os 3 e os 3,95m, lucraria com o facto de estar semi-enterrada tornando este lugar fresco e minimizando as perdas térmicas importantes na conservação dos queijos. A esta estrutura poderiam estar associadas as três células e o pequeno alargamento exterior situado a poente e devidamente delimitado relativamente ao caminho principal, onde seria possível participar no ritual de ordenha das ovelhas. Assim estas estruturas estariam

[14] Centeio, queijo, cevada, legumes, linho.

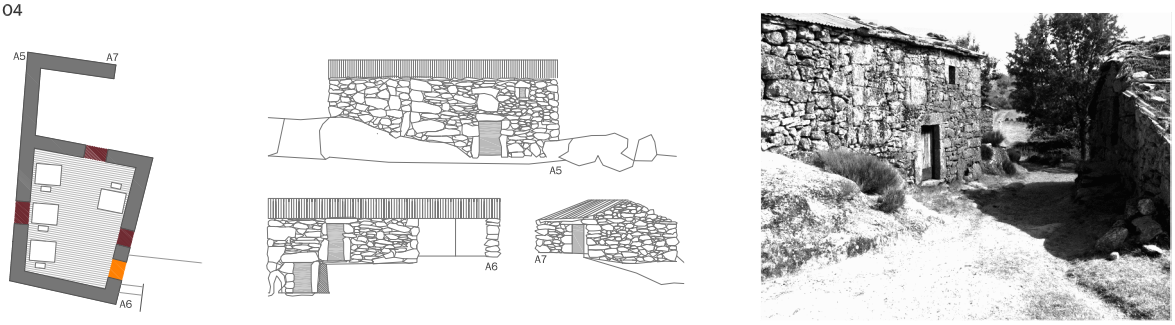
01



02/03



04



A1



142 | Oficina/loja do pão.Planta.Alçados.Largo da Fonte
143 | Forno em Tourém
144 | Oficina/loja queijaria(02) - Oficina/loja da cerveja(03).Planta.Alçados
145 | Alçado nordeste da cervejaria
146 | Oficina/loja linho.Planta.Alçados
147 | Alçado poente da loja do linho na relação com o caminho
148 | Estrutura de apoio às actividades agricolas. Planta.Alçados
149 | Alçado poente da estrutura agrícola na relação com os campos

articuladas com o circuito do leite, desde os percursos com os pastores e o rebanho, ao ordenhar, até à produção e comercialização e prova dos queijos.

fig.144-145

Imediata e contiguamente a esta célula, num espaço de 42m², com profundidade e largura de 7m por 6m respectivamente, seria posicionada a **cervejaria artesanal**, devendo compreender os espaços de produção, armazenamento e venda dos produtos confeccionados em pequenas quantidades. O facto de todo o processo ser bastante artesanal, não pressupõe a existência de grandes equipamentos nem grandes áreas. Embora originalmente dispondo de dois pisos a refuncionalização e introdução desta nova função iria implicar uma mudança de escala do interior, passando a construção a dispor de um só piso de alturas mínimas e máximas compreendidas entre os 3 e 3,95 m.

fig.146-147

Na **localização da oficina/Loja do linho**, duas importantes condicionantes foram tidas em consideração, a dimensão dos teares, variáveis entre os 0.86m x 1.20/2.2m por 1 a 1.5m de altura[15], e a exigência de luminosidade que este tipo de trabalho reivindica. Assim, propomos a sua localização numa célula, situada na eira dos Costas, na proximidade às restantes oficinas. Sendo esta constituída por dois pisos de alturas compreendidas entre os 2 e 2,8 m, aproveitaríamos esta separação para dispor, ao nível da eira, o espaço de produção com 4 teares distribuídos pelos 26m². O espaço exterior coberto que lhe é contíguo permitiria abrigar as funções complementares de fiação do linho, tornando possível a realização destas actividades ao ar livre. A iluminação, para além de ser garantida pelos vãos existentes, deveria ser reforçada pela introdução de fenestração zenital, benéfica neste tipo de actividades e que não contradiria o carácter encerrado da construção. No piso inferior, mais exposto e visível na relação com o caminho, colocaríamos a loja para a venda de produtos confeccionados.

fig.148-149

As **estruturas de apoio às actividades agrícolas**, pela relação de proximidade que necessitam com o espaço de produção, poderiam ser localizadas nas células próximas das lameiras e hortas podendo permitir, através de um acesso vertical, a ligação da cota dos terrenos agrícolas com a cota da eira dos Ferreiros. Poderíamos considerar, reforçada pela aparente unidade construtiva do conjunto, a possibilidade em unificar os vários espaços através de ligações internas aumentando a flexibilidade, num total de 60m².

fig.150

Posicionada estrategicamente nas células contíguas ao espaço de alargamento e paragem do Cabo da Anta, perfazendo um total de 40m² encontrava-se a **taberna típica**. Esta estrutura serviria de apoio às oficinas, principalmente à da cerveja, podendo funcionar continuamente. O espaço de alargamento que lhe é contíguo, pelas funções que passaria a desempenhar de uso comunitário e ponto de encontro, paragem e contemplação, associada à degustação dos produtos, deveria receber tratamento especial ao nível do pavimento e na colocação do mobiliário urbano.

Na célula contígua ao espaço da taberna, ficariam posicionados os sanitários de uso público, sendo a entrada feita lateralmente e escondida relativamente ao espaço da praça.

fig.151

O **restaurante** poderia, por motivos de eventual sustentabilidade económica, adquirir um funcionamento esporádico, acompanhando o funcionamento sazonal do programa estipulado, servindo refeições, previamente determinadas, aos hóspedes locais, sem exigir a diversidade de um cardápio mais exigente de grande variedade de pratos e sem as necessidades dimensionais que um restaurante com outro tipo de categoria exigiria. Crê-se que a sua localização no núcleo em quinteiro, poderia, pela sua configuração formal, articular eficazmente o interior do restaurante com um espaço de esplanada, resguardando este último do caminho e dos ventos. Simultaneamente, pelo seu posicionamento rebaixado e afastado relativamente à aldeia, teria a

[15]http://www.escoladearteaeb.com.br/



150 | T1-Taberna típica no largo do Cabo da Anta .Planta e alçados **151** | R1-Restaurante na estructura em Quinteiro.Planta.Alçado Nascente
152 | U1-Unidades de alojamento + Núcleo de sanitários.Plantas.Alçado Norte
153 | U2-Unidades de alojamento + Nucelo de Sanitários.Planta.Alçado Nascente e Norte **154** | Fotografia Q1 **155** | Fotografia Q2

possibilidade em estabelecer uma agradável enfiamento visual sobre a zona mais a norte do aglomerado.Com uma pequena capacidade para 40 lugares, o restaurante conseguiria dar resposta, nos 88m² das salas de refeições, à lotação dos 34 hospedes alojados[16] nas unidades de alojamento que, não dispondo de qualquer dispositivo de preparação de alimentos, deveriam dispor de uma alternativa que garantisse a satisfação desta necessidade básica. O vão de maior altura e largura marcaria o espaço de entrada, a partir do qual seria permitido o acesso aos sanitários devidamente separados por sexos, fazendo a ligação com as respectivas salas de refeição. A nascente, poderíamos considerar a possibilidade em somar mais um espaço de refeições, que tanto poderia ser coberto e interior, aumentando a capacidade para 48 lugares, como eventualmente um espaço exterior, sem cobertura, relembrando o estado de ruína em que se encontrava a célula. Quanto aos espaços de preparação (cozinha) e copa, somando 38m², estariam devidamente articulados e separados das salas de refeições e zona mais pública do edifício, possibilitando uma entrada de serviço exterior através do pátio. O espaço de armazenagem poderia ser distribuído pelas células que lhe são adjacentes a nascente. A pouca altura dos pés direitos de 1,7m, iria obrigatoriamente implicar uma mudança de escala, passando a solução pela criação de um único piso. Na sala de refeições principal o pano de parede nascente, perfurado por um número considerável de vãos a vários níveis, relembraria, subtilmente, a existência de diferentes pés direitos podendo resultar numa interessante resultado lumínico. Esta solução evita que se altere a escala exterior, considerada um dos aspectos principais a preservar, uma vez que a sua transformação interferiria na imagem do todo e na relação de proporção com o espaço urbano que lhe está adjacente.

Localização e definição tipológica das unidades de alojamento

fig.152-153 154-155

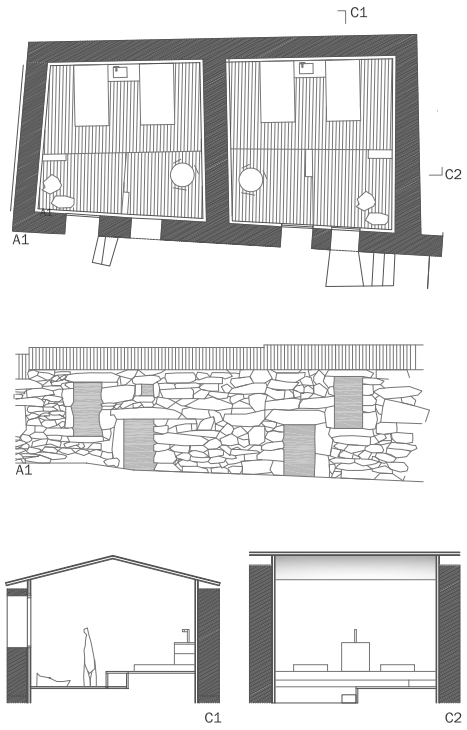
A localização do alojamento parte da leitura da própria configuração morfológica da aldeia. A distribuição e repetição linear e quase modular das células ao longo da quelha da Anta, induziu à escolha deste lugar, comparado, metaforicamente, à ideia de um corredor de hotel, a partir do qual se distribuiriam os vários quartos. Na definição das diferentes tipologias de quartos partimos do princípio que se deveriam encontrar soluções espaciais que se coadunassem com as dimensões, escala, estanquidade, e configuração tipológica das células preexistentes, evidentemente, adaptadas a novos padrões de conforto. Se nos equipamentos consideramos a possibilidade de unificar algumas das células, por meio da demolição de paredes ou de aberturas, sobretudo, quando a própria configuração formal da preexistência parece apontar, para a unidade do conjunto, aumentando o espaço útil, nas unidades de alojamento pretendemos que as dimensões e estanquidade das células se mantenham. A intervenção assume uma postura de continuidade ao nível morfológico e tipológico preservando a identidade, embora que reinterpretando e reutilizando os espaços. Assim, a concretização deste princípio geraria cinco diferentes tipologias, que se foram definindo pela relação dos vãos de acesso ao interior e pela relação de largura/profundidade das células.

fig.156

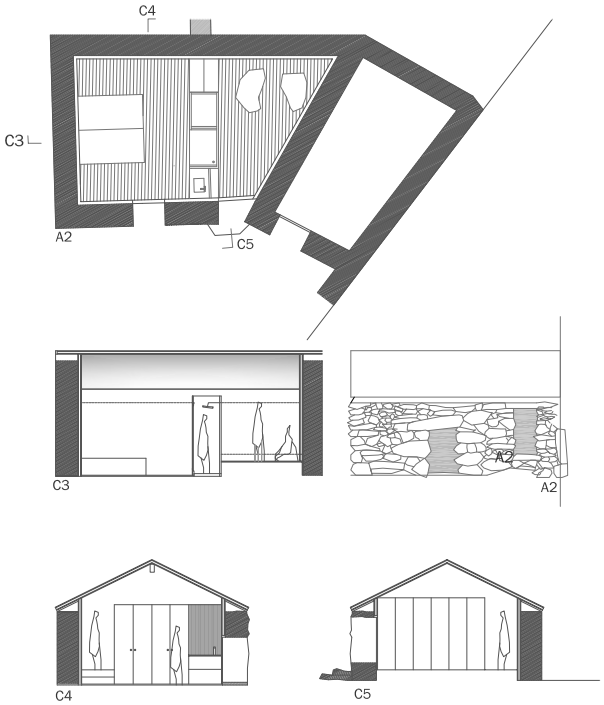
Na primeira tipologia, procurava-se evocar a passada existência dos meios pisos acedidos por duas portas, Optamos por tripartir o espaço sob o pretexto dos seus pisos intermédios, sucedendo ao espaço de entrada mais baixo, o espaço de estar e dormir, mais altos. Esta tipologia dispõe de dimensões compreendidas entre os 20 e 24m², associados a uma profundidade que varia entre os 4 e 5m e uma largura de 5m.

[16] 0.75m² por lugar – Decreto Regulamentar n.º 20/2008 de 27 de Novembro.

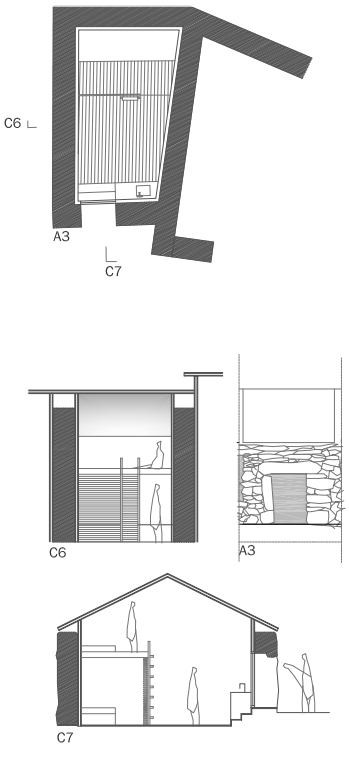
Tipologia 1



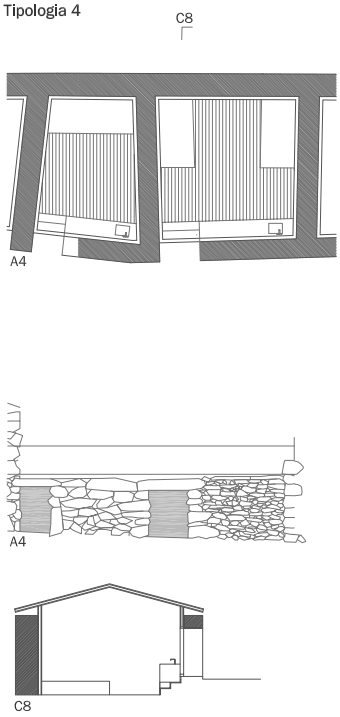
Tipologia 2



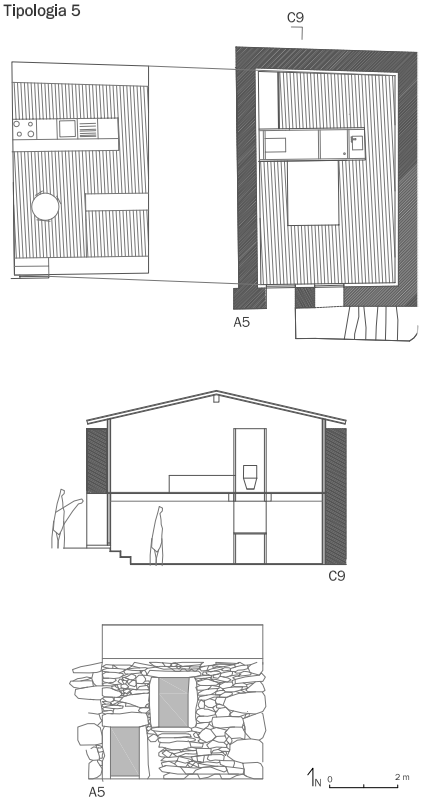
Tipologia 3



Tipologia 4



Tipologia 5



156 | Unidade de alojamento.Tipologia 1
157 | Unidade de alojamento.Tipologia 2
158 | Unidade de alojamento.Tipologia 3
159 | Unidade de alojamento.Tipologia 4
160 | Unidade de alojamento.Tipologia 5

fig.157

A segunda tipologia, associa às células, cujas dimensões e configurações planimétricas se aproximam de valores de profundidade compreendidos entre os 6 e 5m, e de 4/4,5 m de largura, consumando áreas compreendidas entre os 20 e os 25m². A sua organização interna era dividida em dois espaços distintos através de um dispositivo/armário de serviço onde seria introduzido um chuveiro e um lavatório. Diferenciar-se-ia um espaço de estar, próximo da entrada e da única abertura que garantiria a iluminação, e um espaço de dormir mais reservado e rebaixado relativamente ao primeiro, no sentido de se conseguir progressivamente o aumento do pé direito. Associada a esta tipologia, mas com uma ligeira variante, aparece uma célula que desenvolve a sua maior dimensão no contacto com a rua, dispondo simultaneamente de duas aberturas na iluminação e acesso aos dois espaços de estar e dormir.

fig.158

Na terceira tipologia, as células apresentam dimensões de profundidade bastante superiores às da largura, sendo que as primeiras aparecem compreendidas entre os 5.7e os 4.5m e as segundas entre os 3 e os 2.2m. A configuração e existência do meio piso original incitam ao conceito da nova tipologia que dispõe de um espaço de estar próximo da entrada e de um espaço de dormir composto por duas camas sobrepostas evocando a existência da plataforma superior sobre a qual era disposta a palha que seria acedida a partir do interior. Os valores mínimos de pé direito (2,7m) e máximos de (3,6m) permitem criar duas estruturas sobrepostas. As dimensões mínimas para os quartos são respeitadas[17], variando entre os 12,5 e os 15m².

fig.159

A quarta tipologia, cuja configuração e dimensões só permitem a disposição de uma ou duas camas, permitindo uma variação de quartos simples e duplos de acordo com as áreas compreendidas entre os 11m² e os 15,5m². Dispondo estas células de pés direitos bastante reduzidos, haveria necessidade em se recorrer ao rebaixamento do piso aumentando deste modo a altura interior e salvaguardando a escala exterior.

fig.153

A última tipologia de alojamento, assumidamente excepcional, seria estipulada para as células que teriam no passado albergado funções residenciais. Na extremidade Nascente do agrupamento linear, na célula que outrora havia funcionado como cozinha é introduzido um pequeno armário técnico para a preparação de refeições, e uma estrutura sanitária de apoio ao único quarto do piso superior. No piso inferior e respeitando a integridade das células, seriam criados mais dois quartos cada um deles directamente acedidos a partir do exterior.Na extremidade poente do agrupamento,

fig.160

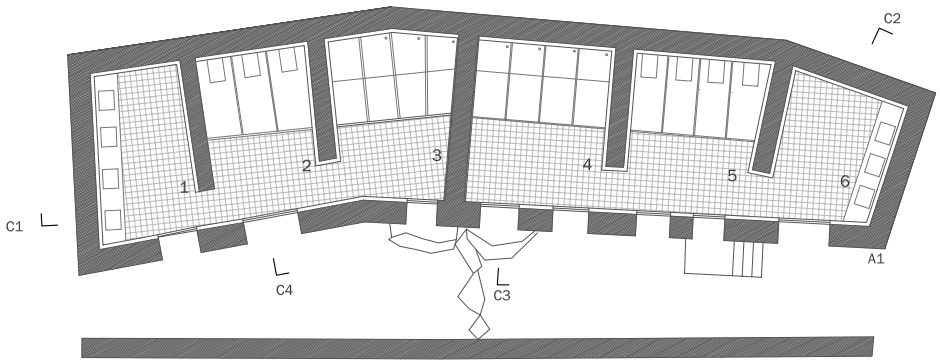
na proximidade ao meio da Anta, a mesma tipologia seria aplicada às duas últimas células. Neste caso, julga-se pertinente por motivos de privacidade, associar as zonas comuns ao piso do rés-do-chão e o quarto ao piso superior.

Existem, no entanto, outras células, distribuídas pela aldeia e assinaladas em planta, que poderiam receber funções residenciais com idênticas soluções de organização interior e instalação de módulo infra-estrutural. Não sendo estas células necessárias à viabilidade na resposta às necessidades de alojamento, ficariam apontadas no sentido em que poderiam vir a ser recuperadas pelos seus respectivos proprietários beneficiando das infra-estruturas de animação.

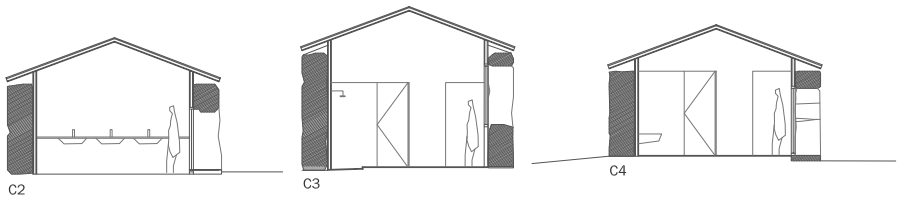
Assim, na distribuição e organização espacial do interior reduzido das células procurou-se minimizar os espaços de circulação, articulando e dividindo os espaços com paredes - armários ou pequenos desníveis, mas nunca subdividindo e repartindo o espaço demasiado. Consideramos a possibilidade de introduzir em cada quarto um ponto de água, de preferência articulado com a parede divisória, recuperando a memória dos lavabos rurais e que não acarretariam grandes imposições infra-estruturais. No sentido de procurar resolver a pouca iluminação destes espaços,

[17] Decreto regulamentar nº 937/2008 de 20 de Agosto estabelece áreas mínimas de quarto simples (7m²) e duplos (9m²) para um conceito de turismo semelhante.

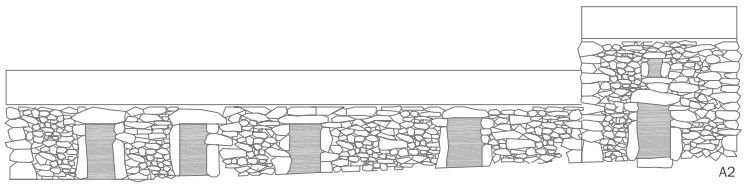
WC1

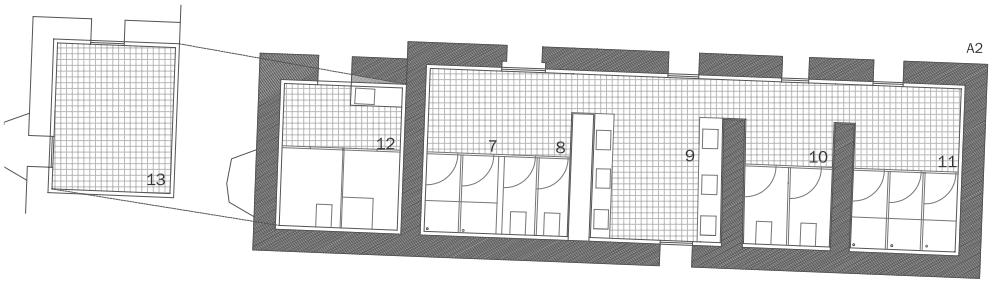






WC3/WC2





Legenda

N 0 2 m

WC1

Wcm- Sanitários masculinos
1- Lavatórios
2- Sanitários
3- Duches

Wcf- Sanitários femininos
4- Duches
5- Sanitários
6- Lavatórios

WC2

Wcf-Sanitários masculinos
7- Duches
8- Sanitários
9- Lavatórios

Wcf-Sanitários femininos
9- Lavatórios
10- Sanitários
11- Duches

WC3

Wcd-Sanitários deficientes
12- Sanitário deficentes
13- Arrumo material de limpeza

161 | Instalações sanitárias

deveríamos considerar a possibilidade de introduzir materiais translúcidos ou transparentes nos dispositivos que encerram o vão, assegurando simultaneamente a colocação de um filtro interior que assegurasse a privacidade relativamente ao exterior.
Embora compreendendo as possíveis implicações térmicas que esta situação pudesse provocar, e estando este programa de revitalização vocacionado para um funcionamento sazonal como nas velhas Brandas nas quais interessava manter os espaços predominante frescos, esta solução não parece gratuita comparada com a necessidade maior que é a iluminação dos espaços.

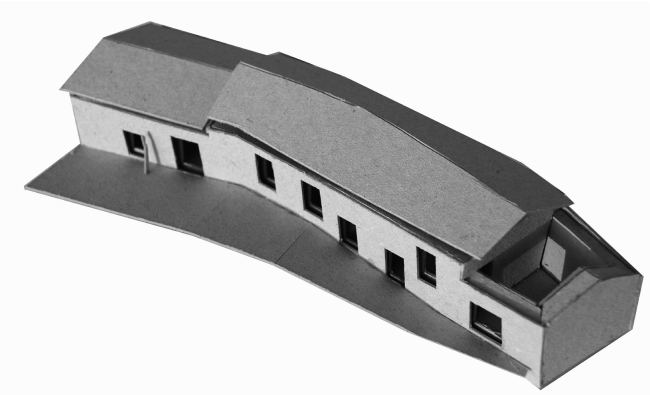
fig.161 **Localização dos sanitários de apoio às unidades de alojamento**

A junção das unidades de alojamento anteriormente descritas permitiria uma maior rentabilização das infra-estruturas de abastecimento e saneamento que estariam por sua vez concentradas, nos volumes opostos às células dos quartos, havendo evidentemente separação entre os sexos, e separação de lavabos, sanitários e duches, procurando garantir com esta distribuição, e sobretudo, em períodos de maior utilização, o bom funcionamento das instalações. Na organização interior considera-se a possibilidade de comunicação entre as células, não só por razões funcionais mas simultaneamente porque a configuração formal e construção murária parece reforçar a leitura de conjunto. Assim, como princípio geral de organização, o acesso principal seria feito a partir da célula dos lavabos que dispostos perpendicularmente à fachada principal e recuados relativamente à porta de acesso, não seriam visíveis a partir do exterior, seguidamente, os sanitários dispostos em módulos de 0.85 por 2m e por fim os duches, de idênticas dimensões, deixando o corredor de circulação junto à fachada contigua à rua de acesso, de forma a optimizar os vãos que garantiriam, sempre o acesso e a iluminação natural. [18] O conjunto de sanitários situado na extremidade poente do agrupamento, para além de apresentar uma ligeira variante na distribuição de lavabos, comuns aos dois sexos teria, na extremidade, uma célula cujo piso inferior seria reservado e adaptado a sanitário e duche para pessoas com dificuldades motoras, estabelecendo no piso superior um pequeno arrumo para armazenamento de material de limpeza.

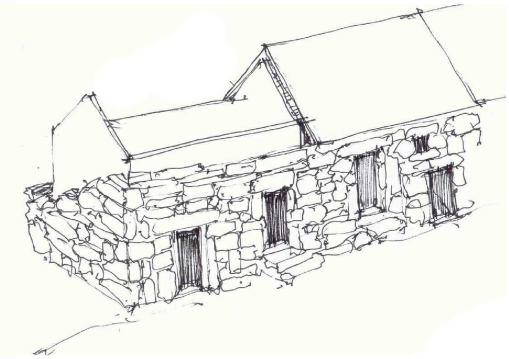
Localização do espaço de estar

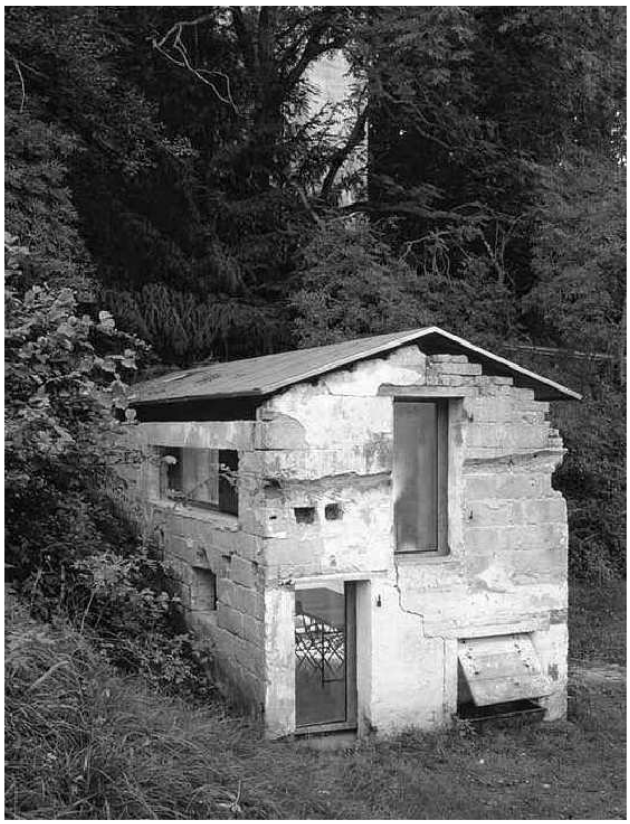
A intervenção deveria simultaneamente prever um espaço que permitisse o convívio dos vários hóspedes que ocupariam as células, assumindo-se como um espaço multifuncional de encontro e de estar, fomentando o uso comunitário. Assim, julga-se pertinente pelas dimensões ($45m^2+28m^2$) e pela sua proximidade com as células de alojamento adaptar os dois edifícios contíguos situados na Anta de Cima, promovendo a sua comunicação e resolvendo a iluminação a partir da iluminação zenital, de forma a manter a integridade e o carácter encerrado das construções. A escolha desta célula parece consentânea com o passado da aldeia, uma vez que a mesma, já teria funcionado como uma espécie de refeitório para os trabalhadores, e deste modo relocalizaria as funções de encontro e descanso.
Situada a norte dos espaços de estar, manter-se-ia a casa do Sr. Catarino, funcionando como a única estrutura museológica. Só a vivência concreta, que as explicações escritas ou gráficas não permitem revelar, permitiria a percepção do espaço e daria a conhecer as condições e dimensões exíguas em que vivia uma das últimas famílias a abandonar a aldeia.

[18] www.geocities.com/artevital/abnt/abnt9050.htm-medidas para deficientes.











162|"A caixa" - Conceito de intervenção no construído.Aspecto geral visto pelo exterior
163|"A caixa" - Conceito de intervenção no construído.Aspecto geral visto pelo interior
164|"A caixa" - Esquisso do conceito
165| Construção de 1780 - Fnf architects.Obra de referência
166|Aspecto pelo interior da unidade de alojamento.Tipologia 3

Exequibilidade e implicações do programa

A intervenção física no existente

" (...) a ideia geral de "intervenção" é a de introduzir algo totalmente novo, que seja do nosso tempo, com a ideia implícita de procurar assim estabelecer um "dialogo" com o antigo,(...)"[19].

A reabilitação do preexistente obriga a assumir determinadas posições relativamente ao caminho a seguir na metodologia e técnicas de intervenção e na escolha dos materiais, lidando evidentemente com a identidade própria e os valores patrimoniais, históricos, arquitectónicos bastante particulares e inerentes ao lugar, que acrescem bastante na responsabilidade do acto de intervir.

Se atentarmos em alguns exemplos de intervenções de aldeias apercebemo-nos que tendem a cristalizar a imagem de uma arquitectura do passado, que perde o sentido sem o quadro de vida que a produziu. Neste sentido, consideramos pertinente que a reconstrução do novo assuma a diferença, com novas técnicas e materiais construtivos, que denuncie o seu tempo, a actualidade e a inovação, de uma forma sóbria, respeitando o que resta de mais relevante dessa arquitectura, conservando as paredes em sinal de memória. Uma intervenção que, apesar de introduzir um novo diálogo, possa respeitar um passado de história e as memórias que o imortalizam, procurando fazer um balanço entre estado de conservação e novo programa, o que torna a intervenção única e bastante particular, porque é no cruzamento de todas estas condicionantes que vamos encontrar a melhor postura relativamente à posição a seguir na relação que o novo deverá assumir relativamente ao antigo.

Ao constatar que o que resta de original na maioria das construções são as estruturas murárias, reforçamos a importância da sua manutenção. Na reabilitação das coberturas não faria sentido voltar a recolocar palha de centeio, uma vez que o quadro de vida que o gerou já há muito que desaparecera, nem usar a telha que nunca terá feito parte, desta arquitectura. Deste modo, o conceito de intervenção baseia-se na introdução de uma "caixa em madeira" intra-muros das paredes em pedra existentes, fundindo, assim, duas épocas de um modo claro e pacífico. Apesar de pretendermos com esta solução, manter intactos os muros em ruína, estamos conscientes que esta implicaria o mínimo de intervenção e consolidação. Sabemos, igualmente, que do confronto entre o novo e o velho, entre a caixa e os muros, outros problemas adviriam, havendo, por isso, necessidade de aprofundar a escala de execução, que não foi possível dentro do tempo disponível. Assim, o conceito de intervenção aposta na recuperação e conservação do alçado como um meio de conservar a relação e escala que este mantém com o aglomerado, dotando o interior do conforto que se pretende, especialmente no caso das unidades de alojamento e no revestimento das instalações sanitárias. A nova "caixa" permitirá resolver não só os problemas de isolamento, sem que estes se tornem demasiadamente invasivos, ao mesmo tempo que resolve o problema da cobertura e garante a continuidade do material vegetal.

fig.162-163
164-165
166

Estando esta estrutura recuada relativamente à parede exterior permitiria subir ligeiramente o pé direito interior sem que fosse necessário alterar a escala do paramento exterior. A cobertura de duas águas, pousada sobre a estrutura da caixa, prolongando-se e ultrapassando ligeiramente o limite exterior dos paramentos permitiria amenizar esse ligeiro desfasamento. A pouca altura das construções torna-se num dos principais problemas na adequação do programa às estruturas existentes. Para além da solução anteriormente apontada, uma outra solução passaria, no caso de

[19] Couceiro 1998:67.



167 | Reabilitação pavimento.Idanha à Velha.Atelier 15

Legenda

O1- Oficina/loja do pão
O2-Oficina/loja queijaria
O3-Oficina/loja da cerveja
O4-Oficina/loja do linho
A1- Estructura de apoio às actividades agrícolas
T1- Taberna típica

R1- Restaurante
U- Unidades de alojamento
WC- Sanitários
SE- Salas de estar
M- Casa do Sr. Catarino
E- Estacionamento
PR - Posto de recepção

L2- Largo do cabo da Anta
L3- Largo da Fonte
E5- Eira dos Costas
E3- Eira dos Ferreiros
F1- Fonte
Q- Quelho
Pavimento novo
Pavimento existente a manter

L- Lixo LC- Compostores
E- Estação de tratamento de águas residuais
Vala técnica
Acesso automóvel
Acesso automóvel restrito

168 | Espaço urbano e Infra-estructuras de saneamento e abastecimento

certas unidades de alojamento, pelo rebaixamento do solo, o que parece, ter constituído uma solução recorrente ao longo do tempo, no sentido de minimizar ao máximo os paramentos exteriores. O pé direito, medido a partir do nível interior, nunca apresenta valores inferiores a 1,8m, beneficiando da existência de cobertura de duas águas e do consequente aumento, progressivo da altura, que este proporciona em direcção à cumeeira. Nos casos das oficinas, ou do restaurante, consideramos a possibilidade de suprimir um dos pisos alterando a escala interior e mantendo o nivelamento com o exterior de forma a permitir o uso do deficiente motor.
Os vãos apresentam na generalidade, alturas bastante diminutas, podendo oscilar entre o 1,4 e o 1,7m, deveriam ser mantidos à escala original, uma vez que a sua alteração implicaria uma mudança da sua proporção.

Qualificação do espaço urbano

Os espaços de circulação estão hoje, exceptuando alguns fragmentos dos caminhos principais, que ainda apresentam um lajeado granítico tosco e irregular, provavelmente como sempre estiveram, feitos de rocha ou cobertos por terra e vegetação. As eiras comunitárias e privadas, em terra batida, encontram-se em locais relativamente aplanados sendo a delimitação feita por pequenos esteios de pedra. Os espaços de alargamento surgem muitas vezes marcados pela saliência e morfologia da rocha, apresentando nos seus rebordos alguns esteios de pedra transformados em banco e dispostos contra os paramentos exteriores das construções.

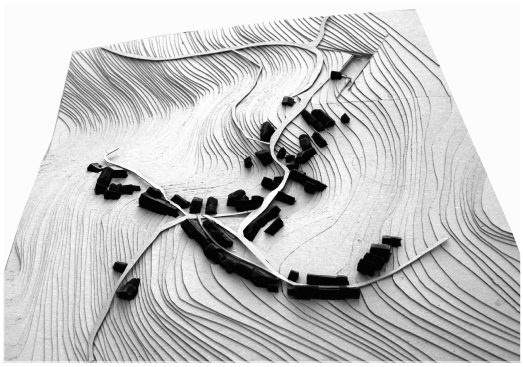
fig.167-168

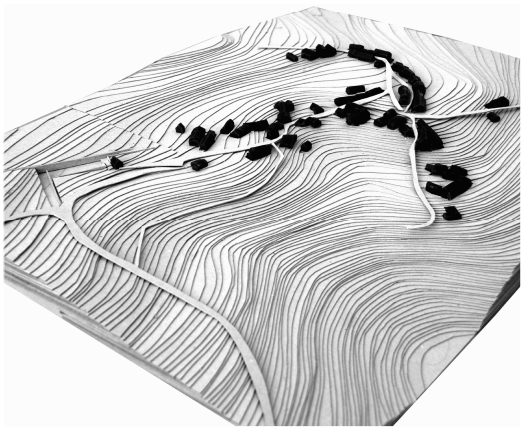
A qualificação do espaço urbano deveria reforçar a estrutura do conjunto através da pavimentação dos principais eixos de circulação e caminhos de ligação aos novos "equipamentos", colmatando as falhas de pavimento com a introdução de um novo pavimento granítico de textura semelhante ao lajeado original mas distinguindo-se deste pela estereotomia, assumindo-se assim o confronto de épocas distintas[20]. As peças deveriam formalmente facilitar a adaptação ao terreno e às diferentes geometrias dos espaços, procedendo-se, para isso, ao encaixe tipo espinha nas suas bifurcações e, nos espaços de paragem de apoio aos novos "equipamentos", como o largo do Cabo da Anta, o alargamento da estrutura em Quinteiro e o Largo da Fonte, adquiriam novas direcções. *A* iluminação pública deveria ser igualmente garantida através de aplicação de projectores a embutir no pavimento uma vez que, qualquer elemento vertical seria prejudicial na leitura do conjunto. A distribuição da iluminação aliada à colocação de peças de pavimento com a toponímia da aldeia, deveriam funcionar como um reforço de importância dos principais pontos do aglomerado, contribuindo simultaneamente para a orientação dos percursos e das actividades dos visitantes.

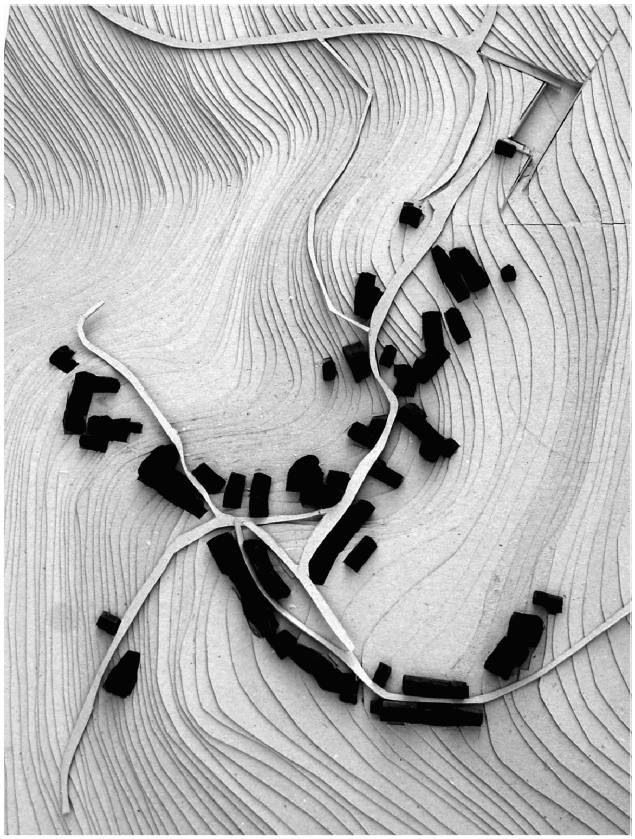
A criação de infra-estruturas de saneamento e abastecimento.

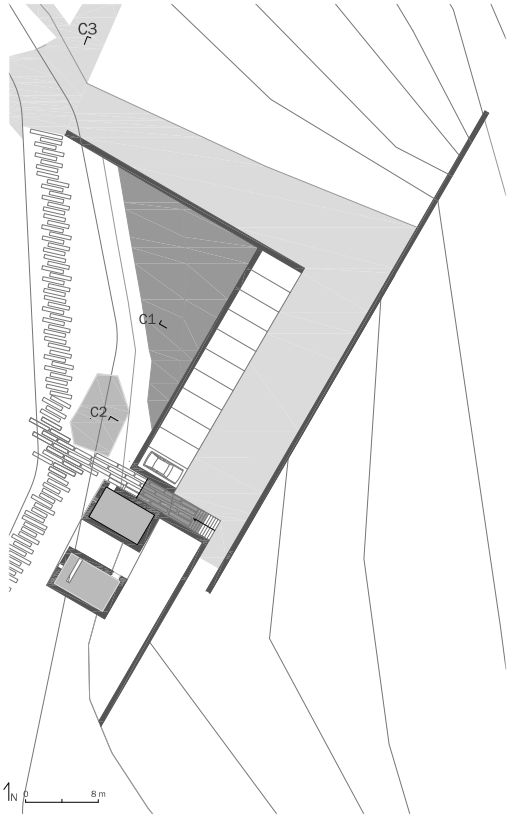
A necessidade de alargar o tempo de permanência vem implicar a implementação de infra-estruturas básicas, com o mínimo de condições de higiene, de apoio às unidades de alojamento, às actividades desenvolvidas nas oficinas e às estruturas de restauração, designadamente o abastecimento de água quente e fria[21], drenagem de águas residuais e fornecimento de energia eléctrica cuja concretização formal deve considerar o seu enterramento no espaço urbano. O abastecimento de água feito por furo artesiano, deveria possuir reservatórios e estação de

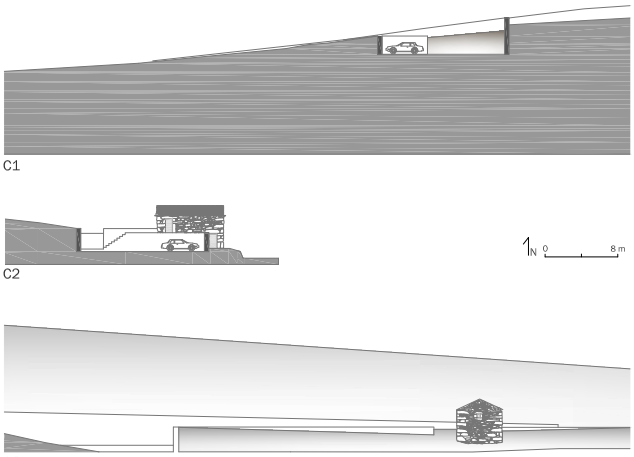
[20] Semelhante conceito utilizado na intervenção em Idanha-a-Velha pelo gabinete Atelier 15.
[21] Reservatórios de água com capacidade suficiente para abastecimento dos quartos, e oficinas, possivelmente a serem introduzidos e ocultados em estruturas já existentes ou menos soterrados.

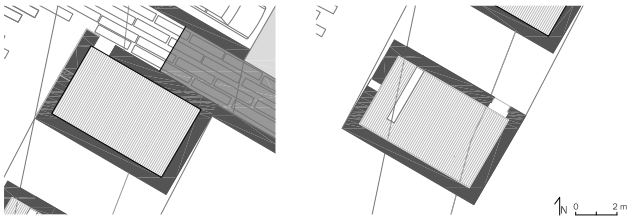












169 | Maquete Alcaria de Mazes.Localização estacionamento- Cabo da Anta.Vista direcção Sul/Norte
170 | Maquete Alcaria de Mazes.Planta
171 | Maquete Alcaria de Mazes.Localização estacionamento- Cabo da Anta.Vista direcção Noroeste/sudeste
172 | Planta estacionamento e posto de recepção mais sanitários públicos
173 | Corte C1
174 | Corte C2
175 | Corte C3
176 | Planta Piso 0 - Arrumos
177 | Planta Piso 1 - Posto de recepção

tratamento de água apropriado, sendo que a distribuição se efectuaria ao longo de uma vala infra-estrutural que reuniria as restantes infra-estruturas de saneamento e electricidade. A concentração do programa ao longo dos principais eixos de circulação, vem facilitar a distribuição e funcionamento da rede de abastecimento e saneamento, tornando-os nos principais canais técnicos. As águas residuais deveriam ser recolhidas em ETAR COMPACTA, devidamente enterrada e cuja localização aparece de preferência, por motivos gravitacionais, num ponto de cota mais baixa e devidamente assinalado em planta. A utilização de soluções não convencionais de escoamento de águas residuais, para além de tornar a intervenção menos invasiva, permitiria a inexistência de câmaras de visita sendo o acesso feito por bocas de varejamento, inseridas no pavimento, que minimizariam o impacto visual e permitiriam a continuidade do pavimento.[22] Também deveria ser considerado o uso de energias alternativas, procurando-se reencontrar uma lógica de sustentabilidade tão presente nestas construções, a implementação de práticas amigas do ambiente[23], e a introdução de tanques de apoio ao combate de incêndios em estruturas existentes de forma a minimizar o impacto visual.

fig.169-170
171-172

Estacionamento. Posto de recepção. Acessibilidades

A concretização deste programa iria implicar, o cumprimento de certas exigências no que diz respeito às acessibilidades, estacionamento e posto de recepção[24]. A partir do momento em que se materializassem estas intenções programáticas, haveria um aumento de afluência que justificaria a criação de estacionamento. No posicionamento desta infra-estrutura, atendemos ao facto de, no acesso à aldeia, a comunicação mais utilizada ser a estrada em terra batida de ligação com Mazes. Neste sentido, o estacionamento funciona como um ponto de paragem automóvel, à entrada da Aldeia, passando o Cabo da Anta a desempenhar o ponto de chegada dos visitantes. A sua implantação rebaixada procurou dissimular a presença automóvel e reduzir o seu impacto na paisagem, que seria bastante perceptível sobretudo a partir de Anta de Cima e Anta de Baixo. O estacionamento procurou articular-se com a estrutura de recepção[25], posicionada na edificação isolada que lhe é contígua, encontrando nesta última a direcção para a sua geometria. Os muros delineadores do parque, procuram recuperar a temática deste tipo de dispositivos tão presentes na compartimentação das lameiras e nos socalcos de sustentação de terras. Apesar de contraporem a regularidade do seu traçado à organicidade do terreno, aparecem dissimulados na paisagem pela forma como acompanham o mesmo e pela utilização do material granítico na sua construção. Estes elementos procuram direccionar os diferentes acessos e percursos, entrada e saída de viaturas, encaminhamento para a estrutura de recepção e um outro acesso/saída do peão direccionado para o largo do Cabo da Anta.

fig.176

fig.173-174
175

O acesso automóvel, só em situações de emergência, de cargas ou descargas necessário às estruturas das oficinas, restauração, e habitações, seria garantido, recorrendo-se à estrutura de caminhos existentes que contornam a poente e a nascente o aglomerado.

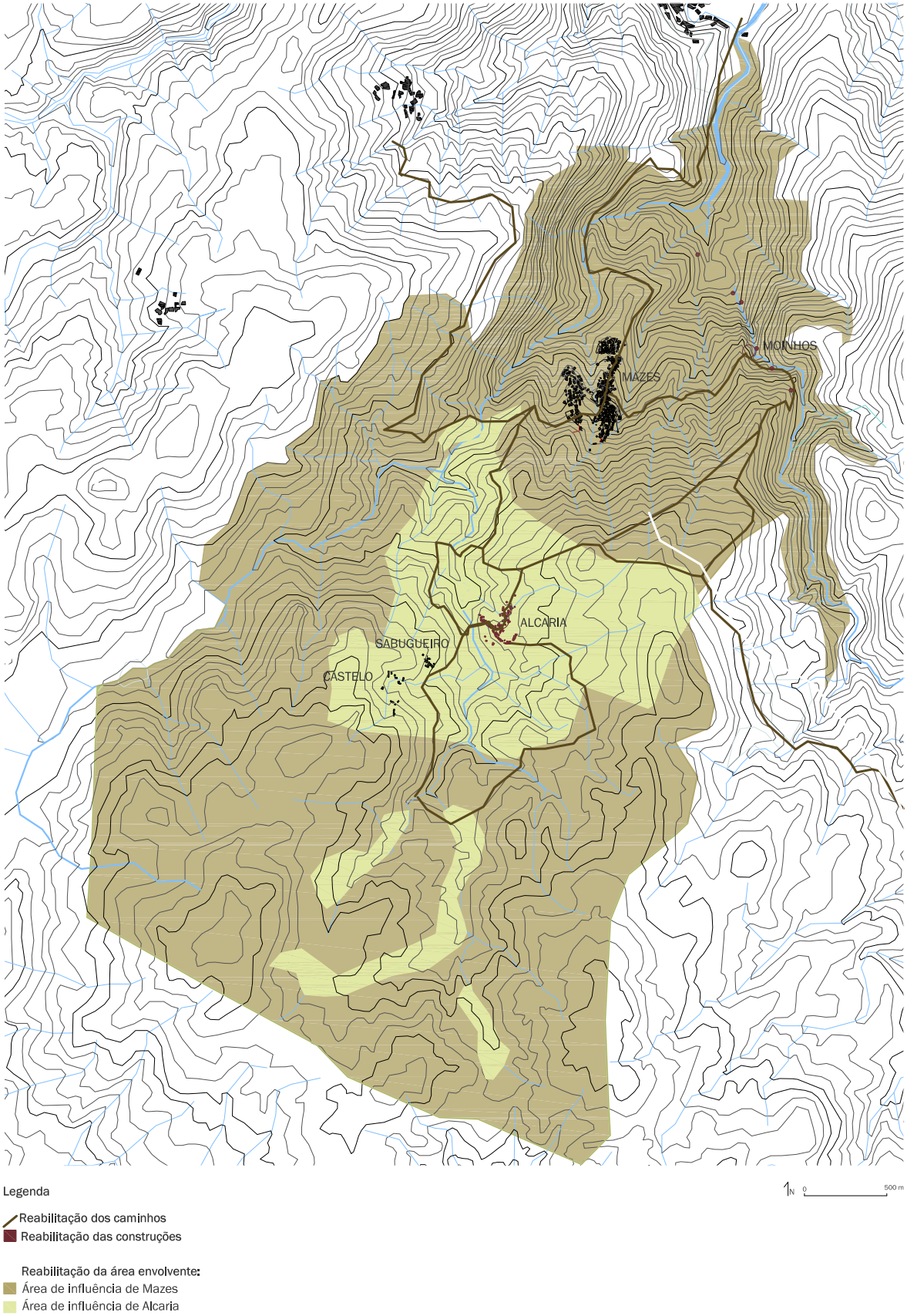
---

[22] A requalificação dos espaços públicos e saneamento ficaria a cargo e responsabilidade da entidade publica, a Câmara Municipal de Lamego, deixando a reabilitação das construções para o promotor privado e para outros proprietários interessados em reabilitar as respectivas construções, evidentemente consentâneo com o plano tipo de intervenção no edificado definido

[23] O uso de energias alternativas designadamente, o reaproveitamento das águas das chuvas, visto ser uma zona com índice de pluviometria bastante elevado, e ainda o aproveitamento de energia eólica e a implementação de alternativas ecológicas em saneamento enquanto práticas "amigas" do ambiente. O mesmo sugeriria em relação ao lixo, recorrendo à distribuição de compostores, nas estruturas já existentes, para o aproveitando de resíduos orgânicos e domésticos, produzidos nas oficinas, nos restaurantes e nas unidades de alojamento. Todo o restante lixo, seria colocado em locais distanciados em relação à aldeia mas cujo acesso fosse facilitado aos veículos.

[24] Decreto regulamentar nº 937/2008 de 20 de Agosto

[25] A célula contígua ao estacionamento passaria a funcionar como o ponto de recepção e controlo do registo de entradas e saídas dos hóspedes.



178 | Reabilitação da Paisagem construida.Delimitação das áreas de influência de Alcaria e Mazes

A requalificação da paisagem construída. O espaço agrícola e as arquitecturas de produção

Embora conscientes da impossibilidade em manter o mesmo quadro e sistema de vida que gerou a aldeia, compreendemos que a viabilidade e a sustentabilidade económica desta base programática pressuponha a manutenção das actividades agro-pecuárias tradicionais, devendo a intervenção ultrapassar a mera estrutura edificada e alargar-se à sua área de abrangência, de forma a procurar recuperar e reencontrar alternativas para o sistema ancestral que suportou toda a paisagem construída. Na delimitação da área de intervenção considera-se fundamental abarcar tanto a zona de influência que se desenvolve em volta de Alcaria como a zona de influência de Mazes visto estarem hoje vinculadas.[26]

fig.176

Nesta paisagem incluímos todo o conjunto de artefactualizações e eco-transformações introduzidos pelo o homem ao longo de gerações, considerando o conjunto de elementos que compõe o todo: construções, divisão dos campos de cultivo, as hortas, as "requeiras", os socalcos, o sistema de levadas, e as arquitecturas de produção, os Moinhos da Faia. Deveríamos igualmente considerar a reabilitação da rede de percursos existentes, de forma a voltar a ligar as peças que compõe a "micro unidade" de Alcaria, não esquecendo a sua conexão com outras micro unidades[27]. A criação de itinerários lúdicos poderá tornar-se num meio de dar a conhecer aos visitantes as relações que os habitantes deste povoado estabeleciam com as povoações contíguas e com a área circundante de recursos naturais e artificialmente manipulados. Este processo de reabilitação deve assegurar que se mantenham as características originais dos caminhos, restringindo-se o acesso a veículos não autorizados e reforçando o seu uso pedonal assumidamente mais eficaz na descoberta, percepção e organização do território, do lugar e do espaço envolvente. Deveria ser facilitado o acesso a locais como o Coto do Castelo de onde a leitura territorial das diferentes unidades alveolares e das diferentes relações estabelecidas visualmente entre os povoados de Alcaria, Sabugueiro e Castelo se tornam evidentes.

A intervenção procura assim "coser" partes para voltar a integrá-las no todo, que hoje se sente partido e fragmentado, reforçando a importância de clarificar o conceito de paisagem construída e alargando por isso a requalificação ao espaço envolvente.

[26] Área que coincide com a área definida pelo Arquitecto Alberto Mallaguerra e que inclui as aldeias de Anta, Sabugueiro, Castelo, a Zona especial de Protecção, as zonas de REN e RAN, Cursos da ribeira de Lamas, Rio das Poldras e Ribeira do Russo, hortas a norte de Mazes situadas na margem poente da Ribeira do Russo, Moinhos de água da Ribeira do russo.
[27] Nomeadamente à micro unidade de Várzea da Serra.

Considerações finais

Todo o trabalho de análise realizado relativamente ao aglomerado de Alcaria de Mazes, vem reforçar e justificar a importância do seu estudo, pela hipotética génese histórica, que se supõe bastante remota e pelos valores arquitectónicos e urbanísticos que a cada gesto se revelam de uma intencionalidade surpreendente. A realização deste trabalho vem contribuir para além da aprendizagem e desfrute pessoal, para o conhecimento e a produção de informação relativa ao aglomerado e à arquitectura vernacular da Beira Alta. Não limitando o nosso contributo à análise, numa altura que se multiplicam as preocupações e o interesse pela sua conservação e revitalização, procuramos contribuir com algumas ideias e reflexões sobre a forma de intervir fisicamente neste património em vias de classificação. Assim, pretendeu-se subverter a análise para a própria intervenção que se pretende consequente e consentânea, compreendendo um plano estratégico de integração nas três unidades territoriais que havíamos delimitado e da qual o aglomerado, não poderia deixar de ser estrategicamente integrado. Deste modo, procura-se a globalidade de um plano que vise enquadrar o nosso objecto numa área de intervenção mais vasta, criteriosamente delimitada com o auxílio da leitura do território. Ao nível da estratégia mais particular, procuramos que a distribuição do programa pelas células pré existentes fosse articulada no todo que é o aglomerado, procurando respeitar as originais características tipológicas e morfológicas e a escala exterior das edificações. Procuramos, igualmente, em modo de estudo prévio avançar algumas questões e implicações que a acomodação do programa colocaria numa futura intervenção. Intervir no contexto particular de uma aldeia desabitada, levanta questões bastante particulares e delicadas. Neste sentido, foram definidos alguns princípios, que se julgaram pertinentes para o caso particular em estudo, não querendo generalizar, nem tornar esta solução numa "receita" a seguir e aplicar a todos os casos de aldeias em análogas situações de abandono e estado de conservação. Esta intervenção é uma resposta que decorre das circunstancias particulares e do confronto entre as várias condicionantes, o existente e o novo programa, tentando encontrar o equilíbrio entre aquilo que se deixa e aquilo que se constrói e como se constrói de novo. O conceito da "caixa de madeira" pareceu-nos ser, neste caso, bastante adequado, porque não fazendo sentido reconstruir as construções, destinadas albergar novas funções que não palheiros ou currais mas quartos, oficinas, restaurante e salas de estar, apareceu como uma forma de conciliar de uma forma pacifica e sóbria, a memória do passado com as novas exigências do presente e os novos materiais, não permitindo que o novo se justapusesse ao antigo. Por outro lado, esta solução visa a reversibilidade, isto é assumir a possibilidade de voltar ao estado original em que foi encontrado aquando da intervenção, uma vez que esta teria sido pouco evasivo na intervenção do existente.

O parque de estacionamento surge como a única estrutura inteiramente nova, na medida em que introduz a nova realidade do carro, através da nova geometria e do novo desenho, planimetricamente de traçado linear vincando a diferença relativamente à organicidade da estrutura urbana. No entanto, consegue simultaneamente pela forma como acompanha o terreno e pela sua implantação semi-enterrada, dissimular o seu impacto na paisagem.

Não é demais vincar que o trabalho longe de ser definitivo e não ultrapassando uma abordagem experimental/conceptual e não querendo encontrar soluções milagrosas e ideais, apenas pretendeu propor e apontar, em modo de reflexão consciente e realista, alguns caminhos/pistas de intervenção que possam ser adoptados e ajustados à situação actual, deixando sempre em aberto a análise e a proposta que poderá ser reacendida e valorizada pelo aparecimento de elementos que corroborem, contrariem ou inovem as reflexões que aqui foram propostas. Por outro lado, ficamos com a certeza, que a intervenção deverá resultar do cruzamento das várias condicionantes, num ajustamento constante entre o pré existente e o programa, as novas funções e as suas implicações no construído, e as próprias pretensões do cliente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU 1994 | Abreu, Maurício - Serras de Portugal. 1ª Ed. Lisboa : Gradiva, 1994.

ALARCÃO 1987 | Alarcão, Jorge de - Portugal Romano. 4ª Ed. rev. [Lisboa]: Verbo, [imp.1987].

ALBUQUERQUE 1962 | Albuquerque, José António de Pina Manique - Origens de Lamego. Porto, 1962.

ARQUITECTURA 2004 | *Ar*quitectura Popular em Portugal. 4ªEd. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004.

BARATA 1989 | Barata, José Pedro Martins - Arquitectura popular portuguesa. [S.l.] : Correios e Telecomunicações de Portugal, 1989.

BARROCA 2004 | Barroca, Mário Jorge - Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (séc. XI-XI).Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

BARROCA 2005 | Barroca, Mário Jorge - Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro : (sécs. VIII a XIII) in actas / Seminários realizados em Palmela e Porto . Palmela : Câmara Municipal de Palmela, 2005.

COUCEIRO 1998 | Urbanidade e património. Lisboa : IGPHE, 1998.

CARDOSO 1965 | Cardoso, Mário - Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso : noticia descritiva para servir de guia ao visitante. 5ª Ed . Guimaräes : Soc. Martins Sarmento, 1965.

CASELLA 2003 | Casella, Gabriela - Gramáticas da Pedra: Levantamento de Tipologias de Construção Murária. 1ª Ed . Porto: CRAT- Centro Regional de Artes Tradicionais,2003.

CATARINO 1988 | Catarino, Helena - Para o estudo da ocupação Muçulmana no Algarve Oriental : Concelho de Alcoutim e Castro Marim. Tese para Prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Cientifica, apresentada à Faculdade de Coimbra da Faculdades de Letras, 1988.

CORREIA | Correia, Alberto - Máscaras de Carnaval (Lazarim). Viseu: Edição Câmara Municipal de Lamego.

CORREIA 1979 | Correia, Alberto - A Serra de Montemuro Meio Físico e Etnográfico. Coimbra. I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1979.

CORREIA 1986 | Correia, Alberto - Castro Daire. 1ª Ed . Viseu : C.M. Castro Daire, 1986.

COSTA 1706-1712 | Costa, António Carvalho da - Corografia Portugueza e Descripçam Topográfica do Famoso Reyno de Portug*al*. Volume III. Lisboa. Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706 - 1712.

COSTA 1977-1979 | COSTA, M. Gonçalves da - História do Bispado e Cidade de Lamego. Lamego : [Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier]. 1977-1979.

COSTA 2008 | Costa, Miguel Reimão Lopes da - Casas e montes da serra entre as estremas do Alentejo e do Algarve : forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular. Porto : Faup, 2008. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura.

DADOS ESTATISTICOS DO CONELHO DE TAROUCA | Câmara Municipal de Tarouca e Instituto Nacional de Estatística

D´ARMAS 1943 | D´Armas, Duarte - Livro das Fortalezas. Lisboa : Império, 1943.

DIAS 1994 | Dias, Jorge - Espigueiros portugueses : sistemas primitivos de secagem e armazenamento de produtos agrícolas. 1ª Ed. Dom Quixote : Lisboa, 1994.

ENCICLOPÉDIA LUSO BRASILEIRA 1971 | Enciclopédia Luso Brasileira. Volume XI. Lisboa: Ed. Verbo, 1971

ESTUDOS DE CARACTERIZAÇAO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL DE LAMEGO 2007 | Fundamentos e Orientações Gerais. Revisão do Plano Director Municipal. Câmara Municipal de Lamego. Universidade de Trás os Montes e Alto Douro : Grupo de Estudos Territoriais, 2007

FERNANDES 1963 | Fernandes, A. de Almeida - As origens nas igrejas da diocese Lamecense. Porto. Sep. Bol. Casa Regional Beira Douro, 1963.

FERNANDES 1974 | Fernandes, A. de Almeida - Acção dos cistercienses de Tarouca : as granjas nos sécs. XII e XII. Guimarães. Barcelos: Comp. Ed. do Minho, 1974.

FERNANDES 1990 | Fernandes, A. de Almeida - A história de Lalim : homenagem de Lalim ao Conde Dom Pedro. Lamego: Câmara Municipal de Lamego. Junta de Freguesia de Lalim, 1990.

FERNANDES 1990A | Fernandes, A. de Almeida - Tarouca na história de Portugal. Viseu : C.M. de Tarouca, 1990.

FERNANDES 1995 | Fernandes, A. de Almeida - As dez freguesias do Concelho de Tarouca : História e toponímia. Braga : C.M., 1995.

FERNANDES 1999 | Fernandes, A. de Almeida - Toponímia Portuguesa : exame a um dicionário. Arouca : ADCA, 1999.

FERREIRA 1978 | Ferreira, António de Brum - Planaltos e montanhas do Norte da Beira . Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1978.

FIGUEIREDO 1953 | Figueiredo, Moreira - Subsídios para o estudo da viação romana das beiras. Separata da revista «Beira Alta», 1953.

GIRÃO 1940 | Girão, Aristides - Montemuro : A mais desconhecida Serra de Portugal. Coimbra: Coimbra Editora, 1940.

GEDDES 1960 | Geddes, Patrick - Ciudades en Evolucion. Buenos Aires : Ed. Infinito, 1960.

HOAUASSIS | Hoauassis, António - Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa . Instituto António Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa.

MACHADO 1989 | Machado, José Pedro - Dicionário Etimológico da Língua portuguesa : com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados. 5ª Ed . Lisboa : Livros Horizonte, 1989.

MARQUES e SERRÃO 199- | Marques, A. H. de Oliveira; Serrão, Joel - Nova história de Portugal. Das Invasões germânicas à "reconquista". Lisboa: Ed. Estampa, 199-.

MARQUES | Marques, A. H. de Oliveira - História de Portugal. Volume I. 13ª Ed. Lisboa : Ed. Presença, 1997-1998.

MARQUES 1998 | Marques, Maria Alegria Fernandes - As Beiras e a Presença de Cister : Espaços, Património Edificado, Espiritualidade / I Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, 1998.

MATTOSO | Mattoso, José - História de Portugal. Antes de Portugal. [Lisboa]: Ed. Estampa.

ESTUDOS/ PATRIMÓNIO Nº 7 2004 | Mateus, José Eduardo – Estudos/Património nº7 – Território Antigo - " Outros patrimónios": Revista do IPPAR, 2004.

MOUTINHO 1979 | Moutinho, Mário - A arquitectura popular portuguesa. [Lisboa]: Ed. Estampa, 1979.

MOURA 2001 | Eduardo Souto de – Santa Maria do Bouro, Construir uma Pousada com as Pedras de um Mosteiro.1ªEdição.White& Blue Lda, 2001.

NEUFERT, ERNEST 2000 | Arte de projectar em Arquitectura.14ª Edição. Trad. da 21ªEd. Alemã. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2000.

LEAL 2004 | Leal, Fernando - Processo de classificação de Alcaria de Mazes, 2004.

LIMA 1993 | Lima, Alexandra Cerveira Pinto Sousa - Sistemas de povoamento e ocupação do espaço em Castro Laboreiro/Serra de Peneda. Porto : Faculdade de Letras, 1993.

LIMA 1960 | Lima, Fernando de Castro Pires de - A arte popular em Portugal. [S.l.] : Verbo, 1960.

LLANO 1996 | LLano, Pedro de - Arquitectura popular en Galicia : razón e contrucción. Ed. rev . [A Coruña] : C.O.A.G., 1996.

OLAVO 1940 | Olavo, Carlos - Beira Alta, 1940.

OLIVEIRA 1988 | Oliveira, Ernesto Veiga de - Construções primitivas em Portugal. 2ª Ed . Lisboa : Dom Quixote, 1988.

OLIVEIRA 1992 | Oliveira, Ernesto Veiga de - Arquitectura tradicional portuguesa. 1ª Ed . Lisboa : Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA 1997 | Oliveira, Américo - Montemuro a Ultima rota da Transumância. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 1997.

PEIXOTO 2002 | Peixoto, Paulo - Os meios rurais e a descoberta do património. Centro de Estudos Sociais : Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2002.

PEREIRA 2001 | Pereira, Nelson Rodrigues - Um xis de Montemuro. 1ª ed . [S.l.] : Ed. de Autor, 2001.

PEREIRA 2002 | Pereira, Nelson Rodrigues - Fanucos da Serra. [S.l.] : Ed. de Autor, 2002.

PEREIRA 2003 | Pereira, Nelson Rodrigues - Por môr de Montemuro. 1ª Ed . [S.l.] : Ed. de Autor, 2003.

REPORTÓRIO TOPONIMICIO DE PORTUGAL 1967 | Portugal. Ministério do Exército. Serviço Cartográfico do Exército - Reportório Toponímico de Portugal, 03 - Continente (carta 1/25000). [Lisboa] : S.C.E., 1967.

RIBEIRO 1949 | RIBEIRO, Orlando - Notícia do pastoreio na Serra do Montemuro. Porto : Imp. Portuguesa, 1949.

RIBEIRO 1970-1986 | Ribeiro, Orlando - Geografia e Civilização : temas portugueses. [Lisboa] : Livros Horizonte, 1970-1986.

RIBEIRO 1989 | Ribeiro, Orlando - Geografia de Portugal. Vol. II e III. 1ª Ed. Lisboa : João Sá da Costa, 1987-1991.

RIBEIRO 1989 | Ribeiro, Orlando - Portugal : o mediterrâneo e o atlântico : esboço de relações geográficas. 6ª Ed. rev. e ampl. . Lisboa : Livraria Sá da Costa, 1991.

RIBEIRO 1989-1990 | Ribeiro, Orlando - Opúsculos geográficos. Vol. IV e VI. Lisboa : F. C. G., 1989-1990.

RUDOFSKY 1980 | Rudofsky, Bernard - Architecture sans architectes : Brève introducion à l`architecture spontanée. Paris : Chêne, 1980.

SELECÇÕES DO READER´S DIGEST 1984 | Á Descoberta de Portugal, Porto: Âmbar. 2ª Ed., 1984.

SERRA 1986 | Serra, Pedro – Alguns aspectos da toponímia lamecense – Separata dos anais II serie Vol 31. Lisboa, 1986.

SILVA 1986 | Silva, Armando Coelho Ferreira da – A Cultura castreja no Noroeste de Portugal. Paços de Ferreira : C.M., 1986. Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Universidade do Porto, 1986.

TORRES 1989 | Torres, Cláudio - Mértola : vila museu. Mértola : Campo Arqueológico, 1989.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA 2004 | Universidade de Évora. Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico - Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal. Lisboa : Direcção-Geral do Ordenamento do Território, Grupos de Unidades de Paisagem F-J (Beira Alta a Pinhal do Centro), 2004.

VASCONCELLOS 1922 | Vasconcellos, J. Leite de - Memórias de Mondim da Beira. Coimbra: Tip. Coimbra, 1922.

VASCONCELLOS 1980 | Vasconcelos, José Leite de - Etnografia Portuguesa : tentativa de sistematização. Vol. II. e III. Lisboa : INCM, 1980.

VARANDA 2002 | Varanda, Fernando - Mértola no Alengarve : tradição e mudança no espaço construído. Lisboa : Assírio & Alvim, 2002.

VAZ 2007 | VAZ, João Luís Inês - Lamego na época romana, capital dos Coilarnos. Edição AVDPVD Associação para a Valorização e Defesa do Património do Vale do Douro, 2007.

VIANA 1999A | Viana, Pedro - Guia do promotor individual que pretende construir nas regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês : manual de procedimentos. [S.l.] : ADRPNPG, 1999.

VIANA 1999 | Viana, Pedro - Território, povoamento, construção : manual para as regiões do parque nacional da Peneda-Gerês. [S.l.] : ADRPNPG, 1999.

PACHECO 1985 | Pacheco, Helder - Portugal : património cultural popular. 1ª Ed . Porto : Areal, 1985.

TRABALHOS ACADÉMICOS

AMARAL 2008 | Amaral, Patrícia Vaz Neves Carvalho - Rio de Onor : a aldeia revisitada : apontamentos para a sua reabilitação. Porto : Faup, 2008.

BASTOS 2003/2004 | Bastos, Ana Andreia Correia - Metodologias de intervenção sobre a arquitectura popular. Porto : Faup, 2004. Ano lectivo 2003/2004.

GONÇALVES 2006/2007 | Gonçalves, Inês Manuela Lopes - Moinhos de Cabeceiras de Basto : apontamentos de conservação. Porto : Faup, 2007. Ano lectivo 2006/2007.

PIMENTEL 2001/2002 | Pimentel, Pedro Maria Pereira Coelho Vaz - Espaço e arquitectura na aldeia da Moimenta da Raia. Porto : Faup, 2002. Ano lectivo 2001/2002.

SOUSA 2004/2005 | Sousa, Paulo André Almeida Abrunhosa e - Um projecto para Drave. Porto : Faup, 2005. Ano lectivo 2004/2005.

FERNANDES 2007/2008 | Fernandes, Diana Andreia Ribeiro - Princípios para uma proposta de intervenção na aldeia de Ermelo. Porto : Faup, 2008. Ano lectivo 2007/2008.

REFERÊNCIAS ELECTRÓNICAS

http://wikipedia.pt
http://www.cm-lamego.pt/
http://www.igeoe.pt/
http://www.ippar.pt
http://www.monumentos.pt
http://fidalgodocastelo.blogs.sapo.pt/
www.aldeiasdoxisto.pt
http://www.vitruvius.com.br/entrevista/mendesribeiro/mendesribeiro_3.asp
http://arquitecturafotos.blogspot.com/2009_03_01_archive.html
http://images.google.pt/imgres?imgurl=http://farm1.static.flickr.com/26/54897782_5b1c14716b.jpg%3Fv%3D0&imgrefurl=http://flickr.com/photos/49298425%40N00/54897782&usg=__Q4fALgEiElBatYBSydqmZkwLmyU=&h=375&w=500&sz=92&hl=pt-PT&start=29&um=1&tbnid=0rIquU0UftvK1M:&tbnh=98&tbnw=130&prev=/images%3Fq%3Djoao%2Bmendes%2Bribeiro%26ndsp%3D18%26hl%3Dpt-PT%26sa%3DN%26start%3D18%26um%3D1
http://www.hortadaformiga.com
http://arquiteturaemmassa.blogspot.com/2008/10/madeira-sinttica.html
http://www.ecowoodrio.com.br/APLICAÇOES.htm
http://dn.sapo.pt/storage/ng1169782.jpg
http://img.geocaching.com/cache/1844bda6-ec97-4d23-9092-6e9869836db4.jpg
http://www.geocaching.com/seek/cache_details.aspx?guid=c183f9ff-633c-40d1-a660-c619ef925676
http://static.panoramio.com/photos/original/17230286.jpg

FONTES

Arq. Alberto Mallaguerra Nunes – Consultoria e projectos

- Desenhos, fotografias, anteprograma de intenções para a viabilidade económica da revitalização das aldeias de Anta, Sabugueiro e Castelo

Câmara Municipal de Lamego

- Cartografia em suporte digital relativo ao concelho de Lamego; Estudos de caracterização municipal Volume I.

Câmara Municipal de Tarouca

-Cartografia relativa ao concelho de Tarouca.

Instituto Geográfico do Exército

- Ortofotos de Alcaria de Mazes .

FONTES ORAIS



Sr. Alberto. Habitante em Mazes.



Sra.Cremilde e Sra Maria.Habitantes em Mazes.



Sr. Joaquim. Habitante em Mazes.



Sr.? Habitante em Mazes.



Sra.Natividade.Habitante em Mazes.



Sr.Catarino. Habitante em Mazes.



Sra.? Habitante da Várzea da Serra.

REFERENCIAS ICONOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

Google Earth

http://fidalgodocastelo.blogs.sapo.pt/.

CAPITULO I

1 - Mapa com tratamento de imagem com base na informação disponível em: http://www.igeo.pt/atlas/Cap1/Cap1c_p42_image.html; http://www.cm-lamego.espigueiro.pt/freguesias/freg_lazarim.htmlABREU 2004 volume III Beira Alta: 7.

2 - ABREU 2004 com tratamento de imagem e destaque da informação relevante.

3 - Sobreposição de informação hipsométrica com base em ABREU 2004, elaborado pela autora.

4 - Esquema elaborado com base em:
Cartas militares nº127,128,137,138, 147,148,157;Fernandes 1995: 194,307; http://www.cm-lamego.espigueiro.pt/freguesias/freg_lazarim.html.

5- Mapa elaborado com base nas: Cartas militares nº127,128,137,138, 147,148,157.

6,7,8 - Fotografias da autora.

9 - Mapa elaborado com base em:
Cartas militares nº127,128,137,138, 147,148,157;Estudos de caracterização do território Municipal de Lamego 2007; Plano director Municipal de Tarouca.

10,11,12,13,14 - Fotografias da autora.

15 - Mapa elaborado com base em:
Cartas militares nº127,128,137,138, 147,148,157; Correia 1995 : 88; Costa 1977-1979: 24,46; Fernandes 1990; Fernandes 1995: 98-106,112-117;Património edificado e arqueológico de Lamego; Silva 1986; Pereira 2002: 10-11, 14-16,22,69.

16 - Http://portofolio-fotografia.blogspot.com/2008/09/serra-da-nave.html.

17,18 - Fotografias da autora.

19 - Mapa elaborado com base em:
Cartas militares nº127,128,137,138, 147,148,157; Albuquerque 1962: 6; Costa 1977-1979: 32-33; Fernandes 1995: 134-138; Vaz 2007:17,27.

20,21 - Fotografias da autora.

22 - Ribeiro 1989 (volume III): 635.

23 - Ribeiro 1989 (volume III): 685.

24 - Mapa elaborado com base em:
Cartas militares nº127,128,137,138, 147,148,157; Fernandes 1995: 58,116, 136-138, 173;145-146;151-153,173-174,243; Fernandes 1995: 307,323; Barroca 2005: 64-67,55; Fernandes 1990: 16,40,102.

25 - Fotografia da autora.

26 - Mapa elaborado com base em:
Cartas militares nº127,128,137,138, 147,148,157;Fernandes 1995: 307, 323; Fernandes 1974; Marques 1998.

27- www.carlacabral.eu/AP2007/visao/visaomonumentos.htm.

28 - www.salzedas.no.sapo.pt.

29- Mapa elaborado com base em informação cartográfica digital disponibilizado pela Câmara Municipal de Lamego; Leal 2004.

30,31- Fotografias da autora.

32- Fotografia cedida pelo Arquitecto António Mallaguerra.

33,34- Fotografias da autora.

35- Mapa elaborado com base em informação cartográfica digital disponibilizado pela Câmara Municipal de Lamego; Leal 2004.

36,37- Leal 2004.

38- Esquema a três dimensões elaborado pela autora.

39- Fotografia da autora.

40- Mapa elaborado com base em informação cartográfica digital disponibilizado pela Câmara Municipal de Lamego; e no que às restantes partes da unidade alveolar feita pela autora com base base nas cartas cartográficas referentes.

42,46,44,49-Fotografia da autora.

43,45,47,48,50- Mapa elaborado com Imagens do Google Earth e cartográfica digital de Lamego e Tarouca.

51- Esquema elaborado pela autora.

52,53- Fotografias da autora.

54-Desenho da autora.

A,b,c,d,e,g,j,l,m,n,o,p - Fotografias da autora; h,i - Fotografia do Arquitecto António Mallaguerra;q-leal 2004.

55,56,57- Desenhos da autora feitos com base em:

Viana 1999A.

58,59- Fotografias da autora .

60- Leal 2004.

61- Mapa elaborado com base na cartografia digita e Ortofoto de Alcaria de Mazes (1995).

62,63,64,65- Fotografia da autora

CAPÍTULO II

66- Mapa elaborado com base em cartografia digital, levantamento, ortofoto de Alcaria de Mazes e informações fornecidas por algumas fontes orais.

L,r,s- Fotografias da autora.

67- Mapa elaborado com base em cartografia digital.

68- Fotografias da autora.

69- Mapa elaborado com base na cartografia digital, levantamento, ortofoto e fontes orais.

1- Caderno de viagens da autora.

2,3- Fotografias da autora.

70- Mapa elaborado com base na cartografia digital, ortofoto e fontes orais.

L1,E1- Fotografias da autora.

71- Mapa elaborado com base na cartografia digital e levantamento.

Esquema elaborado pela autora.

72- Esquemas elaborados pela autora.

73- Casa em quinteiro. Paredes de Coura. Oliveira 1992: 104,105.

74- Mapa elaborado pela autora.

75- D´Armas 1943: 2; Fotografia da autora.

76- Mapa e esquemas da autora.

77- Desenhos e imagens da autora.

78- Cardoso 1965:9.

79- Desenhos e imagens da autora.

80- Ibid.

81- Arquitectura 2004: 232.

82- Desenhos e imagens da autora.

83- Arquitectura 2004: 232.

84- Desenhos da autora.

85,86,87,88 - Fotografias da autora.

89- Mapa elaborado pela autora.

90- Arquitectura 2004: 234.

91- Arquitectura 2004: 235.

92- Fotografia da autora.

93- Desenho da autora.

94- Http://fidalgodocastelo.blogs.sapo.pt/.

95- Http://fidalgodocastelo.blogs.sapo.pt/.

96- Http://fidalgodocastelo.blogs.sapo.pt/.

97- Fotografia da autora.

98- Ibid.

99- Http://www.triplov.com/viagens/anta_de_mazes/index.htm.

100- Fotografia da autora.

101- Http://fidalgodocastelo.blogs.sapo.pt/.

102,103,104,105- Fotografias da autora.

106,107,108,109,110,111,112,113- Fotografias da autora.

114,115,116,117,118,119- Fotografias da autora.

120,121,122,123,124,125- Ibid.

126,127- Arquitectura 2004: 294.

128,129- Arquitectura 2004: 111.

CAPÍTULO III

130- Mapa elaborado com base na cartografia digital referente ao Concelho de Lamego e na cartografia referente à rede de percursos pedestres municipais disponível em www.cm-lamego.pt.

131- Http://fidalgodocastelo.blogs.sapo.pt/.

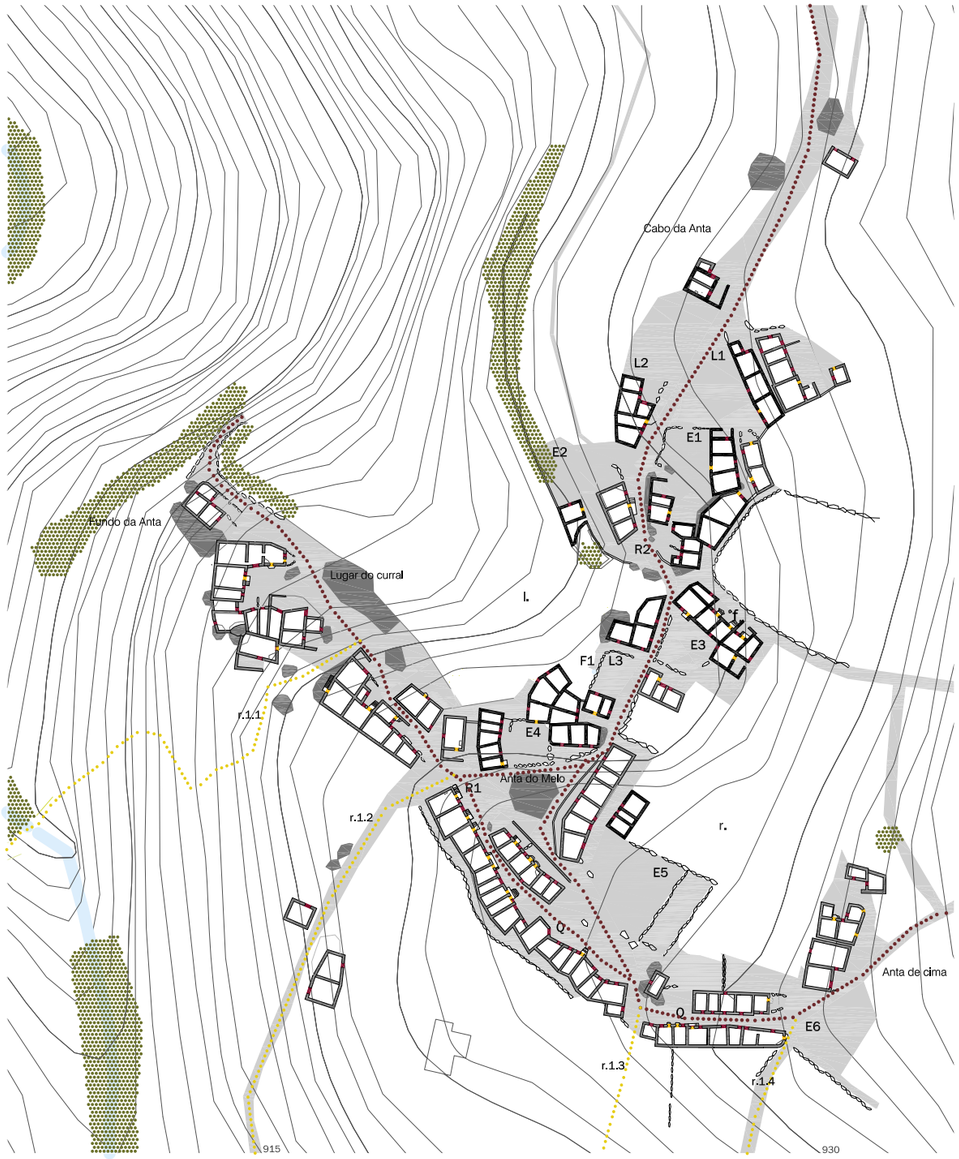
132- Fotografia da autora.

133- Http://fidalgodocastelo.blogs.sapo.pt/.

134- Fotografia da autora.

135- Http://fidalgodocastelo.blogs.sapo.pt/.

136- Fotografia da autora.
137- Vasconcellos 1922: 172
138- Fotografia da autora.
139- Fotografia da autora.
140- Mapa elaborado pela autora.
141- Mapa elaborado pela autora.
142- Levantamento feito pela autora.
143- Levantamento feito pela autora.
144- Levantamento feito pela autora.
145- Fotografia da autora.
146- Levantamento feito pela autora.
147- Fotografia da autora.
148- Levantamento feito pela autora.
149- Levantamento feito pela autora.
150- Levantamento e proposta feitos pela autora.
151- Fotografia da autora.
152- Levantamento e proposta feitos pela autora.
153- Levantamento e proposta feitos pela autora.
154,155- Fotografias da autora.
156,157,158,159,160- Unidades de alojamento propostas pela autora.
161- Instalações sanitárias propostas pela autora.
162- Maquete elaborada pela autora.
163- Maquete elaborada pela autora.
164- Esquisso da autora.
165- Imagem de referência retirada de http://architecturewithoutarchitect.blogspot.com/
166- Imagem manipulada. Retirada de Bahamon, Alejandro. Casas em árvores: 106.
167- http://sergivs.blogs.sapo.pt/2007/06/
168- Requalificação do espaço publico proposto pela autora.
169,170,171,172,173,174,175,176,177- Estacionamento proposto pela autora.
178- Mapa elaborado com base nas delimitações feitas pelo arquitecto Alberto Mallaguerra.



Legenda:

Eiras
Eiras privadas
E1- Eira dos Costas
E2- Eira dos Galegos
E3- Eira da Fonte
E4- Eira dos Ferreiros
Eiras colectivas
E5- Eira do da Anta do meio
E6- Eira da Anta de Cima

Largos
L1- Largo do Cabo da Anta
L2- Largo
L3- Largo da Fonte
F1- Fonte
Portas Piso 1
Portas Piso 0
Q- Quelho da Anta
R1 e R2 Arruamentos principais
Arruamentos secundários

Espaço agrícola
r- requeiras
l- lameiras